



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL –
GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO
GESTEC**

SUÊDE MAYNE PEREIRA ARAUJO

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL E O
PROGRAMA MULHERES MIL: o papel das políticas na perspectiva de
emancipação para o trabalho**

**Salvador
2015**

SUÊDE MAYNE PEREIRA ARAUJO

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL
E O PROGRAMA MULHERES MIL: o papel das políticas
na perspectiva de emancipação para o trabalho**

Dissertação apresentada à UNEB – Universidade do Estado da Bahia, ao Programa de Pós Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais

Orientadora: Prof. Dr^a. Carla Liane Nascimento

Salvador
2015

A663 Araujo, Suêde Mayne Pereira

Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho / Suêde Mayne Pereira Araujo. – Salvador, 2015.
152. fl.

Orientadora Prof^a Dr^a Carla Liane Nascimento dos Santos
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec), 2015.

1. Políticas públicas - educação. I. Santos, Carla Liane Nascimento dos. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

CDD 320.6

SUÊDE MAYNE PEREIRA ARAUJO

**MULHERES EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL
E O PROGRAMA MULHERES MIL: o papel das políticas na perspectiva
de emancipação para o trabalho**

Dissertação apresentada à UNEB – Universidade do Estado da Bahia, ao Programa de Pós Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Salvador, 30 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Carla Liane Nascimento - UNEB
Orientadora

Profa. Dra Patricia Lessa - UNEB
Avaliadora

Profa. Dra Marli Geralda Teixeira - UFBA
Avaliadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às professoras Dra. Nádia Hage Fialho, Dra. Patricia Lessa e Dra. Carla Liane Nascimento que, de forma leve e crítica, souberam mostrar e desenhar a vida acadêmica sem excesso de vaidade. E às mulheres da Vila Cachoeira que, pela simplicidade do dia a dia, decidiram optar por uma forma de discutir os avessos das Políticas Públicas.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

Chegar até aqui foi uma vitória, diante da árdua necessidade de manter o equilíbrio entre trabalho, estudo e cuidado com minha saúde. Assim, só posso agradecer ao espírito de Deus, manifestado em partículas de luz, sempre me concedendo proteção.

Agradeço à minha família, aos meus pais Sebastiana e Ruy, aos meus verdadeiros amigos, sempre. Agradeço à minha companheira e cúmplice Maria Luíza Heine, que me empurrou para a vida acadêmica, sempre presente. Aliás, você é um presente na minha vida.

Às minhas filhas Larissa, Luiza e Letícia; Larissa pela paciência, cuidado, tolerância e colaboração nas pressas das viagens; Luíza pela disciplina de fazer as leituras devidas dos capítulos e apontar críticas, toda vez que a versão seguia para a orientadora; a Letícia, nossa pequena, que entrou na vida da gente, um ensinamento para fazê-la entender a importância do estudo.

Aos colaboradores da Empresa Águia Branca (Ludmila, Marcia, Alessandra, Daniele, Luan), que não mediam esforços para guardar minhas passagens a qualquer tempo.

Às mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, pelo aprendizado compartilhado; a Ina e Marcia, posso dizer meus braços e minhas pernas de toda hora, grandes estagiárias do Serviço Social do IFBA. Vocês fizeram a diferença.

À Prof.^a Dr.^a Carla Liane Nascimento (UNEB), minha orientadora, mais que um aprendizado; Obrigada pelas excelentes indicações de livros sobre política, pobreza e trabalho os quais contribuíram muito além da pesquisa, obras que acrescentaram e realimentaram a observação em serviço social, para além da investigação sociológica do mundo da exclusão. Professora, você foi e será sempre meu modelo e inspiração para continuar nos estudos, uma grande líder.

À minha amiga e colega do IFBA de Simões Filho, Geocivany, bibliotecária cuidadosa, a cada encontro compartilhando um novo olhar sobre a pesquisa e a prática do programa Mulheres Mil. Com isso nos tornamos amigas.

A todos os funcionários do GESTEC, desde o pessoal da limpeza que guardava minha mala, às meninas da secretaria, em especial a Balbina, meu particular agradecimento.

À Prof.^a Márcia Maia, do IFBA - Campus Ilhéus, pela leitura e revisão ortográfica desta dissertação, e a Patrícia Moura, enfermeira que por tantas horas me substituiu, a fim de deixar meu tempo livre para a pesquisa. Meu agradecimento cheio de afeto.

Agradeço ao grupo de pesquisa, Paulo, Cristiane, Marne, Fátima, Prof. Rui e Fernanda, pessoas muito especiais. Recebam meu afeto, na perspectiva de manter sempre firme o elo de amizade, como base para manter o estudo em grupo.

À Profª Drª Marli Geralda Teixeira, pela disposição em fazer parte dessa Banca de Avaliação.

Agradeço pelas lições diárias de outras tantas pessoas nesse percurso, as quais contribuíram para a realização deste trabalho.

“Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar sua própria essência – ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos.”

Hannah Arendt

MULHERES EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL E O PROGRAMA MULHERES MIL: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho

RESUMO

Neste trabalho identificaram-se as possibilidades e os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil – Campus Ilhéus – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), visando ao alcance da emancipação de mulheres para o mundo do trabalho. Objetivou-se entender as políticas públicas e de que forma elas afetam as mulheres do referido programa, evidenciando os limites da gestão das políticas educacionais atrelados à realidade da exclusão social no contexto neoliberal. Tal pesquisa refletiu uma trajetória pessoal da autora, na condição de gestora local do programa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, por meio do método da pesquisa-ação, a partir da perspectiva dos próprios beneficiários, que teve como sujeitos as mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, em salas de aula do IFBA. O recorte empírico focou a investigação da situação de vida das mulheres moradoras da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, na tentativa de entender de que forma o programa poderia contribuir para a emancipação dessas mulheres ao mundo do trabalho. Assim, o estudo traz a análise da situação das mulheres que moram no entorno do IFBA, distante do mercado de trabalho formal e sem condições de sair do bairro onde residem para efetivar a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. São mulheres de formação escolar e cultural diferenciada, com dificuldades de acesso às políticas públicas locais. Para tanto, empreende-se uma reflexão acerca dos resultados do Programa Mulheres Mil, seguida de uma análise de temática sobre trabalho, desemprego, trabalho informal, visando apontar, como produto final, um relatório para os gestores das secretarias de Educação, de Assistência Social e do Trabalho, como instrumento de participação das mulheres do entorno do IFBA. Para além da pesquisa, existe a perspectiva de um seminário local, como possível caminho de desvelar a relação entre as estratégias das políticas públicas e a falta de oportunidade no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mulher; Educação; Políticas Públicas; Trabalho; Programa Mulheres Mil

**WOMEN IN SITUATION OF SOCIAL FRAGILITY
AND THE *MULHERES MIL* PROGRAM: the role of policies
in the perspective of emancipation for the job**

ABSTRACT

This work identified the possibilities and limits of application of the *Mulheres Mil* (Thousand Women) Program – Campus Ilhéus – Federal Institute of Education Science and Technology Bahia (IFBA), to achieve the emancipation of women to the world of job. This study aimed to understand the policies and how they affect women's program, showing the limits of the management of educational policies linked to the reality of social exclusion in the neoliberal context. Such research reflected a personal site while managing the program path. This is a qualitative, exploratory through the action research method from the perspective of the beneficiaries, which was to subject women from Vila Cachoeira and Assentamento Frei Vantuir in the classrooms from IFBA. The empirical object focused on the investigation of the situation of life of women living in the Vila Cachoeira and Assentamento Frei Vantuir in an attempt to understand how the program could contribute to emancipation for the world of work of these women. Thus, the study provides an analysis of the situation of women who live in the vicinity of the IFBA, away from the formal labor market and unable to leave the neighborhood where they live to effect the completion of primary and secondary ensino. They are women of different educational and cultural backgrounds, with limited access to local public policies. Therefore, undertakes a reflection on the results of *Mulheres Mil* program, followed by a thematic analysis of work, unemployment, informal work aiming point as the final product a report to the managers of the departments of Education, Social and Labour Assistance as an instrument of participation of women surrounding the IFBA; in addition to research, there is the perspectiva of a local seminary, as a possible way to reveal the relationship between the strategies of public policies and the lack of opportunity in the job place.

Keywords: Women; Job; Public Politic; Education; *Mulheres Mil* Program

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 01 – Faixa etária de mulheres	79
Gráfico 02 – Raça/cor	80
Gráfico 03 – Escolaridade da mulher	81
Gráfico 04 – Quantos filhos na família?	82
Gráfico 05 – Estado civil	83
Gráfico 06 – Origem da renda	84
Gráfico 07 – Religião	85
Gráfico 08 – Tipo de benefício que recebe	86
Gráfico 09 – Valor que recebe de benefício	87
Gráfico 10 – Como ficou sabendo do curso ?	88
Gráfico 11 – Quais as condições de trabalho hoje?	89
Gráfico 12 – Empregada de carteira assinada? ()sim () não	90
Gráfico 13 – Quantas vezes trabalhou de carteira assinada?	91

LISTA DE QUADROS

Quadro de Análise 01	Registro síntese da verbalização de mulheres em grupo	93
Quadro de Análise 02	Debate com proposições em seminários locais	103
Quadro de Análise 03	Efetividade do Programa Mulheres Mil	106
Quadro de análise 04	Percepção das mulheres sobre suas atividade de trabalho antes e depois do curso	108
Quadro de Análise 05	Percepção sobre situação de trabalho informal e desemprego	110
Quadro de Análise 06	Percepção sobre trabalho formal	113
Quadro de Análise 07	Percepção sobre sentimento de estar desempregada	116
Quadro de Análise 08	Qual o sentimento de receber “Bolsa família”	118
Quadro de Análise 09	Fatores de emancipação	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUP	Conselho Superior do IFBA
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIREC	Diretoria Regional de Educação (Estadual)
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal/Institutos Federais
IFBA	Instituto Federal de Educação Tecnológica da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNDE	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Ensino Técnico e Acesso ao Emprego
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação
SETEC	Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	23
1.2	QUESTÃO PROBLEMA.....	24
1.3	OBJETIVOS	24
1.3.1	Objetivo Geral.....	24
1.3.2	Objetivos Específicos.....	24
1.4	JUSTIFICATIVA.....	24
1.5	CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA.....	26
1.6	SUJEITOS DA PESQUISA.....	27
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÃO DO IFBA NA APLICAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	30
2.1	AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	30
2.2	A POLÍTICA SOCIAL.....	33
2.3	UM RECORTE SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	35
2.4	POLÍTICA EDUCACIONAL, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM TEMPOS NEOLIBERAIS.....	38
2.5	POLÍTICA DE EXTENSÃO DO IFBA E A INSERÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO CAMPUS.....	41
3	MULHER E TRABALHO.....	46
3.1	TRABALHO E CIDADANIA.....	46
3.2	EMANCIPAÇÃO FEMININA.....	57
3.3	PENSAMENTO POLÍTICO COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO....	60
3.4	EMANCIPAÇÃO DA MULHER PARA O MUNDO DO TRABALHO: ALGUMAS CONTRADIÇÕES.....	63
3.5	ANÁLISE CRÍTICA SOBRE INDICADORES DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA MULHERES MIL QUANTO À INTEGRAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO.....	65
4	CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA.....	70
4.1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	70
4.1.1	Instrumentos utilizados na Pesquisa-ação.....	72
4.1.2	Roteiro de Pesquisa-ação.....	73

4.1.3	Procedimentos para a Análise de Dados.....	75
4.1.4	Aplicação do Método.....	77
4.1.5	Análise dos Dados.....	77
5	RESULTADOS.....	79
5.1	CONSTATAÇÃO E RESULTADOS DA PESQUISA.....	79
5.2	MOMENTO COM AS MULHERES (SEMINÁRIOS).....	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
7	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICES.....	134
	ANEXO.....	149

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de fragilidades.

Fragilidades são situações em que as pessoas passam pela falta de perspectiva de emprego e enfraquecimento dos vínculos sociais, acompanhados de crise de identidade por diversos problemas. Envolve o risco de ruptura do equilíbrio existente entre o indivíduo e o meio social que caracteriza a integração. (PAUGAM,1993).

Atuar com política para mulheres em situação de fragilidade, frente à falta de oportunidade de trabalho, é uma tarefa complexa, haja vista o reflexo negativo do desemprego estrutural e das dificuldades de inserção profissional. Tal situação causa desconforto, conforme analisa Xiberras (1996, p. 9):

As situações de fragilidades social, às quais as mulheres estão inseridas, são frequentemente caracterizadas por ameaças de ruptura do laço social de proximidade e de solidariedade e também do próprio vínculo simbólico que caracteriza a adesão ao grupo, acarretando frequentemente acumulação de insucesso, rejeição e exclusão social.

Diante do quadro de fragilidades das mulheres, o Programa Mulheres Mil foi implantado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria cooperativa com o Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses, representados pela Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC), e com os Institutos Federais (IF), representados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Ao longo da implementação do programa-piloto, que se iniciou em 2005, com a perspectiva de manter convênio até 2010, as equipes canadenses e brasileiras desenvolveram e implementaram o Sistema de Acesso e Permanência para os IF.

A Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Nacional Mulheres Mil foi implantada em treze estados, em 2007, e expandida posteriormente para outros Institutos Federais. O primeiro passo da metodologia do programa foi garantir o acesso, processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a Comunidade, resultando na inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais. Assim, criou-se uma modalidade de cursos de curta duração direcionados às mulheres e realizados

nos Institutos Federais, por meio da Coordenação de Extensão dos *campi*. Nessa metodologia, estava previsto que mulheres moradoras do entorno do IFBA deveriam buscar uma formação educacional, profissional e tecnológica a qual permitisse a sua elevação de escolaridade: por meio do estímulo ao empreendedorismo, em atividades produtivas vinculadas às vocações econômicas das regiões onde o programa acontecia; e por meio de cursos de formação inicial e continuada (FIC), objetivando as formas associativas solidárias, a empregabilidade, a emancipação e o acesso ao mundo do trabalho, cujos critérios de seleção são diferenciados. Nesse contexto, entrevista e análise socioeconômica são instrumentos de seleção para garantir vaga para as mulheres em situação de fragilidade.

No ano de 2014, como forma de, financeiramente, manter o Programa, o Governo Federal implementou o Programa Mulheres Mil dentro da proposta do Pronatec, tendo como parceiro o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), e assim transferiu o processo de cadastro de matrícula para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo como indicador o Programa Bolsa Família, por meio da Proteção Social Básica.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei n. 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País, além de contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público.

O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Considerando esses pressupostos, o presente estudo analisou as políticas públicas de educação do Programa Mulheres Mil, IFBA – Campus Ilhéus, refletindo de que forma tais iniciativas afetam as mulheres que vivem em situações de fragilidade social e são contempladas pelo programa, na perspectiva de emancipação para o trabalho.

Diante do atual contexto de globalização, as mulheres também fazem parte desse processo e passam a ser vistas como mercadoria, dentro do sistema fragmentado do mundo do trabalho. Na tentativa de um entendimento acerca dessa inclusão no mundo do trabalho, optamos por utilizar o método da pesquisa-ação para verificar as condições de vida dessas mulheres e os fatores que dificultam o pleno emprego após a conclusão do curso. Pensar em educação que fortaleça as mulheres para a emancipação exigiu um estudo voltado para a educação política que, segundo Mészáros (2008 p. 18), vai além do mero acúmulo de conhecimento e da compreensão do mundo.

Explicar é reproduzir o discurso midiático, e entender é desalienar-se, é decifrar antes de tudo o mistério da mercadoria, contraconsciência, um processo de transcendência positiva da autoalienação do trabalho e consciência crítica que inicia pela tomada de conhecimento de estar no mundo, conhecer-se, posicionar-se diante do mundo (MÉSZÁROS, 2008 p.18).

Nesse sentido, a pesquisa avaliou os processos educacionais do Programa Mulheres Mil, por intermédio das mulheres e professores participantes, para compreender de que forma se evidenciava a referida emancipação.

A pesquisa constituiu-se no conjunto de reflexão dos discursos, sentidos e significados das mulheres, objeto do estudo, enquanto participantes do Programa Mulheres Mil, o mecanismo de funcionamento do Programa e os sentidos atribuídos à formação profissional dessas mulheres. Sentimos a necessidade de uma discussão sobre a educação política que preparasse para a autonomia de mulheres e não apenas as ensinasse a reproduzir e acumular um conhecimento sem reflexão. Dessa forma, buscamos identificar a situação em que viviam as mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir e de que forma as políticas públicas concretizavam a inclusão delas no mundo do trabalho, partindo do princípio da compreensão da realidade da pobreza local, no entendimento maior desse fenômeno social.

A pobreza não é somente um estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um *status* social específico, ‘inferior’ e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência (PAUGAM, 2003, p. 45).

Assim, quanto à implantação do Programa Mulheres Mil no IFBA – Campus Ilhéus, devemos ressaltar que os gestores receberam orientação e capacitação pelo Grupo de Formadores no Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, durante uma semana em Brasília, quando foram apresentadas as experiências de outros Institutos no Brasil. Nesse período, mesmo com a capacitação, e tendo que responder a outras atribuições na coordenação do Serviço Social, assumimos o Programa de Assistência Estudantil e outras demandas próprias do Serviço Social, gestão que representou um desafio. A possibilidade de atuar no espaço de exclusão, considerando as diversas políticas públicas e tendo como referência as diferentes manifestações da questão social, representou também uma importante motivação, ao exigir uma reflexão crítica do agir profissional (diálogo entre a teoria e a prática), para eliminar a visão segmentada de descrição de procedimentos técnicos debatidos nos últimos documentos do Conselho Federal de Serviço Social.

Inicialmente, no período de 2011, um dos primeiros entraves para efetivar as aulas do Programa Mulheres Mil no IFBA de Ilhéus foi a falta de financiamento para o pagamento de professores, sendo que no primeiro momento estava previsto que os próprios profissionais dos Institutos disponibilizariam algumas horas da carga horária para ministrar as aulas. Desse modo surgiram os primeiros questionamentos sobre de que forma se daria a capacitação para o mundo do trabalho, utilizando mecanismos de assistencialismo (trabalho voluntário), a própria expressão da contradição das raízes da sociedade capitalista entre as forças de produção e as relações de produção, no âmbito da escola.

Administrar o Programa Mulheres Mil, tendo de buscar parceiros voluntários na Comunidade para recomposição de conteúdos básicos, além de disciplinas do eixo tecnológico, se deu de forma complicada, devido à falta de disponibilidade de professores. Alguns arranjos foram realizados, por conta do compromisso firmado com as alunas, como as especificidades de cada contexto local, de modo que entre uma aula e outra surgiam os questionamentos sobre a efetividade do Programa e como os outros Institutos conseguiram avançar. Voltamos então ao Documento Nacional do Programa para analisar alguns depoimentos do projeto piloto, com a fala entusiasmada dos idealizadores do Canadá, com o intuito de pensar outras alternativas frente aos problemas e desafios à operacionalização deste em Ilhéus, porém, a inquietude continuava.

A fala de Jos Nolle, Diretor de Desenvolvimento Internacional do Niagara College, traduz a importância do projeto.

Podemos dizer que o Brasil é um modelo para muitos países. Nós aprendemos a decodificar uma abordagem canadense e recodificá-la em um modelo puramente brasileiro, que atende às necessidades do país e que conserva a flexibilidade requerida pela metodologia do reconhecimento da aprendizagem e habilidades. Este afirma que durante as visitas ao Canadá, no decorrer desse projeto, algumas pessoas do Ministério fizeram observação de RAP (Reconhecimento da Aprendizagem Prévia). Propuseram fazer algo na área de RAP. Iniciaram em Natal, na área de turismo, mas incluindo Salvador, Manaus, Belém e Fortaleza, e treinaram professores para um programa de inclusão social. Foi ministrado o treinamento para os professores, e estes foram às comunidades e selecionaram as mulheres, sem educação formal, mas que tinham experiência de vida e de trabalho (NOLLE, 2007, p. 4).

A partir desse depoimento, pode-se perceber que o processo educacional do Programa começou sem negar o conhecimento acumulado pelas mulheres ao longo da experiência de vida. Houve, portanto, o resgate histórico dos saberes por elas vividos, mas somente isso, para efeito da pesquisa, não poderia ser chamada de plena emancipação.

Pode-se ainda, referir-se ao Programa Mulheres Mil, a partir da fala da Assessora de Cooperação para o Desenvolvimento da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, Simone Direito (2007):

A ideia foi dar uma oportunidade real para as mulheres, para que elas pudessem fazer algo com esse treinamento, de uma maneira real, com perspectiva. Estarem incluídas nos Cefets, como algumas relatam que nunca pensaram nisso, já é muito bom. Já é fantástico, e o segundo passo é que elas vão ter trabalho. Esse trabalho que os gestores fizeram com as mulheres, e o esforço que a mulheres fazem para estar em sala de aula, essa é uma mudança real, forma “plena”, sua cidadania nos projetos piloto do Programa com muito pouco dinheiro, e não é nada, comparado com os milhões que as pessoas investem para resolver o problema da pobreza” a formação contribuiu para que essas populações desenvolvessem sua autonomia e exercessem (DIREITO, 2007, p. 5).

Identificou-se a partir desse depoimento sobre trabalho em falas como expressões descontextualizadas, diante do volume de desemprego atual do Brasil, a exemplo de “elas vão ter trabalho”. Além do mais, tal expressão deveria referir-se claramente a “trabalho remunerado”, visto que tais mulheres já trabalham muito em seu cotidiano.

Em nosso País, que sempre esteve longe de alcançar a cidadania plena associada à integração a partir do Estado de Bem-estar Social – *Welfare State* –, a política do Programa Mulheres Mil poderia até ter a intenção de vislumbrar a emancipação, mas estava distante de garantir em todos os aspectos a cidadania, conforme aponta Hannah Arendt (1991).

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de conquista e institucionalização dos direitos humanos (ARENDR, 1991, p. 22).

As assertivas da assessora do Canadá, citada anteriormente, denota que qualquer conquista de direitos da mulher no Programa Mulheres Mil as levaria à desejada emancipação. Para elucidar o conceito de emancipação, buscamos em Marx a diferenciação que esse pensador estabelece entre emancipação política e humana.

Conforme Marx (2001), a emancipação política remete ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma liberdade e uma igualdade formais dos cidadãos. A liberdade e igualdade perante a lei, embora meramente jurídicas, realizam-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto, na manutenção de um sistema estruturalmente desigual.

Já a emancipação humana, para o autor, exige a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração; portanto, exige necessária superação da ordem do

capital. A emancipação política não implica emancipação humana. Assim, se a emancipação política é compatível com a ordem burguesa, a emancipação humana supõe sua superação (MARX, 2001). Desse modo, ainda segundo o autor citado, “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio” (MARX, 2001).

O conjunto de argumentos para demonstrar que o Programa Mulheres Mil deve promover a emancipação das mulheres nos remeteu às teorias de Marx, na tentativa de compreender como funciona a sociedade capitalista (a força de trabalho e os meios de produção), de rever o caminho que produz, de fato, a emancipação de mulheres e de entender como a educação é utilizada para responder ao mercado.

Para além dessa análise, capturamos a mensagem de Lima, Coordenador da Assessoria Internacional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, que traz o seguinte depoimento:

O Mulheres Mil é um projeto muito complexo. No geral, projetos de cooperação técnica internacionais são mais curtos, envolvem menos instituições e trabalham pontos específicos de um projeto educacional. No caso do Programa Mulheres Mil não, porque envolve todo um ciclo, desde a seleção da comunidade até a saída da mulher para o mundo do trabalho, e isso engloba uma série de desafios (LIMA, 2007, p. 7).

Pensar em gestão educacional focalizada para o mundo do trabalho exigiu uma discussão ampla sobre a política, as causas da pobreza, além de questões que são reflexo da falta de acesso às vantagens sociais na perspectiva simbólica desses sujeitos. Portanto, por intermédio do Programa de Pós Graduação – Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) – surgiu a oportunidade de desenvolver o presente estudo, com a proposta de discutir as políticas públicas educacionais a partir do Programa Mulheres Mil, no IFBA - Campus Ilhéus, questionando se, de fato, há possibilidade de emancipação delas, no que tange ao mundo do trabalho.

É positivo afirmar que houve um avanço considerável nas políticas para mulheres, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e com a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), em julho de 2004, um marco conceitual de proposta de emancipação de mulheres. Mas como ocorre em toda conquista, há uma luta e não devemos negar a participação histórica do movimento de mulheres em todos esses processos de mudanças.

Pensar em inclusão e fortalecimento da mulher imprimiu significado à pesquisa, no intuito de explorar possibilidades de atingir a transformação social, pois as mulheres vivem uma humanização extremamente desigual e as condições sociais para todos, de forma equânime, pareciam surgir para as mulheres do Programa Mulheres Mil como algo impossível.

Para essas mulheres, que ao longo das últimas décadas enfrentaram sérios conflitos entre a identidade, o trabalho e a tão sonhada autonomia e a igualdade de gênero, produz-se um sentimento de agonia interna que, às vezes, paralisa o pensamento entre a vontade de ser mulher/mãe e a necessidade de avançar e encarar os desafios do cotidiano e de luta pela sobrevivência, numa sociedade cada vez mais complexa. Mark e Engels (1988) explanam sobre esse contexto:

O processo de humanização tem custado o sacrifício da maioria dos homens e somente numa sociedade que supere a divisão social da propriedade privada pode-se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens, ou seja, para que todos os homens possam construir a sua personalidade, é preciso que as condições sociais para que se socializem sejam iguais para todos (MARX; ENGELS, 1998, p. 31).

Na realidade, durante as discussões em sala de aula do Programa Mulheres Mil, percebemos que as mulheres gostavam de estar no Campus. Buscavam como primeira opção a bolsa educação para aumentar a renda da família, além de criarem expectativas diante dos cursos ofertados, mas reclamavam das dificuldades para manter o estudo (não havia com quem deixar os filhos pequenos e, por isso, levavam o filho no colo) ou queriam concluir logo a atividade para retomar os afazeres domésticos. As mulheres, nesse contexto, quase não questionavam o seu lugar na condição de cidadãs, tampouco questionavam acerca as aulas teóricas.

A metodologia proposta pelo Programa Mulheres Mil iniciou-se com um esboço de apropriação de saberes dessas mulheres, mas, no desenvolver do curso, a tão propalada pedagogia do trabalho se esvazia como mera exposição de saberes das mulheres por meio do mapa da vida, não havendo, conseqüentemente, concretude da intervenção social.

Como princípio pedagógico utilizado na metodologia, constava o mapa da vida – que era uma certa catarse –, no qual as mulheres colocavam suas experiências de vida, bem como as dificuldades enfrentadas para o grupo. Em nosso entendimento, o mapa da vida não oferecia condições de resolver as demandas apresentadas como possibilidade de inclusão ao

mundo do trabalho; ao contrário, acontecia a escuta ativa, o diálogo em grupo, a exposição da mulher que favorecia apenas o caráter assistencial, resquício da política social conservadora.

Desse modo, ao contrário do discurso pedagógico de que a educação e a qualificação são impostas como condição de garantia de emprego, melhoria das condições de vida e conquista de emancipação para o mundo do trabalho, buscamos atuar no Programa Mulheres Mil numa abordagem crítica sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres fragilizadas¹, tendo em vista a possibilidade de uma cidadania emancipatória. Remetemos, no âmbito da pesquisa, ao pensamento de que a educação não depende apenas dos sujeitos, vez que a responsabilidade está na estrutura organizacional do Estado.

Sob a ótica do Capitalismo, foi colocado na mídia um discurso de preocupação com a desigualdade social. Contudo, segundo dados do IBGE (2012) observou-se que, em 2012, na taxa de analfabetismo por sexo, as mulheres de 15 anos ou mais de idade correspondiam a 8,4%; desse número, 32,3% dos jovens de 18 a 24 anos de idade não haviam concluído o Ensino Médio e não estavam estudando, representando uma queda de 8,8 pontos percentuais nos últimos 10 anos. Essa taxa representou o abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade, na medida em que esses jovens podem, futuramente, tornar-se um grupo com menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo foi maior entre aqueles que pertenciam ao quinto estado mais pobre (15,0%), entre os que residiam na Região Nordeste (17,4%) e entre aqueles que estavam nas áreas rurais (21,1%). A distribuição por grupos de idade do contingente de analfabetos mostrou que mais da metade desses indivíduos tinham idade acima de 55 anos (56%), quando, em 2002, do total de analfabetos, 45% tinham essa faixa etária. Esses resultados apontaram para o progressivo envelhecimento da população analfabeta, evidenciando a crescente dificuldade de alteração desse quadro para essa parcela da população cujos obstáculos de acesso ao ensino se tornam, com o avanço da idade, cada vez mais árduos (limitações físicas, doenças, desestímulo etc.).

Nesse cenário, as mulheres, sujeitos desta pesquisa, sem acesso à educação básica, principalmente ao Ensino Fundamental nas áreas rurais, tiveram de optar pelo trabalho precário e subemprego ou ficaram em casa cuidando dos filhos, além da falta de acesso às políticas públicas na área de Educação, Assistência Social, Saúde e Segurança Pública.

¹ A fragilidade corresponde ao aprendizado da desqualificação social. As pessoas deslocadas socialmente após o fracasso profissional aos poucos tomam consciência da distância que as separa da grande maioria da população. Sentem que o fracasso que as oprime é visto por todos. Supõem que todos os seus comportamentos cotidianos são interpretados como sinais de inferioridade de seu status, até mesmo de uma incapacidade social (PAUGAM, 1993).

Em verdade, as mulheres lutam diariamente pela inclusão, por salário de subsistência, se sujeitando ao mínimo numa disputa acirrada sobre o lugar que querem ocupar na sociedade, onde poucos detêm o poder (têm acesso a tudo) e muitas detêm a força de trabalho e têm pouco acesso aos bens e serviços.

Diante desse cenário, questionamos: de que forma o Programa Mulheres Mil integrava as mulheres na sociedade? Ou ainda: como as mulheres percebiam as políticas públicas dirigidas à educação, à saúde, à assistência social, à proteção básica? Como forma de contrapor a ideia única de fortalecer as mulheres para o mundo trabalho, podemos buscar respostas a tais questionamentos utilizando o espaço de sala de aula para provocar e compartilhar experiências individuais, discutir sobre liberdade de vida, diferentes maneiras de agir, no intuito de ampliar o olhar das mulheres sobre educação, política, cidadania, poder, cultura e economia política. Talvez assim fosse possível discutir a emancipação dessas mulheres e a transformação social. Ao mesmo tempo, procuramos entender como os professores viam a política educacional do Programa Mulheres Mil para emancipação ao mundo do trabalho.

A singularidade da pesquisa reside na possibilidade de movimentar as mulheres, tendo como instrumento o Programa Mulheres Mil, e assim proporcionar uma ressignificação desse grupo de mulheres para mudança da realidade local, cujo produto final consiste em um relatório das discussões sobre trabalho e educação do entorno. Para além da pesquisa, houve também uma proposta de seminário dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e de gestores da área de educação e saúde e assistência social, com vistas a refletir sobre políticas públicas de desenvolvimento profissional e mecanismos de liberdade e transformação social das mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir. Desse modo, seguramente, a pesquisa terá uma relevância de cunho político-social.

1.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

No percurso para conseguir trabalho, as mulheres precisam ser fortalecidas pelas políticas públicas locais na área de educação do Ensino Fundamental para adultos, controle da saúde como meio de se manterem bem para buscar atividades profissionais em pé de igualdade com os moradores de Ilhéus, além de verem sua família protegida pela ações de proteção básica da localidade.

Se houver trabalho para as mulheres do Programa Mulheres Mil, estas não só modificarão sua vida, mas também serão modificadas pelo processo de trabalho e pelas relações sociais estabelecidas.

Nessa linha condutora, funda-se o presente estudo, definido a partir dos elementos que disporemos a seguir.

1.2 QUESTÃO PROBLEMA

As políticas públicas educacionais investem, de fato, na transformação social das mulheres ou respondem à lógica de prepará-las para atender as demandas do mercado?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar as possibilidades e os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil para o alcance da emancipação de mulheres ao mundo do trabalho.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar, na Vila Cachoeira e no assentamento Frei Vantuir, as condições materiais de vida e sobrevivência das mulheres;
- Identificar os elementos das políticas públicas que interferem positiva ou negativamente na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir para a emancipação de mulheres ao mundo do trabalho;
- Avaliar o sentimento das mulheres frente ao desemprego e à falta de acesso ao trabalho; e
- Investigar qual a percepção dos professores do Programa Mulheres Mil diante da educação para o mundo do trabalho.

1.4 JUSTIFICATIVA

Diante de questionamentos frente ao Programa Mulheres Mil no IFBA, Campus de Ilhéus, no âmbito de políticas públicas voltadas à educação para o mundo do trabalho, há que

se refletir se essas mulheres realmente conseguirão a emancipação. Sob a luz do Capitalismo, a ênfase da educação para o trabalho da mulher é apontada como empoderamento e conquista de espaço, sem levar em conta a territorialidade, a dessocialização e todo mecanismo que estrutura a vida das pessoas excluídas. As políticas chegam de forma verticalizada, são implantadas, entretanto não garantem acesso a todos os excluídos.

Para as mulheres, não foi fácil essa compreensão de significados de liberdade, valor de trabalho, trabalho precário, mais valia, feminização da pobreza ou desemprego estrutural. Elas reconheciam que as mulheres conquistaram novos espaços, conseguiram avançar nos direitos, mas ainda vivem em conflito entre permanecer em casa cuidando dos filhos ou ir à luta e deixá-los sem proteção social. Na cabeça delas, deixar os filhos em casa significava abandonar e tinham medo da punição, de forma velada ou de forma legalista, caracterizado como culpabilidade dos pais, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90. Assim foi visível, na discussão em sala de aula, que as mulheres vivenciam momentos conflituosos entre o que é certo ou errado em relação ao trabalho e trazem estampado nos rostos o medo de encarar uma atividade que exija conhecimento técnico e alfabetização. Desejam manter-se inscritas no Programa, embora não estejam convictas se querem (levando em conta a cultura) ou se, de fato, conseguirão trabalho.

No processo curricular da metodologia do Programa Nacional Mulheres Mil não constava uma disciplina que revelasse às mulheres o sentido ontológico do trabalho e o mecanismo que conforma as políticas sociais para as pessoas. Avaliou-se que seria um contrassenso garantir emancipação das mulheres sem apontar as formas ocultas do trabalho assalariado, da marginalização social, do sentimento das mulheres frente ao desemprego.

Sob essa ótica, a pesquisa propôs discutir políticas para as mulheres – sem perder de vista o papel do Estado enquanto garantidor de direitos – e estimular a compreensão sobre cidadania do grupo de mulheres do entorno do IFBA - Campus de Ilhéus, vistas como protagonistas de uma realidade social.

A importância da pesquisa está na dimensão de intervenção profissional com as mulheres, revelando as formas políticas e institucionalizadas de enfrentamento das questões sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular e no espaço de grupo produzir uma análise reflexiva sobre as condições de sobrevivência e a relação com a cultura e a economia política, sobrepondo a educação para o mundo do trabalho.

No entorno do IFBA (comunidades vizinhas) as ações sociais são restritas a doações de alimentos e organização de eventos. Nessa área não existe Centro de Referência em

Assistência Social (CRAS), de modo que as atividades são provenientes do CRAS de Banco da Vitória, bairro localizado a três quilômetros de distância.

Originalmente, afirmava-se que o Programa poderia melhorar a autoestima das mulheres, poderia apontar os caminhos para a sustentabilidade e, de certa forma, aumentar a renda familiar, por conta do auxílio bolsa escola. Entretanto, optamos por ressignificar a proposta da diretriz do Programa Mulheres Mil.

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

O Campus do IFBA, no qual foi realizado este estudo, está situado na Rodovia Ilhéus-Itabuna, BR 415 S/N, no Bairro Vila Cachoeira e foi inaugurado no segundo semestre de 2010. A cidade de Ilhéus tem aproximadamente 200 mil habitantes, com um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 3,4 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,66.

Os sujeitos ou as participantes da pesquisa foram as mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, alunas do Programa Nacional Mulheres Mil, matriculadas no ano de 2012 e 2014 (a cada seis meses, o IFBA forma novas turmas). O universo da pesquisa foi a Vila Cachoeira, cujas origens foram estudadas pela historiadora Marinalva Santos (2013).

Segundo dados da autora, a Vila Cachoeira está localizada no Km 12 da Rodovia Ilhéus- Itabuna/BR 415. Seu surgimento se deu por volta dos anos 1900, a partir da doação de terras feita por Adeodata Matildes (conhecida como Dió). Dados registram que a área da Fazenda Santa Cruz, destinada aos futuros habitantes, já existia desde os idos de 1850, comandada pela família de Jerônimo, pai de Dió. A referida fazenda foi habitada pelos proprietários inicialmente; tempos depois, por famílias advindas de fazendas de cacau do entorno, bem como de Itabuna, Ilhéus, Coaraci, Itajuípe e dos estados de Sergipe e Pernambuco.

No final do século XIX e até meados do século XX as pessoas vinham em fuga da seca e em busca de trabalho, tendo como atrativo principal o cultivo do cacau, em franco crescimento, aliado à possibilidade da pesca para sobrevivência no Rio Cachoeira. Um dado importante é que essas famílias tinham o poder aquisitivo baixo, dispunham do necessário para sobrevivência e as propriedades eram pequenas, comparadas às propriedades localizada no seu entorno.

Quando chegava uma família ao povoado, esta pedia um pedacinho de terra para fazer um barraco e, passados alguns dias, a Sr^a Adeodata Matildes marcava com a pessoa para ir ao local fazer a demarcação para doação.

As famílias viviam de pequenos comércios (vendiam desde arreios e ferramentas até alimentação e vestuário); criação de pequenos animais domésticos (galinha, porco, pato, peru etc.) e agricultura de quintal (chuchu, aipim, banana, batata doce e hortaliças, entre outros). Tudo era utilizado para consumo das famílias e o excedente servia como moeda de troca. Segundo relato dos moradores entrevistados, a época era muito boa, tudo era com fartura e os preços eram compatíveis com o que recebiam como trabalhadores do cacau e da pesca (SANTOS, 2010, p.7).

Durante muito tempo, o Rio Cachoeira supriu as necessidades dos ilheenses, seja na figura da lavadeira, do pescador, do canoeiro e do próprio agricultor de cacau, abastecendo as fazendas e muitas famílias. A Vila Cachoeira² até meados de 1933 era nomeada de Distrito de Ilhéus e somente na nova reforma administrativa do município, no ano de 2000, passou a ser considerado Bairro de Ilhéus, com as seguintes logradouros: Rua Bela Vista, Rua 19 de dezembro, Rua Deodata Matilde, Rua São Francisco e Rua do Prédio.

Esse histórico serve de base para melhor entendimento da cultura local e como se constituiu inicialmente o processo histórico e cultural do território ora analisado, que também é grande provocação frente ao mundo do trabalho. As famílias sempre foram compostas de trabalhadores que vendiam sua mão de obra para subsistência, e até os dias de hoje o processo não mudou em nada, no sentido da exploração da mão de obra, trabalho mal remunerado, não contratual, crianças vendendo alimento na rodovia em companhia dos pais, a própria banalização da injustiça social e da precarização do trabalho e da reprodução do capital.

1.6 SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa mulheres na faixa etária de 18 a 60 anos, matriculadas no Programa Mulheres Mil, no período de 2011 a 2014, residentes na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir (entorno do IFBA).

Após a explicitação desses pressupostos de pesquisa, cabe destacar que esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos, sendo que, no primeiro apresentamos o contexto de política

² Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. NOTA 1: Estimativas da população residente com data de referência de 1º de julho de 2014, publicada no Diário da União em 28/08/2014.

pública e a formação educacional, profissional e tecnológica, a política de extensão do IFBA e o Programa Mulheres Mil.

No referido capítulo desenvolvemos uma análise sobre as políticas públicas sociais, dialogando com autores, de modo que afirmam ou contradizem a economia política e a política social sob a perspectiva de inclusão social, bem como refletimos sobre os indicadores de avaliação e monitoramento do programa Mulheres Mil.

No segundo capítulo são apresentados os principais conceitos e a fundamentação teórica. A base teórica que sustentou a pesquisa seguiu os pensadores Marx, Gramsci e Engels, além de precursores marxianos os quais analisam a política de educação e política social e as contradições das Políticas de Integração ao Mundo do Trabalho, estes últimos, com os estudos recentes, ressignificam a teoria de Marx e Gramsci.

No terceiro capítulo é delineado todo o percurso metodológico da pesquisa, quais sejam: os instrumentos utilizados; os procedimentos para a coleta de dados e as visitas e reuniões na comunidade (acrescidas das entrevistas). A pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa e se propôs a utilizar a metodologia de pesquisa-ação, tendo como base os pressupostos teóricos de Flick (2009, p. 21). Com vistas ao entendimento e elaboração da análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo de Lawrence Bardin (2011). Para compreender a percepção das mulheres sobre trabalho e o modo de sobrevivência local, introduzimos uma análise dos significados como técnica para apurar descrições de conteúdo muito aproximativas, subjetivas, levantando suas principais categorias.

No quarto capítulo, os resultados da pesquisa são apresentados e fundamentados nos procedimentos da análise de conteúdo. Ademais, são debatidos os achados sobre as condições materiais de vida e sobrevivência local, a percepção de trabalho, o sentimento de mulheres sobre desemprego diante do contexto simbólico de exclusão social e a visão das mulheres sobre o auxílio bolsa família.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais e a proposta do produto da pesquisa, como também o relatório dos debates entre as mulheres, elencando os entraves que, segundo elas, dificultam a emancipação das mulheres para mundo do trabalho.

A pesquisa propôs a concepção de um artesanato intelectual, interpretando dados da realidade das mulheres na ação coletiva entre a pesquisadora e o grupo de mulheres, objetivando a fomentação de uma proposta de relatório contendo todas as suas informações e discussões. A proposta do seminário local envolvendo o CRAS e gestores locais de saúde, educação e assistência social, para refletir sobre o acesso ao mundo do trabalho foi o caminho apontado pelas mulheres, no sentido de sair da invisibilidade social, para além da pesquisa.

A pesquisa apresentou risco mínimo aos participantes pelo potencial reduzido de causar constrangimentos. A pesquisadora ficou alerta e cautelosa nas entrevistas e questionários, deixando claro que somente iriam participar das entrevistas aquelas que autorizassem por escrito.

Nas discussões em grupo, o cuidado foi necessário na abordagem e nos debates com os temas geradores, a fim de não causar conflitos entre as mulheres em condições diferentes de trabalho e situação social.

Os sujeitos da pesquisa foram as mulheres que integram o Programa Mulheres Mil do IFBA de Ilhéus as quais desejaram participar do estudo e também os professores do referido Programa que optaram pela participação neste estudo investigativo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÃO DO IFBA NA APLICAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL

Neste capítulo, elaborou-se uma análise de políticas públicas, visando subsidiar o entendimento da pesquisa, que objetivou mostrar toda a trajetória de restrições ao mundo do trabalho vivenciada por mulheres e de que forma se dá a fragilidade dessas mulheres no sistema econômico vigente.

Inicialmente, foram tratados os conceitos de políticas públicas, economia política, educação e pobreza, além de política social, fazendo-se um recorte para a política social no Brasil contemporâneo, refletindo e debatendo com alguns autores para, posteriormente, esboçar os limites que as mulheres precisam desafiar frente à tendência neoliberal de sucateamento de políticas públicas.

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Política, na concepção de Bobbio (2002, p.1.), é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Esse sentido de política talvez seja o mais presente no imaginário das pessoas: de atividade e competição política. Outro sentido atribuído ao termo é o que tem relação com orientações para decisão e ação.

As Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e tem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Alguns autores defendem a política numa abordagem estatista: aquela que é monopólio de atores estatais (HECLO, 1972; DYE, 1972; MENY; THOENIG, 1991; HOULETTE RAMESH, 2003).

Outros consideram a política pública numa abordagem multicêntrica a qual faz referência às organizações privadas, organizações não governamentais, juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento de políticas públicas (DROR, 1971; KOOIMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI, 2001).

Nesta pesquisa, a política do Programa Mulheres Mil foi analisada dentro da abordagem estatista, levando em consideração a reforma do Estado, que carregou em seu construto a adoção de políticas restritivas de gastos e passou a dominar a conjuntura

econômica, social e política da sociedade do capital. Os valores neoliberais trouxeram novas visões sobre o papel dos governos e substituíram as políticas empreendidas pelo chamado “Estado de Bem-Estar” por políticas de restrições, o chamado “Estado Mínimo”³.

Compreendemos o Programa Nacional Mulheres Mil enquanto uma política que responde à forma estatista, levando em consideração a desigualdade alarmante na sociedade. Para tanto, ao mesmo tempo em que o sistema econômico exclui, o Estado cria programa para minimizar a questão social da desigualdade social, e assim chega a política de educação do Programa Mulheres Mil ao Campus de Ilhéus, como forma de garantir a inclusão e emancipação de mulheres do entorno.

Apresentamos várias definições de políticas públicas para provocar a reflexão: Mead (1995) define a política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo as quais irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo viés: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) segue a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

A definição de política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados. No caso do Programa Mulheres Mil, acredita-se que o Estado criou um instrumento para discussão de caráter mais conceitual sobre relações de gênero e os enfoques da elaboração feminista, contemplando as diversas faces da opressão das mulheres que fundamentam as relações sociais, de modo que pela educação possa vislumbrar a cidadania.

Sob a ótica de Secchi (2006, p. 7), a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural etc.) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional), de modo a provocar impactos nesse universo.

Esse autor afirma ainda que a tipologia sobre a essência a intencionalidade da política pública possui elementos redistributivos, quando concede benefícios concentrados para um tipo específico de categorias (mulheres) e implica custos sobre outras categorias de atores.

³ Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo. A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica.

De acordo com Lowi (1964, p.74), as políticas redistributivas não recebem esse rótulo pelo resultado redistributivo efetivo, mas sim pela expectativa de contraposição de interesses claramente antagônicos.

Entendemos que nas políticas públicas direcionadas para as mulheres não há um olhar específico sobre a falta de oportunidade de emprego – vale reiterar que são muitas mulheres desempregadas, vivenciando a desfiliação social. O Estado, por intermédio das políticas públicas, tenta organizar a sociedade de forma pontual, sem a intenção de abarcar todo o contingente de mulheres desempregadas.

O desemprego chegou a uma dimensão complexa, que abarca um conjunto de problemas. De acordo com Cobb; Elder (1983, p. 36), essa agenda de conjunto de demandas (Políticas Públicas) é conhecida como agenda formal (Institucional), ou seja, aquela que o poder público decidiu enfrentar.

Conforme destaca Subirats (1989, p. 50), a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer com que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas.

Diante desse entendimento, foi necessário revelar a qual ou a quais interesses as políticas públicas atendem, para não correr o risco de “fetichizar” os Programas do Estado voltados para uma camada da população, sem o olhar crítico da questão .

Ora, ao abordar o conceito de políticas públicas também se esbarra na concepção de “Estado Ampliado”⁴, sendo este entendido como um espaço contraditório, já que hegemonicamente representa os interesses da classe dominante, mas ao mesmo tempo incorpora demandas das classes subalternas, como explana Gramsci (2000):

A hegemonia se constrói a partir da sociedade civil e suas diversas organizações, mas tem no Estado um instrumento indispensável para sua realização, consolidação e reprodução [...] Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 2000, p.21).

O Estado, por sua vez, desarticula a sociedade, buscando o discurso da solidariedade coletiva por meio das ONG, e nos locais onde não se tem ONG pulverizam-se ações

⁴ Expressão que designa a concepção de Estado em Gramsci. Nesta, o Estado, por incorporar também a sociedade civil com seus aparelhos de hegemonia, além da sociedade política com sua função coercitiva, amplia sua função: manter o consenso de uma classe sobre a outra. E, para tanto, apreende, por vezes, demandas das classes subalternas.

estanques. E assim o agir político conduz ao pensamento mecanizado e coletivo de reprodução do sistema de interesse da classe dominante.

Tanto nos países ricos quanto nos pobres é consenso que o neoliberalismo é um complexo processo de construção hegemônica, configurando-se como uma alternativa de poder, constituída por uma série de estratégias políticas e econômicas para controle das classes subalternas.

Nessa configuração, o Estado assume certos encargos para remoção de alguns entraves que estão dificultando a implantação das novas estruturas do capital, como forma de garantir a proteção social que ele mesmo negou. A sociedade, por sua vez, torna-se parceira, em busca desse mínimo para uma minoria de expropriados.

A grande preocupação é com a fragmentação das políticas públicas, tendência presente no interior do Estado capitalista atual, voltado cada vez mais ao fortalecimento de uma política privatista, sob uma ótica de segmentação dos sujeitos sociais e de redução do papel do Estado.

Segundo elucida Gentili (2001), durante a segunda metade do século XX, o neoliberalismo deixou de ser apenas uma simples perspectiva teórica, produzida em confrarias intelectuais, para orientar as decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista.

Por acreditar na possibilidade de conquistas democráticas de debater na pesquisa, pensamos na perspectiva de implementar a política do Programa mulheres Mil na lógica de emancipação como possibilidade de fortalecimento do território para fomentar a participação e a multiplicação da informação, ao mesmo tempo em que colocamos em prática a matriz do programa como exercício de cidadania.

Mobilizar as “Mulheres Mil” indicou uma possibilidade de reação à hegemonia que mantém a sociedade hierarquizada e excludente. Trata-se de uma abordagem para a consciência crítica da mulher, uma possível construção da cidadania para a resistência, para a contestação e a construção da identidade cidadã. Obviamente ainda há muito a se pensar, elaborar e debater sobre as políticas públicas de gênero.

2.2 A POLÍTICA SOCIAL

Política social é um desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo. Segundo Demo (1994, p. 25), a política social tenderá a ser tática de desmobilização e controle, enquanto do ponto de vista dos desiguais assoma como contraposição. Para o autor, na teoria da emancipação, os espaços de renda e poder não estão

disponíveis. Ao contrário, são duramente disputados, e não será social a política que não tocar nas desigualdades e não se debruçar sobre a questão social.

A discussão parte do princípio de desigualdade como marca estrutural de qualquer história sobre a realidade. Demo (1994, p. 25) observa que somente quem está no poder pretende pintar a história dentro da estratégia de desmobilizar os marginalizados. As mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir sobrevivem de pesca e de benefícios do Programa Brasil Sem Miséria (Bolsa Família). A miséria local foi naturalizada, conforme o pensamento de Paugam (2003, p. 201); a pobreza não é estigmatizada quando se banaliza, ou seja, quando ela é muito frequente, enfim, o conjunto da sociedade não a discrimina.

Nesse sentido, é válido enfatizar a necessidade de participação de mulheres do programa Mulheres Mil no enfrentamento da pobreza. A implicação dessas mulheres nos resultados das ações significou agir apontando a contradição entre o discurso de inclusão social do Estado e a realidade ali existente, pois muitos gestores passam pela Rodovia Ilhéus e Itabuna desconhecendo as mazelas daquele território. A cultura de abandono dos lugarejos (territórios) acaba ignorando as desigualdades existentes como se fosse algo que não pertencesse aos problemas da cidade, e sim das pessoas isoladamente.

Raichelis (1991) explana sobre o papel do Estado na implementação das políticas sociais.

O Estado e as Instituições sociais têm se pautado por uma visão fragmentada da totalidade social. As Políticas sociais são concebidas setorialmente, enquanto expressões parciais da realidade, como se o social fosse o meio somatório dos setores de educação, saúde, codinâmica e contraditoriamente um complexo processo de relações e determinações (RAICHELIS, 1991, p. 99-100).

Coadunamos com o pensamento da autora, quando percebemos que os problemas dos sujeitos da pesquisa não representam a totalidade global das questões sociais de outros territórios como um todo. Dessa forma, o Estado implementa as políticas, seja de educação, seja de saúde ou outra área de forma fragmentada, repassando a ideia de que os problemas sociais serão resolvidos pelo simples fato de atingir um grupo de 100 mulheres em cada território num certo período de tempo.

Considerando-se que no município de Ilhéus não ocorre efetivamente o planejamento participativo, a convocação das mulheres para discutir problemas locais ainda não é uma prática habitual. Assim sendo, não causou surpresa a ausência dessas mulheres nos espaços públicos.

2.3 UM RECORTE SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A promessa de política de Bem-Estar Social preconizado pela social democracia não foi alcançada no Brasil. Atualmente, a miséria e a fome alcançam um patamar assustador. E por mais que essa situação seja apresentada nos jornais, mídia em geral ou nos dados do IBGE por uma redução de pobreza, vislumbrando que atualmente a população passa para outra categoria na estratificação social (não mais de pobreza extrema), tais dados não garantem que o Estado esteja assumindo seu papel protetor e cuidador de indivíduos e que tenhamos alcançado, por fim, o Bem-Estar Social.

O auge do neoliberalismo no mundo se estende até a crise global de 2007/2008, mas no Brasil o programa político iniciado em 2003 introduziu o dirigismo econômico que perdura até os dias atuais com resultados nefastos.

O conceito de *Welfare State*⁵ nasce com base na concepção de que existem direitos sociais indissociáveis à existência de qualquer cidadão (MARSHALL, 1967, p. 12-97). Segundo tal concepção, todo indivíduo tem o direito, desde seu nascimento, a um conjunto de bens e serviços que devem ser fornecidos diretamente pelo Estado, ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos contemplam cobertura de saúde e educação em todos os níveis, auxílio ao desempregado, garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para sustentação dos filhos etc.

Apesar das conquistas de 1988, de ascensão de lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade. Dos anos 1990 até os dias de hoje tais movimentos têm sido compreendidos como uma contrarreforma⁶.

A ideia reformista a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social democrata, sendo submetido ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio histórica (BEHRING, 2003, p.149).

⁵ Em *Política Social*, escrito em 1965, Marshall (MARSHALL, Thomas, 1967, p. 12-97) procura dar conta da origem do Estado de Bem-Estar Social na Inglaterra, bem como de sua evolução no pós-guerra, notadamente na década de 1950 e início da década de 1960. Para o autor, o Estado de Bem-Estar Social naquele país tem início em meados da era Vitoriana, qual seja, no último quartel do século XIX. Era de prosperidade e confiança, teria marcado o início da adoção de medidas de política social: leis de assistência aos indigentes, leis de proteção aos trabalhadores da indústria, medidas contra a pobreza etc. Em tais medidas, estaria o embrião daquilo que, mais tarde, após a Segunda Grande Guerra, seria conhecido como *Welfare State*.

⁶ Processo que é amplamente tratado por Behring (2003) reformas orientadas para o mercado num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social, reformando-se o Estado com ênfase especial nas privatizações e na Previdência Social.

No livro *Política Social* (2008), Elaine Behring detalha bem a história do século XX, em âmbito mundial, e constata que a reforma estava associada à legislação social e, no pós-guerra, ao *Welfare State*, intrínsecas ao Capitalismo, sob pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do papel do fundo público, desencadeando medidas keynesianas de sustentação da acumulação, ao lado da proteção ao emprego e do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores. Esses procedimentos foram viabilizados pelo Estado de direito, sob a condução da social democracia, de reforma a longo prazo.

Segundo Behring (2004, p. 162), o *Welfare State* foi claramente uma reforma, uma tentativa temporal e geopoliticamente situada de combinar acumulação e diminuição dos níveis de desigualdade, com alguma redistribuição de renda. Segundo a mesma autora, no Brasil não houve reformas no sentido social democrata, mas processos de modernização conservadora da burguesia brasileira (COUTINHO, 1989), sempre sob o controle das classes dominantes. Nos anos de 1990 houve um desmonte e a destruição do Estado (TAVARES, 1999) para a adaptação passiva a lógica do capital (LESBAUPIN, 1999) protagonizada por Fernando Henrique Cardoso.

As ações assistencialistas até pouco tempo eram as principais alternativas de eleição, mantenedoras das classes dominantes. As ações voltadas para mulheres ainda são vistas enquanto retrato do desmonte do Estado.

A reforma da época foi o ajuste fiscal e houve uma campanha na mídia para legitimar e facilitar as privatizações com argumentos de reduzir a dívida interna, obter preços mais baixos para os consumidores, garantir melhor qualidade de serviços e atingir maior eficiência econômica das empresas, as quais estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado (BIONDI, 1999; 2000). Como consequência dessa estratégia política, houve a entrega do patrimônio público ao capital estrangeiro, o que levou ao desmonte de parcela do Parque Industrial Nacional, e uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, o que levou ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial.

Esse período foi expressivo na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como na regulamentação do terceiro setor para execução das políticas públicas. Ao se estabelecerem parcerias com ONG e instituições filantrópicas para implementação das políticas, as formulações de políticas sociais foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Muitas ONG na Bahia, ou mais especificamente em Ilhéus, respondem aos anseios do capital, revestidos de filantropia.

Para Behring (2004, p. 157), a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tensionada pelas estratégias de superlucros e pela tendência de contração dos encargos sociais e previdenciários. Tudo isso evidenciou-se na privatização de setores de utilidade pública, que incluem saúde, educação e previdência, o desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, configurando um ambiente ideologicamente individualista, consumista, hedonista ao extremo, num contexto em que as forças de resistências se encontravam fragmentadas em função do desemprego, precarização e flexibilização das relações de trabalho e de direitos.

De acordo com Gomes (2013, p. 66), a crise societal dos anos de 1990 anuncia um influxo radical no processo de reprodução de classe, incidindo diretamente nas esferas da vida política e na construção das forças de esquerda. A autora afirma que no Brasil esse debate é marcado por uma divisão social inconciliável, e nesse mesmo período por uma agenda de reformas conectadas com os circuitos socioeconômicos mundializados com o compromisso de fortalecer o regime democrático.

Oliveira (1989, p. 66) aponta que os estudos os quais tratam da ofensiva neoliberal ao longo desse período – tendo como marco o pleito eleitoral de 1989, com a coroação do “Príncipe de Alagoas” – demonstram claramente as contradições que envolveram os projetos de sociedade que vinham se debatendo com a transição democrática no Brasil, indicando a todos que a pífia da “vanguarda de atraso desde sempre operou a favor da integração passiva dos dominados.

Na esteira desse debate, o Estado tendeu a mudar sua regulação e o controle sobre as condições de uso da força de trabalho. Também mudou em relação ao seu papel na área de política de proteção social, época em que houve avanço na mercantilização da Previdência Social, além de pouca legislação de proteção ao trabalho, tudo isso para atender às exigências de acumulação de capital.

O resultado desse período registra aumento do desemprego, redução de postos de trabalho, encolhimento dos empregos no setor formal, jogando milhões de trabalhadores para a informalidade, altas taxas de juros, e corte com gastos em seguridade e nas políticas sociais.

Sobre esse cenário, Mota explana:

[...]ao lado das medidas de ajustes econômicos ,as mudanças no sistema de seguridade social brasileiro constituem o maior destaque da agenda das reformas liberais, que tem como principais formuladores os organismos financeiros internacionais, os empresários vinculados ao grande capital e a burocracia estatal a eles associada (MOTA, 2000, p. 42-43).

A Política de Assistência Social é a que mais sofre até os dias de hoje, tentando manter-se como política pública para combater os reforços dos esquemas tradicionais de poder como as práticas de clientelismo e de subalternidade. Ainda se veem em todo território e comunidades vulneráveis as articulações políticas de assistencialismo e tutela que contrariam os princípios promulgados no artigo 194 do capítulo II (da seguridade social) do título VIII (da ordem social) e da Constituição, conforme previsto na operacionalidade da seguridade social no Brasil⁷.

2.4 POLÍTICA EDUCACIONAL, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM TEMPOS NEOLIBERAIS

O Ministério da Educação em 2010, no governo do presidente Lula, ao apresentar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), trouxe a público o seu compromisso com a educação brasileira com mais uma ação: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dentro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – antigos CEFET – o que se traduz, nesse período histórico, como um dos pilares de sua ação.

À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, afirma-se a educação profissional e tecnológica como uma política pública. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT, alicerçada pelo crescimento econômico e educacional do Brasil, traz um grande desafio à política pública, no sentido de cumprir o papel de democratizar conhecimento, buscando cumprir sua filosofia no processo educativo fundamentada no tripé ensino-pesquisa-extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização.

Entretanto, para ter acesso ao Ensino Médio profissional e tecnológico, o cidadão precisa ter garantida a educação básica conforme previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o que concerne às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as quais preveem que toda nação tenha acesso ao ensino.

Assim a Educação Básica para todos passa a ser um imperativo na manutenção da ordem social, ante as ameaças de desintegração e conflito. Nessa perspectiva, além de formar objetivamente para o trabalho e atribuir condição de empregabilidade aos indivíduos, a Educação Básica deve propiciar aos mais pobres e excluídos alguma forma de integração social (OLIVEIRA, 2000, p. 24).

⁷ A seguridade social foi regulamentada pelas Leis da Seguridade Social (1991). Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei orgânica da Saúde. O processo de regulamentação não garantiu a materialização de todos os princípios previstos na Carta Magna.

Se a educação básica é um imperativo para inclusão social, algo desconexo acontece nos vilarejos do entorno do IFBA, pois as mulheres nesse território não dispõem de Educação de Jovens e adultos (EJA) ou de política que atenda às demandas do Programa Brasil Alfabetizado, possibilitando que a comunidade possa estudar sem se deslocar para outro bairro à noite (Banco da Vitória e Salobrinho).

Trata-se de uma negação na manutenção da ordem, pois a ausência de estrutura nega a oportunidade de acesso à educação básica no local. Em sala de aula do Programa Mulheres Mil, analisamos de que forma pode-se promover a emancipação de mulheres, se não há discussão com a Rede de Ensino Municipal para viabilizar tais perspectivas. De antemão, o IFBA não pode assumir a responsabilidade de outras políticas públicas para garantir, de forma isolada e independente, a educação das mulheres.

Se pensarmos a educação profissional como sendo um conjunto de políticas, programas e ações de educação, independentemente do nível e de sua relação com a escolaridade, cujo princípio e objetivo é a formação para o trabalho, de que maneira essas classes podem construir seu projeto emancipador com uma educação que atende somente às necessidades do mercado, podendo provocar apenas o acesso do indivíduo aos Institutos e não necessariamente garantir a tais sujeitos uma formação plena?

A criação da Rede Federal de EPCT, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estabelece em seu artigo 6º inciso IV que é necessário “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.” (BRASIL, 2008).

No artigo 7º, da referida lei, encontramos os seguintes incisos:

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008 p.18,19).

No ano de 2014, a estratégia do Estado para manter o Programa Mulheres Mil foi a sua incorporação ao Pronatec em rede com MDS, como forma de garantir, financeiramente, a política educacional de mulheres e manutenção do programa.

Percebe-se nessa construção de política que a educação⁸ foi posta como elemento fundante para manutenção do projeto neoliberal, sistema que solapa a humanidade e aumenta a exclusão social, coloca a educação como elemento suplementar para o desenvolvimento econômico, e o Estado passa a nortear políticas de capacitação de mão de obra para inserção da população no mercado de trabalho, de acordo com as prerrogativas impostas pelos órgãos de cooperação técnica e financiamento.

Ao analisar a política e as contradições do sistema econômico, Tiramonti *apud* Krawczyk, Campos e Haddad (2000, p. 134-135) assevera:

O deslocamento da política como eixo estruturador da ordem social em favor do mercado e a ruptura da sociedade[...] colocam em crise o sistema de cooperação social que organizava o espaço a partir de definição de recursos, seus padrões de distribuição e as metodologias de intercâmbio e de luta.[e argumentam que] as políticas neoliberais, ao colocar o mercado como eixo organizador da sociedade, tiveram um efeito despolitizador da vida social e deslocaram para a esfera privada boa parte da disputa pelos recursos.

Segundo Biondi (1999, p. 32), nos tempos atuais, as noções ainda hegemônicas de competência e empregabilidade influenciam a presença, a ausência e a intensidade da vinculação das ações de qualificação de qualquer nível com as estratégias de desenvolvimento sócio econômico ambiental includente. Esse autor, sob uma perspectiva marxiana e gramsciana, aponta que é imperativo pensar o trabalho como princípio educativo, não o trabalho apenas como um fim, mas como portador de um conjunto de significados filosóficos, econômicos, políticos práticos pedagógicos.

Desse modo, ações de inclusão partem do princípio de envolvimento de atores sociais na discussão, diálogo entre representantes sindicais para analisar e refletir sobre o que está posto sobre políticas de trabalho, emprego e renda, ultrapassando o campo educacional. Criticam-se, então, as próprias propostas de educação profissional que são encaminhadas ao Congresso Nacional, sem levar em conta as especificidades de cada território.

Nesse sistema, a mídia veicula a importância dos cursos tecnológicos e provoca nas pessoas uma busca acirrada pelos cursos, como se esta, isoladamente, fosse a solução de combate à miséria e à desfiliação. Observa-se, na prática, a grande procura por vagas no Pronatec nas instituições e, com isso, chega-se a pensar no risco de dar importância maior ao

⁸ SOUZA, Lisandra Amaral de. **A educação brasileira em tempos neoliberais**: reflexos da violência econômica. EDUNEB, 2012.

Pronatec do que ao Ensino Médio. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser repensadas na área de Educação.

Mészáros (2008, p. 13) alerta que o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente, para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência somente é reconhecida nos quadros estatísticos.

A educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação, uma educação para além do capital significa abandonar de uma só vez conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa [...]. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZAROS, 2008, p.13).

Assim, surge a seguinte questão: as políticas públicas educacionais devem estruturar a rede para manter a educação dos indivíduos, se a proposta é a transformação social, a emancipação? Para responder a tal indagação, podemos pensar na política de extensão do IFBA enquanto um referencial de política de inclusão, mas que deve compartilhar essa responsabilidade buscando parceiros em rede, discutindo em roda com os gestores locais, comunidade, empresas e ONG, para proporcionar caminhos de possibilidades e não apenas fornecer conhecimentos para legitimar os interesses dominantes, pois dessa maneira não consiste em uma educação profissional para emancipação.

2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO DO IFBA E A INSERÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO CAMPUS

O IFBA tem como uma das propostas e missão a promoção do desenvolvimento integral do ser humano, partindo de valores éticos, sociais e políticos, de maneira a potencializar uma formação profissional de excelência e preservar a dignidade do sujeito, a fim de que possa desenvolver ações junto à sociedade, mais precisamente no mundo do trabalho, com base nos mesmos valores (PPI, IFBA, 2014, p. 27).

Trata-se de uma Instituição de ensino de origem centenária, que acompanhou as transformações da sociedade brasileira, especialmente no século XX, tendo fomentado o conhecimento tecnológico em todo o Estado. Os Institutos Federais de Educação possuem uma função social e vêm sendo espelho tanto das problemáticas das políticas educacionais quanto das questões familiares, comunitárias e do trabalho.

Na organização didática de ensino dos IFBA (Ensino, Pesquisa e Extensão), o Programa Mulheres Mil está diretamente ligado à Coordenação de Pesquisa e Extensão (Copex) do IFBA - Campus Ilhéus, que foi instituída oficialmente pela Portaria nº 1.046 de 05 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 08/07/2013. A Copex surge com o intuito de fortalecer e sistematizar as ações de pesquisa e extensão que vêm sendo desenvolvidas no IFBA - Campus Ilhéus nas diversas áreas de conhecimento.

Para clarear a reflexão, constam no Projeto Pedagógico Institucional 2014 (doravante PPI), no que concerne à implementação das dimensões da extensão tecnológica, as seguintes diretrizes:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade, por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões;
- Articular políticas públicas para dar oportunidade ao acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão (PPI, IFBA, 2014, p.72).

No PPI do IFBA, o Programa Mulheres Mil, instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho 2011, teve como principais desafios a defesa, o protagonismo e o alcance da autonomia de mulheres, a concretização de uma formação educacional, profissional e tecnológica, com objetivo de elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

Esse Programa, inserido no âmbito da Copex e implantado no segundo semestre de 2011, como dito anteriormente, seguindo as diretrizes da portaria que o instituiu, passou a ofertar os cursos para 100 mulheres a cada quatro meses, analogamente a uma boa parte dos Institutos Federais (IF) que a ele fizeram adesão.

Estruturado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável –, o Programa Mulheres Mil possibilita a inclusão social por meio da oferta de formação com ênfase na autonomia e na criação de alternativas visando à inserção no mundo do trabalho,

para que essas mulheres consigam melhorar a qualidade de vida, com reflexos para suas comunidades.

O acesso à Instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão, promotor de permanência no ambiente dos institutos e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade, dada a mudança de concepção de acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo. O sistema de acesso deve, portanto, ser democrático e inclusivo, promovendo a sustentabilidade e a equidade, independentemente da faixa etária e do conhecimento educacional prévio.

A certificação de competências dar-se-á por meio da Rede Certific, com atribuições específicas, que poderão, dentro de curto prazo, afirmar o que se reconhece como aprendizagem prévia das mulheres, considerando atividades de famílias constantes no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO).

A Rede Certific é uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Portaria Interministerial nº 1.082, de 20 de novembro de 2009, voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a serem obtidos por meio de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Programas Certific).

Durante muito tempo, a educação profissional no Brasil esteve fortemente pautada pela lógica de acumulação capitalista, reforçando o distanciamento entre uma minoria abastada da sociedade e o restante da população, muitas vezes desprovida das condições mínimas de sobrevivência. A essa parcela destina-se, em termos educacionais, o mero adestramento em determinados ofícios e técnicas para garantir os bens de consumo e a ostentação econômica das elites dominantes. Novas roupagens revestiram a educação profissional ao longo do tempo, porém, mantenedoras dos antigos propósitos. Nesse sentido, Pacheco (2009, p. 23) afirma:

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana é um dos objetivos basilares dos Institutos. Portanto, cabe aos programas de extensão um olhar cuidadoso sobre seu entorno.

Assim, a proposta de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão na comunidade do entorno do IFBA, por meio do Programa Mulheres Mil, pode permitir uma conexão com essa realidade, potencializando a participação dos diversos atores locais.

Porém, observa-se que a cultura educacional do Ensino Médio caminha no intuito de preparar os alunos para o vestibular, contrariando a perspectiva do ensino técnico, existindo práticas de extensão, porém não na mesma horizontalidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por outro lado, observa-se que o eixo estruturante do Programa Mulheres Mil – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – é complexo. Entre educação e cidadania há um longo caminho a ser percorrido para o desenvolvimento sustentável. Isso porque, na base de ensino, o programa quer produzir nas mulheres uma obrigação de aceleração de aprendizagem (quatro meses em sala de aula), visando melhorar a autoestima e se inserir no mundo do trabalho.

Se a intenção é preconizar uma ação progressista no Programa Mulheres Mil, decidir por não perder de vista o foco de educação para o mundo do trabalho implica repensar e romper com a lógica do capital, discutir com as mulheres sobre as questões do desemprego, do trabalho precarizado das mulheres e sobre como as empresas estão respondendo a essa realidade, absorvendo ou desvalorizando cada vez mais a mão de obra, principalmente da mulher.

A Extensão se constitui numa via de acesso possível para segmentos e setores tradicionalmente excluídos das atividades desenvolvidas nos Institutos Federais, por meio da promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável, com vistas à inclusão social e à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Entretanto, não podemos manter o discurso fetichizador de que conseguiremos romper com a desigualdade social por meio dos cursos profissionalizantes.

Para fortalecimento da pesquisa, referenciamos o que estabelece o PPI:

Pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica”: por uma profissionalização sustentável, onde consta a ideia fundamental, que as políticas públicas estejam comprometidas, no mínimo, com três grandes eixos: “inclusão social de milhões de brasileiros no mundo do trabalho e na efetiva cidadania; desenvolvimento das forças produtivas nacionais e diminuição das vulnerabilidades sejam elas econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas. ” (BRASIL, 2004, p. 1). Há que se garantir, portanto, uma Profissionalização Sustentável - que englobe, a priori, a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, bem como a atualização e o acompanhamento da rápida transformação tecnológica na qual estamos inseridos (IFBA, 2014, p.16).

Está previsto no documento supracitado, aprovado em 2014 pelo Conselho Superior do IFBA (Consup), um engajamento de esforço nacional de tornar a educação profissional técnica/tecnológica uma ferramenta na construção de uma nação soberana, que tenha em seu projeto o compromisso com o desenvolvimento igualitário, sustentável e justo.

Nesse contexto, o Programa Mulheres Mil - Campus Ilhéus entrou em cena, sendo coordenado pela Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), ligado ao Programa de Extensão. O grande desafio está em ofertar cursos sem perder de vista o papel do gestor de articular a rede.

3 MULHER E TRABALHO

3.1 TRABALHO E CIDADANIA

Para o materialismo de Marx, o trabalho é uma categoria que define o próprio homem, visto que a instância do trabalho define aspectos da história da humanidade. Em suma, o trabalho explica toda ordem de mudança na história.

Tal pensamento ficou bem claro na afirmação de Demerval Saviani, em seu texto sobre a natureza e especificidade da educação, em que o autor faz esta ponderação:

Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de adaptar-se à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia os homens dos outros animais é o trabalho (SAVIANI, 2003, p. 11).

O fator fundante do trabalho, há mais de quatorze mil anos, foi a transformação da natureza para subsistência humana, produzir para atender às necessidades.

No contexto histórico do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade, a sociedade igualitária deixa de existir e surge a divisão de classes. O trabalho foi expropriado, ou seja, o indivíduo entregou seu trabalho excedente na mão de uma minoria (proprietários dos meios de produção), por conta da mercantilização.

Retomado o contexto histórico, já havia produção de excedentes para comercialização, mas somente após a Revolução Industrial a produção capitalista é profundamente marcada, de modo que piora essa produção excedente.

O trabalho tem como sua essência ontológica, essencialmente, uma inter-relação entre o homem (sociedade) e a natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto orgânica. Nessa perspectiva, Marx (1988, p.142) define:

O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens.⁹

⁹ MARX, Karl. **O capital**: crise da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.142-3. V. 1.03.

De acordo com Marx (1988), o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social:

Nós pressupomos o trabalho numa forma exclusivamente humana. A aranha realiza operações que se parecem com as do tecelão, a abelha faz corar de vergonha muitos arquitetos ao construir as suas células de cera. Mas o que distingue, essencialmente, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu a célula na sua cabeça antes de fazê-la em cera. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já estava presente desde o início na mente do trabalhador que, deste modo, já existia idealmente. Ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ele imprime no elemento natural, ao mesmo tempo, seu próprio fim, claramente conhecido, o qual constitui a lei determinante do seu modo de agir e ao qual tem de subordinar a sua vontade”.¹⁰

O autor marxiano Lukács (1997) enfatiza o trabalho como a única forma existente de um ser finalisticamente produzido que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social¹¹. Marx se detém nas características do trabalho e também se refere à sua ação determinante sobre o sujeito humano. Esse autor mostra como o homem, ao operar sobre a natureza e transformá-la, “muda ao mesmo tempo a sua própria natureza, desenvolve as potências que nela estão adormecidas e sujeita o jogo das suas forças ao seu próprio poder”.¹²

As forças produtivas referem-se à capacidade humana de tirar da natureza o que o homem precisa, mas no Capitalismo as forças produtivas cada vez mais fazem com que a oferta seja maior que a procura, provocando a mais valia¹³, cujo reflexo está em todo território brasileiro, Assim, a desordem social está instalada a tal ponto que fogem do controle a violência estrutural e a banalização da pobreza.

Buscamos em Marx a ideia central de que o o dinheiro converte-se em capital, o capital em fonte de mais valia e a mais valia transforma-se em capital adicional. Da forma como se estabelece o funcionamento da economia capitalista, a distribuição de bens segundo a divisão em classe tende a produzir um pólo de intensa acumulação de riqueza e um outro pólo de crescente pobreza.

A sociedade tecnológica na qual vivemos se assenta em um modelo mecanicista de natureza que remonta a Bacon e a Descartes. Lembremos a curiosa teoria cartesiana do

¹⁰ MARX, Karl. **O capital**: crise da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.142-3. V. 1.

¹¹ Sentido ontológico do ser

¹² MARX, Karl. **O capital**: crise da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.142-3. V. 1.

¹³ Deduzindo-se o custo das matérias-primas, das máquinas e do salário, o restante do valor da mercadoria constitui a mais valia, na qual estão contidos todos os lucros.

animal-máquina a qual obedece a fatores de diversas índoles, especialmente vinculados a poderosos interesses econômicos.

Fazer conjecturas sobre a emancipação de mulheres para o mundo do trabalho envolve cogitar o processo histórico do trabalho e a não concretização da cidadania diante de um estado que nega aprofundar sobre as questões da desfiliação social ou a dessocialização, ou seja, todo processo que o cidadão vivencia diante da exclusão social, reflexo da desigualdade econômica e reprodução das forças de trabalho.

Ao trazermos essa análise para a pesquisa no Programa Mulheres Mil, observamos que o crescente investimento em políticas focalizadas, utilizando para tanto as mais diversas roupagens, prioriza um eixo de políticas públicas apoiado na família e nas mulheres. Tais políticas têm a finalidade de reduzir os efeitos do desgaste do tecido social resultante da desigualdade cada vez mais aguda na sociedade brasileira.

O sistema capitalista atingiu uma crise que vem refletindo na vida das mulheres: ou elas fazem parte do trabalho informal/precarizado por tempo determinado, a depender da produção da empresa, ou estão desempregadas, chamadas exército de reserva, as categorias de fragilizadas, assistidas ou marginalizadas. São essas as marcas de uma crise estrutural que se vivencia no País.

A pesquisa *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*, encomendada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em 2000, demonstrou que, entre 1993 e 1996, o real estabilizou o número de pobres em 34%, passando a crescer a partir de 1997. Também foram eliminados cerca de 1,2 milhão de empregos para os que tinham escolaridade de apenas quatro anos (IBGE, 2000).

Com tantas perdas, hoje o que se vê são mulheres que trabalham para sobreviver e completam renda por viés dos programas sociais implementados pelos governos. Assim, tais mulheres não se assumem na categoria de assistidos.

O trabalho, no sentido ontológico do ser humano, é descaracterizado, pois consiste em uma dimensão essencialmente humana e primordial para elevação do indivíduo, ou seja, se que este se torne pleno.

Verdadeiramente, no trabalho toda atividade tem como pressuposto uma necessidade do ser social. E nessa relação, uma nova objetividade surge, tornando o trabalho o modelo de toda práxis social. Segundo Lukács (1997)

o trabalho pode servir de modelo para compreender as outras posições sócio-teológicas exatamente porque, quanto ao ser, ele é a forma originária. O fato simples de que no trabalho se realiza uma posição teleológica é uma

experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isto um componente ineliminável de qualquer pensamento; desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia (LUKÁCS, 1997, p. 190).

Entretanto, o trabalho não está ofertando condições de realizar o ser social diante das situações existentes de desemprego, expulsão do indivíduo do campo, crescimento da economia informal e desrespeito às leis e aos avanços conquistados pela classe trabalhadora.

Na visão de Arendt (2010), além da manutenção da vida, a outra tarefa do trabalho é travar uma luta constante e interminável contra os processos de crescimento e declínio, mediante os quais a natureza permanentemente invade o artifício humano, ameaçando a durabilidade do mundo e sua prestabilidade ao uso pelo homem. O que torna esse esforço doloroso para o homem nessa tarefa é a repetição.

Partimos, pois, da constatação da pensadora supracitada:

O trabalho produz um mundo artificial das coisas nitidamente diferente de qualquer ambiente natural, dentro de suas fronteiras habita cada vida individualizado, corresponde ao artificialismo da existência humana. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano (ARENDRT, 2010, p. 5).

Pensar o valor do trabalho como modelo de toda liberdade do indivíduo está cada vez mais complicado para a maioria, diante das forças contrárias do capital. O Capitalismo propõe às pessoas a utopia de uma sociedade livre e igual, na qual, desde que se produza mecanicamente, consumam e não entendam como funciona o sistema.

O Estado Mínimo, característico da política neoliberal, desresponsabiliza-se da garantia de direitos e os capitalistas valem-se da existência desse contingente de desempregados para pressionar para baixos os salários. Nesse contexto, pode surgir o fenômeno da pauperização absoluta. Isso significa dizer que as condições de vida e de trabalho, as quais os trabalhadores experimentam, constituem uma degradação geral: baixos salários, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, aumento do ritmo de trabalho e aumento do desemprego.

Desse modo, os polos de miséria são instalados, ocorrendo ainda mais exploração. Ocorre uma naturalização da pobreza e, assim, não se pensam estratégias concretas para a sua supressão, mas apenas ações visando reduzi-la (refilantropização da assistência).

As garantias ao trabalho são reduzidas ou mesmo eliminadas, bem como é possível identificar nessas condições a exploração do trabalho da mulher, das crianças e do imigrante. O Capitalismo contemporâneo é determinado pelas relações sociais de produção burguesa.

No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital.

O trabalho implica mais que a relação sociedade/ natureza; transforma também o seu sujeito, pois é por meio do trabalho que o ser se constitui e se transforma em um ser social. É na sociedade e nos seus membros que o ser social existe: a sociedade e seus membros constituem o ser social e dele se constituem; logo, quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida. O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz nem se esgota no trabalho. Marx; Engels (1998) fazem a seguinte ponderação:

Os homens são iguais, todos tem iguais possibilidades humanas de se sociabilizar; a igualdade opõe-se a desigualdade, e o que a originalidade introduz entre os homens não é a desigualdade, é a diferença. E para que a diferença se constitua, ou seja para que todos os homens possam construir sua personalidade, é preciso que as condições sociais para que se socializem sejam iguais para todos (MARX; ENGELS, 1998, p. 31).

A satisfação material das necessidades dos homens e das mulheres que constituem a sociedade é obtida numa interação com a natureza. A sociedade, por meio dos seus membros, transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades, cuja transformação é realizada pela atividade que chamamos de Trabalho.

Marx (no séc XIX) adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, quanto o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho. Para Marx, a natureza e suas leis subsistem independentemente de consciência e desejos humanos, e tais leis somente podem ser formuladas com a ajuda de categorias sociais.

Antunes (2004) afirma que o trabalho está na base da atividade econômica, possibilitando a produção de qualquer bem e assim criando os valores que constituem a riqueza social. E é por ele que surge o ser social, um ser capaz de liberdade (pensar, agir, conhecer, projetar-se, objetivar-se). No ser social desenvolvido, o trabalho é uma das suas

objetivações, ou seja, o homem é produto e criação de sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.

Do modo como está constituída, a Política de Educação para o mundo do trabalho desmonta as conquistas históricas da classe trabalhadora. Diante desse amaranhado da política educacional, precisamos ter senso crítico para não idealizarmos possibilidades frustrantes na vida das mulheres e mais uma vez produzir um discurso que não reconheça a pobreza enquanto um problema social, mas sim o indivíduo cobrando a inserção no mundo no trabalho, penalizando as mulheres pela própria condição precária de vida – contraditória ao processo de cidadania – na qual estão inseridas.

Jacques Delors (2006) corrobora esse ideal de educação. Cabe salientar que as potencialidades a que o autor se refere foram apontadas como medida de desenvolvimento humano para atender aos desafios do século XXI.

Para poder dar respostas ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (DELORS, 2006, p. 89-90).

Portanto, para compreensão da vida social, o valor do trabalho quando provoca angústia e não fortalece o indivíduo pode gerar a desqualificação das pessoas, levando em conta a dimensão simbólica, muito além da materialização do trabalho. Em relação ao trabalho, ou o indivíduo encontra-se na condição de empregado, ou faz parte do exército de reserva. Coube analisar em que tipo de trabalho as mulheres estudadas estão inseridas, se esse trabalho é um trabalho precarizado, na busca por entender o sentimento das pessoas de ausência de poder frente ao trabalho, pois sem esse poder existe apenas a expectativa de exclusão social.

Com a precarização do trabalho, a pobreza aumenta e assume um patamar assustador nas sociedades modernas, vez que “a pobreza não é somente um estado de despossessão, mas corresponde também a um *status* social específico, ‘inferior’ e desvalorizado, que marca fortemente a identidade daqueles que vivem essa experiência” (PAUGAM, 2003, p. 23).

No *locus* desta investigação, a aproximação com a realidade das mulheres envolvidas na pesquisa proporciona a discussão sobre a pobreza, a desigualdade social e a aflição das famílias, remetendo a ideia de pobreza como instrumento de controle do Estado.

Nesse cenário discutimos sobre a desqualificação social, que remete os sujeitos além da perspectiva de Marx (condição materialista) a qual determina as formas de pensar e agir do

indivíduo, para uma perspectiva simbólica de como esses sujeitos também reproduzem pelo sentimento da exclusão, o que, segundo Paugam (2003), precisa ser levado em conta na análise:

A tese culturalista da pobreza: é uma adaptação e uma reação dos pobres a sua posição marginal em uma sociedade de classes estratificada, individualizada e capitalista (PAUGAM, 2003, p. 52).

A autora complementa:

A tese estrutural da pobreza: os pobres são afastados temporária ou definitivamente do mercado de trabalho, porque na ausência de renda, poder e instrução, suas chances de promoção social são comprometidas pelos limites que os condenam pela exclusão social (PAUGAM, 2003, p. 52).

Lavinas (2002), por sua vez, nos leva à reflexão de que a pobreza é uma construção social relacional: definida de maneira diferente em sucessivos momentos históricos, o pobre sempre foi considerado em relação ao não pobre. Assim, dar assistência aos pobres aparece como fator de equilíbrio e coesão social, mecanismo de proteção da sociedade em benefício próprio, mas é um mecanismo limitado, porque não se propõe promover a igualdade de oportunidades, mas assegurar elos sociais – isso porque sua ruptura colocaria em xeque a estrutura social existente.

Isso explica porque tradicionalmente as políticas assistenciais de combate à pobreza adotam distintos níveis de patamares mínimos, onde o que está em jogo é a definição ótima desse mínimo necessário à manutenção dessa relação em condições aceitáveis, pois conceder mais do que o mínimo seria ética e moralmente indesejável, indo além do que implica o dever de assistir (LAVINAS, 2002, p. 34).

Segundo Milton Santos (2009, p. 70), durante muito tempo a questão da pobreza foi analisada como problema unicamente dos pobres nos países chamados desenvolvidos, isto é, individualizava-se a questão. Nesse contexto, a pobreza era “identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico”. Como se pode ver, um pensamento reflete a ideologia de uma sociedade capitalista, de modo que a pobreza só passou a ser concebida por outras dimensões quando tomou uma proporção do fenômeno de massa, mesmos nos países mais desenvolvidos.

De acordo com Rocha (2003), a constatação ocorre a partir da percepção de que as desigualdades sociais e a pobreza não se equacionavam com o crescimento econômico e que o

reprodução nacional bruto não se difundia na sociedade, derrubando assim a ideia de que era necessário esperar “o bolo crescer para depois repartir”.

Demo (1994, p. 10) vem afirmar que o importante nas reflexões não é criar uma dicotomia entre a pobreza socioeconômica e a pobreza política; ao contrário, pois uma condiciona a outra, no sentido de que não se supera uma sem superar a outra, o que se retrata na dificuldade de formação de um povo capaz de gerir seu próprio destino e na dificuldade de institucionalização da democracia.

Assim, a tese culturalista da pobreza é uma adaptação e uma reação dos pobres à sua posição marginal em uma sociedade de classes estratificada, individualizada e capitalista (PAUGAM, 2003, p. 52).

Não há, por conseguinte, a possibilidade de socialização real em uma sociedade com alienação e marginalização. Ao relacionarmos o conceito de exclusão social, vemos que esse conceito não é palpável à mensuração dos seus construtos. Muitos pesquisadores apontam a exclusão social como sendo algo próprio do sistema capitalista. Se considerarmos o discurso de exclusão, veremos que nem todo mundo é excluído de tudo e nem todos são incluídos também, como bem aponta a autora Adailza Sposati no texto sobre o Mapa da Inclusão¹⁴ (2007). Diferentemente das metodologias que realizam a medição da riqueza ou da pobreza, a exclusão e inclusão social são necessariamente interdependentes, visto que alguém é excluído de uma dada situação de inclusão. Nesse sentido, a mencionada autora, em sua pesquisa, constata que o referencial da utopia de inclusão social é uma construção qualitativa entre a autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano, equidade, cidadania, democracia e felicidade, sendo que nem todos são construtos mensuráveis.

Ao mencionar a ideia de que o sistema capitalista impõe às pessoas um sentimento de impotência frente ao desemprego, esse sentimento, segundo Castel (1998), imprime o que o autor chama de desfiliação:

O trabalho aparece como elemento fundamental de integração social. Se os indivíduos perdem sua “função” na divisão social do trabalho, se os indivíduos não mais se mantêm coesos na sociedade porque esta não os demanda como elementos necessários ao bom funcionamento do conjunto societário, então a sociedade encontra-se anômica e passa a desprender sistematicamente indivíduos que, agora, desintegrados são a prova do funcionamento sub-ótimo da própria sociedade (CASTEL, 1998, p. 21).

¹⁴ Fonte: Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. Disponível em: www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/metodologia_mapa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2014

O desemprego estrutural também gera indivíduos que se mantêm desempregados na estrutura da sociedade e não conseguem acessar ou manter um lugar determinado e estável, já que o trabalho, o qual antes tinha um caráter integrador, agora gera a precariedade ou mesmo a própria generalização do desemprego. É o que se confirma nas palavras de Castel (1988):

Este processo põe em xeque o “contrato de trabalho por tempo indeterminado” que fôra uma das bases de sustentação da sociedade salarial e que deverá ser minoritário, sendo substituído por “contratos de trabalho por tempo determinado”, por contratos de “trabalho de tempo parcial” e outras formas de emprego (CASTEL, 1988, p. 21).

Pensar em atuar com políticas públicas na área de educação para o mundo do trabalho implica, necessariamente, remeter-se a perspectivas do sujeito explorado que vive sob as condições que lhe são impostas, neste caso, as condições de vida impostas às mulheres. Ainda nesse sentido, Castel (1988, p. 515-517) explica:

[...] a empresa capitalista se transforma em uma imensa produtora de trabalhadores vulneráveis (desqualifica os trabalhadores que não mais são aptos às exigências da produção, demanda qualificações que poucos possuem e mantém a todos suspensos pelo fio do fluxo de demanda quem advém do mercado). Temos aí a máxima mercantilização da força de trabalho. (CASTEL, 1988, p. 515-517).

Nessa discussão, Lessa (2009) remete a Engels, no que tange à possibilidade de desarrumar a sociedade por meio de uma nova revolução, caminho este apontado pelo autor diante da atual conjuntura do país; de outro modo, a sociedade entrará num estágio de barbárie.

As mulheres em situação de vulnerabilidade estão vivendo um estado de insegurança social, pois não dependem apenas delas as ferramentas necessárias para entrada e permanência no mundo do trabalho. O que essas mulheres vislumbram são possibilidades e, se existem possibilidades, devem “gritar” pelos seus direitos historicamente escamoteados pelo Estado.

Vale retomar o pensamento de Castel (1988):

Este seria o quadro onde se desenvolve a “nova questão social”, marcada por três processos que se interligam: a) a “desestabilização dos estáveis” (ou seja a ameaça de desintegração de parcelas da classe operária que se achavam solidamente integradas e dos assalariados de classe média); b) a “instalação da precariedade” (através do crescimento do desemprego contínuo e recorrente e da mudança na lógica de oferta dos postos de trabalho, que são agora cada vez mais temporários e, c) o déficit de lugares (que é, por sua

vez, determinado pelo crescimento do desemprego e da precarização e significa que, simplesmente, há uma ausência ou uma falta de “lugares ocupáveis na estrutura social”, que possam trazer ao agente social perspectivas de integração devido exatamente à utilidade social do que está realizando). Os indivíduos atingidos por estes elementos são jogados para fora dos “circuitos de trocas produtivas” e se tornam inúteis da perspectiva de uma sociedade que se articula pela interdependência funcional entre seus membros. Por isso haveria uma crise da “identidade pelo trabalho” (CASTEL, 1998, p. 526).

Na política contemporânea há uma centralidade na discussão de direitos relacionados ao *status* de cidadania, em que se faz necessária uma discussão sobre essa categoria. Nesse sentido, Marshall (1967) assevera:

A cidadania é um status concedido aqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e a relação a qual a aspiração pode ser dirigida (MARSHALL, 1967, p. 76).

Esses direitos¹⁵ de cidadania correspondem aos componentes de bem-estar social, cobertura de um sistema de proteção social para segmentos sociais que seriam contemplados pela cidadania, representados por uma espécie de evolução de direitos e *status* de cidadão complexo na sociedade de classes: igualdade/desigualdade. A autora aponta que a estrutura de direitos, como possibilidade de os sujeitos se reconhecerem como incluídos socialmente, promove um deslocamento do conceito de igualdade, assenta no sistema das relações concretas da reprodução do capital, para uma esfera abstrata inscrita pela ideia de inclusão.

Aqui retomamos a tendência à cultura política disseminada no marxismo, que passou a defender o caráter universal dos direitos sociais e humanos inspirados no socialismo reformista após 1945, apontando com maior intensidade a ideia de estado democrático para ampliar a cidadania por meio das reformas sociopolíticas e com possibilidade de transformações no Capitalismo.

Alguns autores rebatem essas ideias, como explica Tonet (2002):

¹⁵. Compreensão de direitos que privilegia o caráter histórico dos direitos inspirados na classificação geracional marshalliana o qual divide cronologicamente os direitos em primeira geração, surgidos no século XVIII (direitos civis), em segunda geração, surgidos no século XIX (direitos políticos e terceira geração, surgidos no século XX (direitos sociais), tendência que vincula direitos ao status de cidadania. GOMES, Claudia. **Em busca do consenso: radicalidade democrática e afirmação de direitos, tendências contemporâneas de serviço social.** 2013.

a luta pelos direitos humanos, pela cidadania e pela democracia teria por si mesmo, um caráter revolucário na medida em que, no limite, se chocaria com a dinâmica do capital de modo que sua plena realização somente seria possível com a supressão desse último (TONET, 2002, p. 6).

A luta pelos direitos diz respeito ao plano político sobreposto, justificado estrategicamente pela cultura moderna nos tempos de incertezas que eleva a todos a sociabilidade contemporânea, fazendo cumprir a função de integrar as classes subalternas à vida social e política, conseqüentemente à ordem socioeconômica, conforme explana Gomes (2013):

O Direito passa a ser um elemento fundamental na relação entre as classes. Perde-se de vista a centralidade real e contraditória entre emancipação política e emancipação humana, recusando esta para afirmar a outra como única forma possível e legítima na construção de outra civiltá (GOMES, 2013, p. 126).

Historicamente, os direitos como linguagem emancipatória sempre são referenciados como discurso do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Segundo Chauí; Santos (2013, p. 127) os direitos humanos foram usados como discurso e como uma arma política, em contextos muito distintos e com objetivos contraditórios, mas também foram usados para legitimar práticas consideradas opressivas, ou mesmo contrarrevolucionárias.

Trabalhar na perspectiva de cidadania nos remete à historicidade dos direitos com o propósito de não reproduzir o discurso de Estado de que as pessoas possuidoras de direitos automaticamente conquistaram a cidadania, como afirma Santos (2013).

A partir de dos meados do século XIX o discurso dos direitos humanos, passou a ser utilizado como vocabulário despolitizado de transformação social, estes foram subsumidos no direito do Estado. Assim o discurso dominante dos direitos humanos gradualmente passou a ser o da dignidade humana consonante com as políticas liberais, com o desenvolvimento capitalista e suas diferentes metamorfoses (liberal, social democrático, dependente, fordista, pos-fordista, fordista periférico, corporativo, estatal, neoliberal) e com colonialismo igualmente metamorfoseado (neocolonialismo, colonialismo interno, racismo, trabalho análogo ao trabalho escravo, xenofobia, islamofobia, políticas migratórias repressivas etc). Este na sua análise crítica diz que temos que ter em mente que o mesmo discurso de direitos humanos significou coisas muito diferentes em diferentes contextos histórico e tanto legitimou práticas revolucionárias como práticas contrarrevolucionárias (SANTOS, 2013, p. 78).

Diante desse amaranhado de conjecturas, há uma possibilidade de lutar pela efetivação dos direitos como caminho da cidadania ou emancipação humana, desde que a luta das minorias não pare de cobrar do Estado sua atuação frente ao desrespeito com o cidadão, e não somente esperar políticas afirmativas elaboradas pelo Estado e financiadas pelas ideias do Capitalismo. A pretensão de luta pela emancipação, que discutiremos logo a seguir, está no princípio de combater a desigualdade.

3.2 EMANCIPAÇÃO FEMININA

Como essa pesquisa avalia as condições de emancipação para o mundo do trabalho na especificação de gênero, nela são apontadas questões de trabalho e falta de oportunidade frente ao desemprego estrutural, sequela do Capitalismo, para ampliar a discussão sobre emancipação feminina. Desse modo, cabe apresentar também, neste estudo, as bases teóricas do feminismo na relação mulher e trabalho.

As feministas argumentam que a posição das mulheres em uma sociedade não é um fenômeno natural, mas um produto social, político e econômico o qual é refletido e perpetuado pelo enviesamento da “ciência” (S. HARDING, 1991). É a cultura da subordinação, da perpetuação de ideias de ciência particulares que, ao estudar o papel da mulher na sociedade, limita-a ao contexto familiar.

Destaca-se que o cuidado desta pesquisa está no estudo sobre o trabalho para emancipação da mulher e não na negação da historicidade de luta das mulheres na vida social.

As teorias sobre o mundo social e as práticas de pesquisa são androcêntricas. O que chamamos ciência não se baseia em critérios universais isentos de valores, mas em normas masculinas e, em particular, na separação mítica entre razão (homens) e emoção (mulheres):

De uma perspectiva androcêntrica, as mulheres são vistas como objeto passivo ao invés de sujeitos da história, como submetidas aos atos ao invés de seres atuantes; a androcentricidade impede-nos de entender que tanto os homens como as mulheres estão sempre submetidos aos atos assim como estão agindo, embora de maneiras muito diferentes. Duas formas extremas de androcentricidade são a ginopia (invisibilidade feminina) e a misoginia (ódio a mulheres) (EICHLER, 1988, p. 5).

Nos discursos os quais circulam acerca dessa temática, muitos apontam a ideia de que os homens são os condutores do raciocínio e as mulheres condutoras da emoção, uma

evidência de que, embora a mulher tenha avançado nas conquistas, permanece no imaginário coletivo a superioridade dos homens.

Os programas sociais se alargam a passos rápidos, por exemplo nas estruturas das escolas, dos CRAS e dos Programas de Saúde da Família e nos grupos de terceira idade. Há uma reprodução de trabalho informal para mulher, como garantidor de emancipação, entre o artesanato, produção de bijouterias, minicursos de manicure e doces. A informalidade não deixa de ser uma estratégia do sistema capitalista, para não dar visibilidade ao exército de reserva. Muitos teóricos acreditam que o mundo produtivo não tem como absorver todos os trabalhadores e cria no imaginário das pessoas a possibilidade de sucesso com a informalidade.

Na leitura de Paugam (2003, p. 197), o percurso da desqualificação social é analisado a partir dos nexos explicativos entre as principais mudanças no ciclo do trabalho (que tem como ponto definidor as rupturas traduzidas pela saída da relação contratual e pela entrada na informalidade) e a identificação desses trabalhadores, ou seja, suas representações no nível da constituição de identidades.

A cidadania de mulheres vem sendo discutida por muitos autores, na perspectiva de garantir liberdade, proteção de sua pessoa, de sua liberdade e de suas crenças, por meio de empoderamento¹⁶, porém elas não são qualificadas para serem membros ativos do soberano, naquela época de propriedade fundiária. Sendo assim, pensar em emancipação de mulheres pressupõe tratar as mulheres de forma equânime (seres iguais aos demais membros da sociedade) e com uma vivência humana, por meio do fortalecimento do feminino e libertação de padrões opressores baseados em normas de gênero.

Há contradições, na realidade, no processo da emancipação humana. As mulheres, sendo objeto deste estudo, sabem bem o reflexo dessas contradições. Emancipação exige uma garantia de intervenção do Estado, associado ao fortalecimento das mulheres. Exige a criação de uma política que assegure direitos básicos da vida cotidiana, ou seja, creche, postos de

¹⁶ O neologismo “empoderamento” está, no entanto, consignado no Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea das Ciências de Lisboa e registrado no Mordebe – Base de Dados Morfológica do Português. O termo é um anglicismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder – *empowermen* –, um conceito que tem raízes na Reforma Protestante. Contemporaneamente, se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social”, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos de 1970, esse conceito é influenciado pelos movimentos de autoajuda, e, nos de 1980, pela psicologia comunitária. Na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

saúde funcionando, escolas com acesso garantido, combate e controle da violência, tanto física quanto mental, e suporte às instituições que garantam o atendimento à mulher. Além disso, urge a criação de espaços de debates pela presença dessas mulheres, como instrumento de atuação de controle social.

Concordando com tais pressupostos, Nogueira (2010, p. 60) discute a divisão sexual do trabalho enquanto um fenômeno histórico, pois esta se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas, ou não, no espaço produtivo.

Quando as mulheres encontram trabalho duplo e doméstico, este é precário e sem a garantia dos direitos trabalhistas. Elas reclamam, mas se submetem porque precisam do trabalho para manutenção da família. Desse modo, entender como a reprodução das forças no Capitalismo estabelece as normas é uma alternativa para a busca de igualdade. Ainda segundo Nogueira (2010, p. 61), o trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária, isto é, no processo de acumulação de capital, o *quantum* de mercadoria/força de trabalho é imprescindível, uma vez que é pela exploração do dispêndio de energia socialmente necessária para a produção de mercadoria que se gera a mais valia.

Por outro lado, a autora afirma a evidência de que o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, preservando-se, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher. A partir da complexa leitura da autora, ao enxergar a dimensão econômica perversa diante do papel da mulher na sociedade, assumimos que o caminho o qual devemos perseguir é o embate e fortalecimento da mulher para ocupar, de forma igualitária, seu papel no processo produtivo.

Se as estratégias das políticas públicas de educação de mulheres para mundo do trabalho respondem às determinações do capital, então apontar os resultados produzidos por elas, no caso a divisão sexual do trabalho e a feminização da pobreza, são condições necessárias para nortear e conduzir mudanças significativas na vida das mulheres, tópicos necessários à compreensão da pesquisa. É o que afirma Pearce (1994):

A feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza

tem início quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos (PEARCE, 1994, p. 24).

A pobreza feminina também é associada à ausência de um homem adulto no domicílio, o qual foi e continua a ser visto como aquele cujo papel é o de principal provedor da família. Quando se refere à feminização da pobreza, alguns indicadores devem ser considerados: a) prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; b) discriminação salarial; c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e d) participação nos mais baixos níveis da economia informal.

3.3 PENSAMENTO POLÍTICO COMO INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO

Com pensamento de reverter a possibilidade de ajustar as pessoas ao programa apontado como política de inclusão, contrapomos essa concepção, introduzindo na metodologia algumas das ideias do estudo do pensamento político. Política como ação capaz de mudança de pensamento, da cultura de exploração e da servidão, capaz de estimular as mulheres a entender seu lugar no mundo.

O aprofundamento sobre a teoria política na leitura de Carlos Nelson Coutinho (2007, p. 7-318) – um estudo sobre o pensamento político de Gramsci – foi fundamental para reordenação desta pesquisa, pela forma entusiástica como o autor mostra os escritos de Gramsci, visando elucidar o processo da teoria política e a relação com os fundamentos de Marx numa relação dialética de conservação/renovação.

Gramsci dedicou-se ao estudo da política pelo sentimento de revolta contra as desigualdades sociais e desenvolveu um sentimento regionalista de que a política protecionista foi o instrumento de formação de um bloco conservador que uniu as indústrias e os grandes latifundiários daquela época, em detrimento sobretudo das populações camponesas meridionais. As medidas protecionistas permitiram altos lucros para as indústrias e favoreceram a política de pequenas concessões a setores operários. Daí Gramsci tornou-se um defensor do livre cambismo, como meio de quebrar a tentativa de reformista de integração do proletariado do norte da Itália (ou de sua camada superior) no bloco dominante.

Coutinho (2007, p. 20) mostra, na leitura de Gramsci, o destaque pelo elemento liberador, o elemento que acentua o papel da vontade e da ação na transformação do real, a recusa do fetichismo dos fatos e dos mitos cientificistas que levavam a um determinismo vulgar e fatalista.

A possibilidade de trabalhar com as mulheres no movimento de mudança na comunidade local reforça o pensamento gramsciano de que a transformação da estrutura requer uma reforma intelectual e moral, ou seja, a transformação social somente é possível numa relação entre a estrutura econômica e social e a consciência dos homens. Nesse campo de visão está a escola, segundo Gramsci citado por Saviani (2003).

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas visando a seu desenvolvimento coletivo (GRAMSCI *apud* SAVIANI, 2003, p. 62).

Gramsci enxerga a plena realização da visão marxista, radicalmente antipositivista e antievolucionista, mas não isenta de fortes traços de idealismo subjetivo e de voluntarismo, que a vontade humana é o verdadeiro motor da história. Importante destaque ao trabalho cultural e de educação de Gramsci na luta para preparar as condições subjetivas da práxis revolucionária.

A luta política – recomeça a se processar num ambiente de relativa liberdade, condição para que os cidadãos possam conhecer a verdade, possam se reunir, possam discutir os programas econômicos e políticos, possam se organizar depois de terem identificado sua vontade e sua consciência social organizada em partido (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2007, p. 22).

Reforçando o pensamento de Gramsci, este entende por cultura um modo de pensar a realidade concreta, de intervir em sua transformação; nesse sentido, acreditamos que na presente pesquisa, inicialmente, se faz necessário estabelecer a diferença entre movimento social e mobilização social: movimento social tem um relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma “mobilização social” remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. A mobilização pode se desdobrar em outras até formar um movimento, mas mobilização em si não significa necessariamente uma organização, nem constitui um movimento social (MONTAÑO, 2011, p. 264).

Desse modo, o desdobramento das atividades visando refletir a questão da emancipação para o mundo do trabalho uniu as mulheres que se mobilizaram para enfrentar e buscar respostas para as questões próprias do local onde moram.

Em Gramsci a transformação social é um processo global, decorrente da relação dialética do econômico e do político ideológico, através da luta política que estabelece o vínculo orgânico entre esses dois elementos, o que implica uma transformação simultânea da estrutura econômica e da política na construção de um novo bloco histórico, onde a transformação do modo de produção implica em alterar o modo de pensar dos homens. (SILVA; SILVA, 1986, p. 29).

O movimento social¹⁷ produz um novo sujeito, o coletivo. Sader (1988) vê no cotidiano popular novos lugares para o exercício da política, pois entender e estudar o cotidiano é entender um certo alargamento da política. Assim, este autor traz a seguinte afirmação:

É preciso ouvir o “popular”, sobre as aparentes contradições, antes de fazer interpretações errôneas. A existência dos Movimentos Sociais se relaciona com a dimensão política participativa, do encontro social com a participação humana. No cotidiano, é melhor que se veja o pobre em sua ambiguidade: “conformismo e resistência”; e não como libertos de ideologia (SADER, 1988, p. 26).

Com educação política e atividades de mobilização, as mulheres terão oportunidade de entender a contradição do Estado e não mais tomar para si a responsabilização da falta de oportunidade de trabalho, o que não quer dizer que cruzem os braços e permaneçam na condição de assistidas. Devem, ao contrário, discutir esse sentimento em pares e perceber que o programa de distribuição de renda amplamente fortalecido pelo Estado (Bolsa família) não é exatamente uma distribuição de renda, mas sim estratégias do Capitalismo para deslocar as contradições sem resolvê-las. Ademais, podem entender que o Estado quer passar a ideia do fim do trabalho assalariado e que todos podem ser empreendedores, ou seja, fortalecer cada vez mais o pensamento da burguesia e concentração de riqueza.

A necessidade da democracia pluralista em todos os espaços, de se criarem alianças, pode levar as mulheres, por si só a saírem do lugar de tuteladas para a posição de sujeitos ativos, já que a emancipação se tece na luta.

Coutinho (2007, p. 43), refletindo a concepção de Gramsci de fazer política – tem seu centro na questão da hegemonia, na questão de aliança de classes; o proletariado não pode se limitar a controlar a produção econômica, mas deve exercer sua direção político cultural sobre o conjunto das forças sociais.

Para compreender essa dimensão de hegemonia, Gramsci usa o conceito de política em

¹⁷ De acordo com o método dialético, Gramsci vê o movimento social como um campo de alternativas, como uma luta de tendências, cujo desenlace não está assegurado por nenhum “determinismo econômico” de sentido unívoco, mas depende do resultado da luta entre vontades coletivas organizadas. GRAMSCI. **Per um rinnovamento del partito socialista**. in ON, p. 117.

dois sentidos: “amplo” e “restrito”. O amplo, em sua acepção política, “identifica-se com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos”. Essa acepção da política leva a inferir que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política como elemento real.

Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético política, em origens de novas iniciativas... um salto entre o determinismo econômico e a liberdade política. (COUTINHO, 2007, p. 91).

Em sua acepção restrita, o conceito de política, segundo Gramsci, seria o conjunto de práticas e de objetivações relativas ao Estado, relação de poder entre governados e governantes. Observa-se nesse entendimento que a política, no sentido amplo, é própria da estrutura ontológica do ser social; a restrita, por sua vez, aparece como algo transitório.

3.4 EMANCIPAÇÃO DA MULHER PARA O MUNDO DO TRABALHO: ALGUMAS CONTRADIÇÕES

O principal desafio da educação é atingir a alfabetização de adultos; neste caso específico, mulheres com baixa escolaridade que abandonaram o sistema educacional, como enfrentar o atraso escolar com estratégias educacionais vinculadas às atividades do dia a dia. Isso implica buscar respostas no próprio território, com a criação de oportunidades de aprendizagens múltiplas e variadas, um conjunto de aprendizagem que vai desde o aprendizado na área de conhecimento, como aquela relacionada ao desenvolvimento de atitudes e estímulo para novas habilidades que possam gerar emprego, até a melhoria da saúde.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), não houve mudanças quanto às características estruturais do desemprego, prevalecendo uma maior taxa entre as mulheres e os jovens. Na Região Nordeste, por exemplo, 10,3% das mulheres e 16,6% dos jovens de 16 a 24 anos de idade economicamente ativos estavam desocupados (IBGE, 2012).

A segmentação do mercado de trabalho se traduziu, dessa forma, na coexistência, por um lado, de um pequeno grupo de trabalhadores qualificados, inseridos em ocupações com elevada produtividade e salários e, por outro, de um amplo segmento de trabalhadores de baixa qualificação,

com menor remuneração e provenientes de ocupações precárias à margem da formalidade (BALTAR, 1996; POCHMAN, 1998; BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007).

Com a premissa de que o trabalho dignifica o indivíduo, dando-lhe sentido à vida, compreendemos que este deve produzir qualidade de vida e fortalecer os sujeitos enquanto cidadãos. Contudo, entre a prática e a teoria de aplicabilidade da educação entra em cena a responsabilização da pessoa, por não ter acesso ao sistema de ensino de qualidade.

O sujeito é culpabilizado, sendo que aos indivíduos inseridos nas áreas afastadas, por exemplo, os conteúdos curriculares nem ao menos são apresentados. Observamos assim que nas estratégias governamentais, em prol da melhoria nas condições de vida, avalia-se a cada ano o rendimento daqueles que estão incluídos nas salas de aula, mas o que estão fora (desassistidos) não entram em projetos inovadores. Em suma, o pobre é socialmente oprimido.

Alicerçado em Marx, afirmamos que o trabalho é considerado como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização; por outro lado, a sociedade capitalista o transforma em assalariado, alienado e sofrido. Desse modo, o que era uma finalidade central do ser social, o trabalho, converte-se em meio de subsistência, a força de trabalho torna-se uma mercadoria cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Conforme vemos em Antunes (2004), o trabalho é convertido em meio e não como primeira necessidade de realização humana, conforme pontua Antunes (1995).

No capitalismo o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada, não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho. O trabalho como atividade vital, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Os meios de trabalho não são só mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. (ANTUNES, 1995, p. 120).

Destaca-se que a própria precarização do trabalho desmistifica a ideia de educação formal como instrumento capaz de emancipar mulheres para o mundo do trabalho.

Segundo Antunes (1995, p. 120), dimensões da precarização estrutural do trabalho, a partir do início dos anos 1970, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto à recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960, quando, particularmente na Europa Ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais.

Esse autor demonstra ter sido nesse contexto que o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário –, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc. Dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado, os capitais em escala global desenvolvem estratégias, a exemplo da criação de cooperativas falsas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho.

Conforme dados do IBGE (2012), o desemprego estrutural é uma forma de desemprego natural, resultando das mudanças da estrutura da economia. Nesse caso, existe um desequilíbrio permanente entre a oferta e a procura (de trabalhadores), que não é eliminado pela variação dos salários. Assim, essas mudanças provocam desajustamentos no emprego da mão de obra, bem como alterações na composição da economia associada ao desenvolvimento. O crescimento econômico, ou melhor, a ausência dele, tem sido apontado como o principal fator para os altos níveis de desemprego no Brasil.

É comum associar o desemprego estrutural ao setor industrial, pois este deixa mais evidente a perda de postos de trabalho para máquinas ou novos processos de produção. Não há dúvidas de que a tecnologia participa do processo, mas é um equívoco condená-la como a vilã do desemprego estrutural. O desemprego oculto responde pela instabilidade econômica vivenciada (IBGE, 2012), de modo que milhares de pessoas atuam em trabalhos precários, de forma descontínua e irregular.

Assim, presume-se que não basta lançar políticas públicas sociais para melhorar a mão de obra e garantir emprego. A capacitação para o trabalho, dos beneficiários da educação, não deve estar vinculada a projetos produtivos e ao setor empresarial. A educação precisa provocar aproximação e sensibilização dos demandantes de mão de obra qualificada (empresários, setor privado, sindicatos produtores, cooperativas), de forma que se tornem aliados em rede para organizar o processo de aprendizagem.

3.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE INDICADORES DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA MULHERES MIL QUANTO À INTEGRAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Nesta seção, busca-se apresentar e refletir algumas das questões fundamentais que perpassam esse campo de estudo sobre educação, inclusão e emancipação. Nele, tecemos

algumas considerações críticas sobre a emancipação para o mundo do trabalho fundamentada nos marxianos, imbricados para garantir a base empírica do estudo.

Há uma necessidade de identificar as áreas do setor produtivo que são destinadas às mulheres que são sujeitos da pesquisa, pois criar alternativas de trabalho autônomo, por meio de cooperativas, pode funcionar como paliativos, mas não garante proteção às trabalhadoras. E se a estratégia não garante a autonomia dos sujeitos, esta não pode ser considerada emancipatória.

Há uma crítica aos critérios de avaliação dos resultados definidos na metodologia do Programa, os quais não são suficientes para comprovar a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho. Observa-se no modelo de avaliação dos resultados uma avaliação quantitativa de ações realizadas, mas não há um indicador que propicie ao CRAS, ao Programa Bolsa Família, ao Ministério de Emprego e Renda, por exemplo, uma real perspectiva de inserção das mulheres ao emprego e à renda. A análise de números por si só não mensura ou expressa essa emancipação conquistada pelas famílias ou de que forma está acontecendo, ou não, a empregabilidade.

O Estado dá mais relevância aos dados quantitativos do que a uma verificação efetiva dos resultados locais do programa. Exemplo disso é que o próprio Sistema Nacional de Emprego (SINE), ao atender os trabalhadores desempregados, para agilização do Seguro Desemprego, não leva em consideração a aptidão do sujeito envolvido, ao encaminhá-lo ao IFBA para cadastro no Pronatec. Os cidadãos são encaminhados para fazer cursos, por vezes, sem qualquer relação com a atividade que realizou durante anos na sua vida.

Vivencia-se, nesse contexto, um desconforto por parte dessa gestão do Programa Mulheres Mil, pois no que tange à garantia de emprego e renda das mulheres, diante da invisibilidade das mulheres e da comunidade onde estão inseridas, constata-se que enquanto não houver uma ação conjunta que discuta o agir do poder local, no sentido de apontar as fragilidades dessas comunidades (os nós críticos), não haverá também a almejada emancipação para o mundo do trabalho.

Os programas e projetos sociais desenhados para melhorar as condições de vida das pessoas, gerar renda e oportunidades de emprego para mulheres, fortalecer a capacidade e o *empowerment* individual ou coletivo de grupos vulneráveis, não têm tido um monitoramento sistemático. Ademais, as avaliações realizadas raramente permitem traçar a causalidade dos resultados e extrair lições que sirvam para melhorar novas intervenções. Enquanto os programas são avaliados quantitativamente, por número de beneficiados, por atingir metas traçadas de médio e longo prazo, não haverá um resultado qualitativamente satisfatório.

No monitoramento tradicional também se encontra uma clara desvinculação do uso dos recursos com os objetivos maiores ou missão da instituição. Por exemplo, a prestação de contas e os procedimentos de licitação de um determinado programa social devem estar de acordo com as normas jurídico-legais exigidas. Contudo, na avaliação de uma política, programa ou projeto, não se dispõe de um caminho único, ou que seja considerado o mais científico.

Portanto, o Programa Mulheres Mil precisa de um marco lógico de análise que interprete não apenas a aplicabilidade do recurso enviado para os Institutos Federais, na lógica processual de prestação de contas dos projetos, mas também os resultados qualitativos do programa. Faz-se necessário, por exemplo, o estudo de impacto da alfabetização atrelado aos programas sociais sobre a qualidade de vida dessas usuárias.

Tabela 01. Formulário: Cópia do Modelo de Prestação de Contas Anual do Programa Mulheres Mil: ano 2012

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO	
Portaria nº. : Termo de Cooperação - Mulheres Mil 2012/SPO – Campus Ilhéus	Processo nº: 23000.014077/2012-12
Executor: Suede Mayne Pereira Araujo	UG/Gestão: 158587/26427
Período de Execução: 11/10/2012 a 31/12/2012	
O recurso financeiro transferido pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC, no montante de R\$ 84.471,95 (oitenta e quatro mil quatrocentos e setenta e reais e noventa e cinco centavos) foi executado conforme previsto no Plano de Trabalho vigente.	
Benefícios alcançados: <ul style="list-style-type: none"> • Certificação de alunas do Curso de Corte Costura e Colocação de piso e Cerâmica em outubro de 2013 • Aquisição de coffee Break; • Visita à Comunidade de Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir com a Proposta de Educação Política para Mulheres; • A 2ª turma está trazendo uma contribuição para fomentar a participação e movimento de mulheres como instrumento de emancipação; • Provocou momentos de vivências de construção coletiva na realidade local; • Novas aquisições de equipamentos permanentes para o campus para facilitar a didática das mulheres inseridas; 	

<ul style="list-style-type: none"> Mulheres investiram em novas capacitações e duas delas ingressaram no Curso subsequente do IFBA Participação das mulheres do Programa em todas as atividades e ações conjuntas no Campus. 	
Justificativa (caso o objeto não tenha sido atingido em sua totalidade): Por motivo de atraso de repasse da verba para o Campus não foram gastos devidos ao processo de licitação e tramitação em tempo hábil.	
Desta forma, declaro que o objeto proposto em referência foi fielmente cumprido.	
Local /Ilhéus BA	Data: 04/11/2013
Unidade Executor: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	

Fonte: Material de avaliação enviado do MEC para o IFBA Campus Ilhéus

Há uma necessidade de repensar esse tipo de avaliação para monitoramento e avaliação de resultados.

O dado quantitativo em relação aos resultados de aprendizagem e impacto sobre a qualidade de vida dos participantes acaba por não produzir respostas que sirvam de indicador para continuação de ensino profissional.

TABELA PROPOSTA

A proposta de reordenação do Programa Mulheres Mil parte do princípio de que é necessário acompanhar a médio prazo e propor alternativas de mudanças na análise de inserção da mulher no mundo do trabalho, como sugerido a seguir:

Tabela 02: Reordenação do Programa Mulheres Mil

Hierarquia Vertical de Objetivos	Metas e Indicadores	Meios de Verificação	Pressupostos
Inserção de mulheres no mercado de trabalho no local onde está implantado o Programa Mulheres Mil	Taxa de desemprego de mulheres reduzida em 20% Ilhéus e região	Registro no IBGE e IPEA Acompanhamento de Cadastro de trabalhador feminino em Ilhéus e região	A estabilidade política e econômica depende também da absorção de mão de obra feminina
	Inserção de mulheres na escola no turno da noite, em escolas de Ilhéus e Itabuna		Espera-se que escolas estaduais e municipais apoiem os Programas e que os recursos sejam aprovados

			e disponíveis.
	Cadastro das empresas em Ilhéus e região absorvendo a mão de obra dos currículos do Programa Mulheres Mil	Dados do cadastro SINE de absorção de mão de obra em Ilhéus	Ministério do Emprego e Renda (MTE), trabalhando como parceiro
	Instalação de creche na Vila Cachoeira Garantia de sala de aula para mulheres na educação Brasil Alfabetizado na Vila Cachoeira.	Registro escolar de adulto na escola da Vila Cachoeira	Apoio da Secretaria de Saúde e Educação e Segurança Pública de Ilhéus

Fonte: Elaboração própria (2015)

a) Utilizar indicadores de efeito e impacto para mensurar os resultados na Vila Cachoeira no prazo de dois anos. Pode-se afirmar que “as decisões últimas da sociedade são de caráter político; mas a preparação de qualquer decisão tem que ser técnica” (ARIDA, 1987, p. 128).

b) Mensurar a qualidade e quantidade dos resultados alcançados por meio do fornecimento e uso dos bens e serviços, tais como: mudanças na qualidade de vida, redução da incidência de doenças, incremento de renda, empregabilidade de mulheres, número de inscrição de crianças na creche associada à família que está trabalhando, e número de mulheres matriculadas em relação às aprovadas para o Ensino Médio.

c) Atuar em rede informatizado entre educação, assistência social e saúde, de tal forma que sinalize as falhas na gestão e promova a mudança no sistema em benefício da sociedade. Algo semelhante ao que acontece entre o INSS e a Receita Federal, que cruzam os dados para controle de renda do contribuinte pelo Estado, a fim de aumentar tributos e arrecadação; aqui há um interesse desses dados para o Estado, que está a serviço do Capitalismo.

4. CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme apresentado anteriormente, um dos objetivos do IFBA é desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Seguindo esse pressuposto, nesta pesquisa qualitativa e exploratória buscamos identificar as possibilidades e os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil, visando ao alcance da emancipação de mulheres para o mundo do trabalho.

Optamos pela pesquisa qualitativa, no intuito de obter dados descritivos mediante contato direto e interativo com a situação objeto de estudo.

A respeito desse tipo de pesquisa, Flick (2009) ressalta:

A pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de número), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados àquela questão e devem ser abertos o suficiente para garantir um entendimento de um processo ou relação (FLICK, 2009, p. 16).

Nessa mesma linha de análise, Becker (1998, p. 2) afirma que “o pesquisador qualitativo utiliza as ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando qualquer estratégia, métodos ou matérias empíricas que estejam ao seu alcance”.

Nesse estilo de pesquisa, as opções de práticas interpretativas a serem empregadas não são necessariamente definidas com antecedência. A escolha das práticas da pesquisa depende das perguntas que são feitas e as perguntas dependem do contexto e do que o pesquisador pode fazer naquele cenário (NELSON, et. al, 1992, p. 02).

Já Godoy (1995) faz a seguinte observação:

A diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características a saber: a) ambiente natural, como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) caráter descritivo; c) o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigador, d) enfoque indutivo (GODOY, 1995, p. 62).

A pesquisa qualitativa adota duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado, é atraída a uma sensibilidade geral interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica; por outro lado, é atraída a concepções da experiência humana e de sua análise mais restrita à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista. Ambas as tensões podem ser combinadas com a aplicação, tanto nas perspectivas pós-moderna e naturalista quanto nas perspectivas crítica e humana (DENZIN, 2006 p. 21).

Em relação ao objeto de investigação, trata-se de uma pesquisa exploratória, como sendo um estudo preliminar realizado com a finalidade de adequar o instrumento de medida à realidade de que se pretende conhecer.

O planejamento não seguiu, de forma rígida, as fases ordenadas. Diante do processo, utilizamos diversos momentos dinâmicos para efetivação e execução da pesquisa.

O Método – Pesquisa-ação

Enquanto método, a pesquisa recorreu à pesquisa-ação, como uma tentativa continuada, sistematizada e fundamentada, na perspectiva de aprimorar a prática. Segundo Thiollent (2005), uma das possíveis definições para esse tipo de pesquisa é a seguinte:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação o do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

A pesquisa-ação, como instrumento de discussão ou de possibilidade de mudança, ampliou a expectativa das mulheres na mudança das estruturas locais.

A pesquisa ação diagnostica focaliza ações ou transformações específicas que exigem um direcionamento bastante explicitado, nesse caso com a participação dos moradores da Comunidade as mulheres da Vila Cachoeira na busca de solução aos problemas da localidade, onde os objetivos teóricos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com as situações expostas aberta ao diálogo, numa linguagem acessível a todos (THIOLLEN, 2009, p.18).

Utilizamos a pesquisa-ação envolvendo discussões (seminários), de forma organizada, com as mulheres da comunidade, tanto em sala de aula quanto nas visitas feitas à Vila, com o objetivo de traçar um diagnóstico situacional e assim compreender a realidade local. Nesse sentido,

A Pesquisa ação tem como objetivos potencialmente alcançáveis coletar informações acerca da questão/problema, concretizar os conhecimentos

teóricos que precedem a prática, comparar as diversas teorias relacionadas ao tema em questão e, finalmente, descrever os processos e as generalizações da investigação, de modo a produzir regras práticas que resolvam os problemas pertinentes à pesquisa (THIOLLENT, 2005, p. 45).

A ênfase também ao Projeto Pedagógico do IFBA (PPI) – aprovado em 2014 pelo CONSUP, na metodologia do Programa Mulheres Mil – serviu de balizador em todo o percurso. Sob esse prisma, a presente pesquisa caminha no sentido de cumprir o que está posto nos documentos do Planejamento Pedagógico Institucional (PPI, 2014), no que tange às ações de Extensão do Instituto Federal, ou seja, deslocar as ciências sociais acadêmicas para missões socialmente significativas, numa argumentação de que a pesquisa-ação é responsável pela geração de conhecimentos válidos, do desenvolvimento teórico e das melhorias sociais prometidas pelas ciências sociais convencionais.

[...] a nosso ver, o método crítico-dialético traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista da relação sujeito-objeto: uma perspectiva relacional, que foge do empirismo positivista e funcionalista e ao idealismo culturalista (THIOLLENT, 2005, p. 45).

Nesta pesquisa, a realidade da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir aqui será retratada pela perspectiva marxista sob o olhar das mulheres do Programa e da pesquisadora, como forma de investigar o entorno e a negação ao mundo do trabalho. Entretanto, a base desta investigação não nega os pressupostos de Arendt (2010, p. 61) diante das condições de vida das mulheres:

O mundo comum depende fundamentalmente da possibilidade de comunicação entre as pessoas, a realidade não existe por si só. As coisas adquirem realidade quando aparecem a nós e quando notamos que não estamos sozinhos em nossa percepção, mas que compartilhamos com os outros, embora cada um veja o objeto em questão a partir de sua perspectiva. ‘A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos’ (ARENDR, 2010, p. 61).

4.1.1 Instrumentos utilizados na Pesquisa-ação

Roteiro das entrevistas semiestruturadas; Roteiro de observação direta/diário de campo; fotografias/gravações; e roteiro das reuniões (seminários) e conversas informais.

As técnicas utilizadas foram as conversas guiadas, fluidas (perguntas abertas). As mulheres foram informantes e não apenas respondentes para iniciar o acesso às fontes que colaboraram ou não com a evidência.

As principais técnicas utilizadas para a coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas, permitindo assim traçar o perfil sociodemográfico das mulheres na Vila Cachoeira.

A entrevista com as mulheres ocorreu de forma leve e envolvente. O processo foi iniciado por elas em sala de aula, quando se fez análise do modo de vida de cada uma; no momento da entrevista, elas já estavam mais espontâneas, abertas para a conversação sobre o tema da pesquisa, autorizaram as fotografias, as gravações dos depoimentos (que foram transcritos) e, no final, voltavam para o grupo analisar e criticar as respostas.

As entrevistas abertas também foram aplicadas aos professores, para perceber quais as categorias que mais aparecem, possibilitando o confronto com as respostas das mulheres.

4.1.2 Roteiro de Pesquisa-ação

a) Fase exploratória - Observação

Diagnóstico da realidade do campo de pesquisa, levantamento da situação e dos problemas. Tanto a pesquisadora quanto as participantes estabeleceram os objetivos da pesquisa, interligando os problemas, campo de observação, atores e tipo de ação que efetivamente acontecerá;

b) Interação com o Universo da Pesquisa - Visita à Comunidade

As visitas e reuniões na Comunidade ocorreram no contexto em que a pesquisadora assumiu vários papéis de interações sociais do grupo de mulheres, como membro do grupo auxiliando na abordagem e em todo o processo organizacional, que ocorreu nas visitas informais, oficinas, entrevistas e nas reuniões (seminários);

c) Elaboração do problema de pesquisa e dos pressupostos (pesquisadora);

d) Coleta, interpretação e análise de dados, reuniões, entrevistas, roteiro biográfico, diário de campo, análise e caracterização do grupo sujeito da pesquisa; aplicação de análise de conteúdo;

e) Seminário

O seminário foi utilizado como meio de discussão e construção em grupo, para centralizar todas as informações coletadas e discutir as interpretações acerca da

investigação (definição de temas e problemas), assim como constituir grupos de estudos, definir ações, acompanhar e avaliar resultados.

O seminário, cuja função era de coordenar as atividades do grupo, foi sempre finalizado pela confecção de atas das reuniões – Campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa.

O grupo foi montado com a participação e entusiasmo de todas as mulheres sempre aproveitando e enriquecendo com as falas, já que a aprendizagem se processa de forma conjunta, articulando o saber formal e saber informal, como forma de conduzir a comunicação entre os universos culturais, dos especialistas e o dos interessados. Há uma interação entre o saber prático e o teórico, que se funde na construção de novos conhecimentos.

A programação quinzenal dos seminários, obedeceu a uma periodicidade necessária para compreender a realidade local – marco situacional –, como formas de organizar atividades em grupo para estimular o crescimento dos níveis de confiança, de cooperação, de organização e de empoderamento das participantes.

De acordo com a teoria geral da argumentação, a presença física dos participantes, deliberantes ou não, exerce um efeito argumentativo sobre o que está sendo discutido e sobre as eventuais conclusões (PERELMAN, 1976, p. 65).

Assim, definiu-se o problema: As Políticas Públicas educacionais, de fato, investem na transformação social das mulheres ou respondem à lógica de prepará-las para atender às demandas do mercado?

Hipótese 1: As mulheres precisam ser fortalecidas pelas políticas públicas locais na área de educação do Ensino Fundamental para adultos e de controle da saúde, como meio de manter-se bem para buscar atividades profissionais em pé de igualdade com os moradores de Ilhéus e de ver sua família amparada pela ações de proteção básica da localidade.

Hipótese 2: Se houver trabalho para as mulheres do Programa Mulheres Mil, estas não somente modificarão sua vida, mas também serão modificadas pelo processo de trabalho e pelas relações sociais estabelecidas.

Assim foram centralizadas as informações provenientes das discussões, elaboradas as interpretações e definidas as diretrizes de ação.

Como forma de avaliar as ações e buscar soluções, optamos por uma construção coletiva, em encontro no auditório do IFBA, apontando as estratégias para solucionar os problemas a curto, médio e longo prazo. Objetivou-se com isso mostrar os fatos como são, senão a partir da perspectiva de como deveria ser, enxergando no mundo as suas melhores potencialidades.

Adotou-se ainda como estratégia metodológica a divulgação externa. A proposta final foi a divulgação dos resultados por meio de relatório técnico para ser socializado com os gestores envolvidos na comunidade como proposta de intervenção.

Foram utilizados recursos de registros materiais como cartolina e fotografias visuais para documentar momentos do cotidiano vivenciados, de modo a não perder de vista informações fundamentais da pesquisa.

- f) Plano de ação - A discussão informal com pequenos grupos é sempre um passo necessário, e o plano de ação consiste em definir exatamente quais serão as unidades de intervenção, quem tomará as decisões, quais são os objetivos (ou metas) tangíveis da ação e os critérios de avaliação
- g) Apresentação de resultados

4.1.3 Procedimentos para a Análise de Dados

A preocupação na pesquisa é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável conferido pelo locutor no próprio ato de produção de texto. A proposta é trabalhar a fala dos envolvidos por meio de um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitissem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Bardin (1977) explana sobre a análise de conteúdo no ato investigativo:

[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes. Em conclusão, pode-se dizer o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência - sempre que é realizada - ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual (BARDIN, 1977, p. 42).

Trata-se de uma concepção de linguagem como representação de uma realidade. *A priori*, a linguagem seria apenas um veículo de transmissão de uma mensagem subjacente, sendo a esse conteúdo que se pretende chegar com uma Pesquisa em Análise de Conteúdo.

A análise de conteúdo consiste num recurso técnico para análise de dados provenientes de mensagens escritas ou transcritas. No nosso caso, as mensagens vindas da literatura, os documentos da rede de ensino e as falas das mulheres e professoras fizeram com que a pesquisadora associasse o pensamento de Henry; S. Moscovici (1968) os quais defendem o seguinte:

[...] tudo que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo. Qualquer análise de conteúdo visa não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objeto. O conjunto de condições de produção constitui o campo das determinações dos textos (HENRY; S.MOSCOVICI, 1968, p. 38).

O conhecimento e a análise interpretativa do próprio conhecimento é, assim, uma construção que parte da realidade concreta, histórica e social dos homens.

Segundo Minayo (1998, p. 92-93), diferentes são os tipos de análise de conteúdo: de expressão, das relações, de avaliação, de enunciação e categorial temática. Esta última, à qual daremos destaque, se propõe a "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado", utilizando-a de forma mais interpretativa, em lugar de realizar inferências estatísticas. A importância da contagem de um ou mais temas ou itens de significação, numa unidade de codificação, torna mais fácil escolher nesse discurso a frase como unidade de codificação.

As perguntas são vistas como motivações para fazer emergirem “significações profundas”, constituindo para estas um efeito de verdade.

Os mecanismos de funcionamento de uma Pesquisa em Análise de Conteúdo encenam uma busca ou descoberta dos resultados, e não a construção de uma análise, que se depreende da não-problematização da pergunta norteadora do inquérito, ao ideal de rigor metodológico pretensamente atingido por intermédio das estratégias de apagamento da presença do pesquisador.

Tudo serve para o objeto de estudo (registro em si), presente nas entrevistas com as mulheres, na fala como elas percebem e conceituam o trabalho, qual o sentimento da mulher sem trabalho e sentimento de depender do benefício Bolsa Família, além do sentimento da

mulher ao ficar desempregada. Assim, foi criado todo um jogo de operações analíticas associado à questão que pretendemos resolver.

O tratamento dos resultados são discutidos, fazendo as inferências necessárias na pesquisa, para tratamento informático associado ao Problema da Pesquisa: As Políticas Públicas educacionais, de fato, investem na transformação social das mulheres ou respondem à lógica de prepará-las para atender às demandas do mercado?

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas).

4.1.4 Aplicação do Método

A pesquisa-ação opera como pesquisa aplicada, envolvendo a participação dos usuários do sistema local e o pesquisador, por intermédio de uma linguagem acessível, que facilita o diálogo com os interessados.

O universo da pesquisa reuniu dois ambientes que se interligaram:

1) A sala de aula do IFBA, no qual as mulheres tinham o dia específico de participar das discussões da pesquisa no Programa Mulheres Mil e onde aconteciam as aulas sobre os conteúdos programados.

Durante todo o processo de aula não acontecia a pesquisa. As mulheres eram sempre avisadas, com antecedência, das atividades da pesquisa, para evitar conflito de entendimento entre a aula e a pesquisa, sendo criado ambiente propício para investigação.

Para essa etapa eram utilizados desenhos, cartolinas, hidrocor e figuras de revistas, uso de salas ou auditório do IFBA.

2) As visitas à Comunidade e nos encontros de grupo, que aconteciam tanto na Vila Cachoeira quanto no auditório, para debate coletivo de mulheres sobre as formas de sobrevivência local, discussão sobre os fatores externos que afetavam o processo de emancipação de mulheres.

4.1.5 Análise dos Dados

Na execução da pesquisa, a escolha do método ou da técnica para a sua realização de análise dados foi a mais difícil, pois exigiu muita atenção e cuidado ao trabalhar a técnica de

análise de conteúdo de Bardin, para adequar a realidade estudada e exploração dos dados em toda a sua riqueza e possibilidades. Nessa trajetória, trabalhamos com os seguintes temas: Programa Mulheres Mil; Trabalho formal; Trabalho informal; Desemprego; Dependência de programas sociais e Emancipação da mulher. Por fim, demos um tratamento aos dados e aos significados das respostas e confrontando com os pressupostos da pesquisa.

5 RESULTADOS

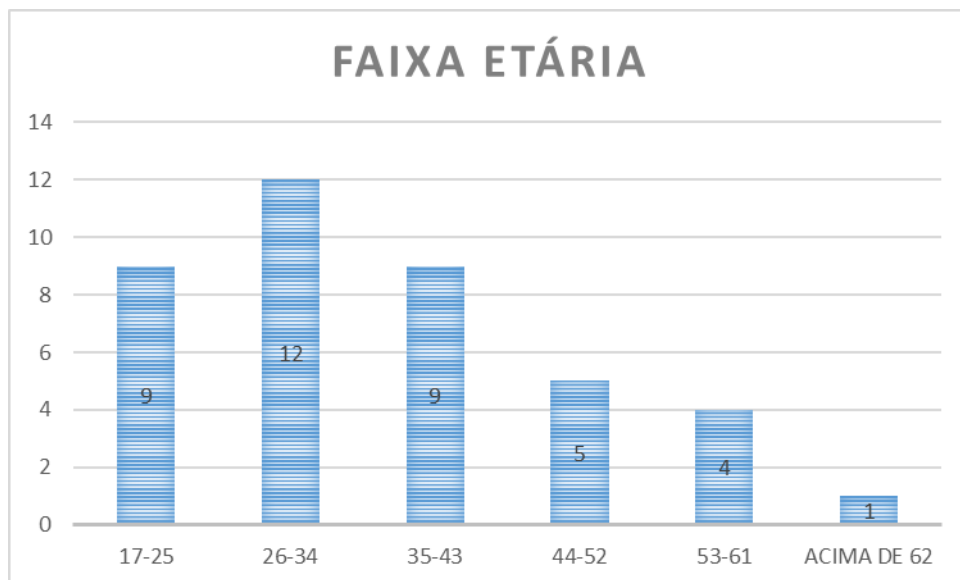
5.1 CONSTATAÇÃO E RESULTADOS DA PESQUISA

Apresentam-se neste capítulo os resultados da pesquisa realizada com as mulheres residentes na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir. Foi um trabalho com alguma complexidade, por conta do tempo, mas ao mesmo tempo suave, diante da formação da pesquisadora e a convivência construída entre esta e as mulheres. Elas não mediam esforços para colaborar com a pesquisa. Houve momentos em que o papel desempenhado por algumas colaboradoras foi fundamental para esclarecer o sentido da palavra para outras participantes mais retraídas, criando um clima bastante satisfatório.

As visitas e a interlocução com os sujeitos da pesquisa ocorreram como movimento participativo entre as mulheres, em um processo de construção de emancipação. No que diz respeito aos dados demográficos da amostra aleatória, composto por 40 mulheres, apresentamos os seguintes resultados:

Dados Sociodemográficos - Caracterização da Amostra

Gráfico 01 – Faixa Etária



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

O Gráfico 01 aponta que 22,5% das mulheres estão na faixa etária entre 17-25 anos, mesmo percentual para a faixa etária entre 35-43 anos, enquanto que 30% das mulheres estão entre a faixa etária de 26 a 34 anos.

Do universo pesquisado, 12,5% equivalem à faixa etária de mulheres entre 44 a 52 anos de idade; 10% das mulheres estão na faixa etária de 53 a 61 anos de idade e apenas 2,5% estão acima de 61 anos. Nessa amostra, pode-se inferir que 12,5% dessas mulheres estão fora de sala de aula há muito tempo.

Um dado importante registrado é que 22,5% das entrevistadas estão entre as jovens que procuram o Programa buscando o curso com uma expectativa de trabalho, por meio da profissionalização.

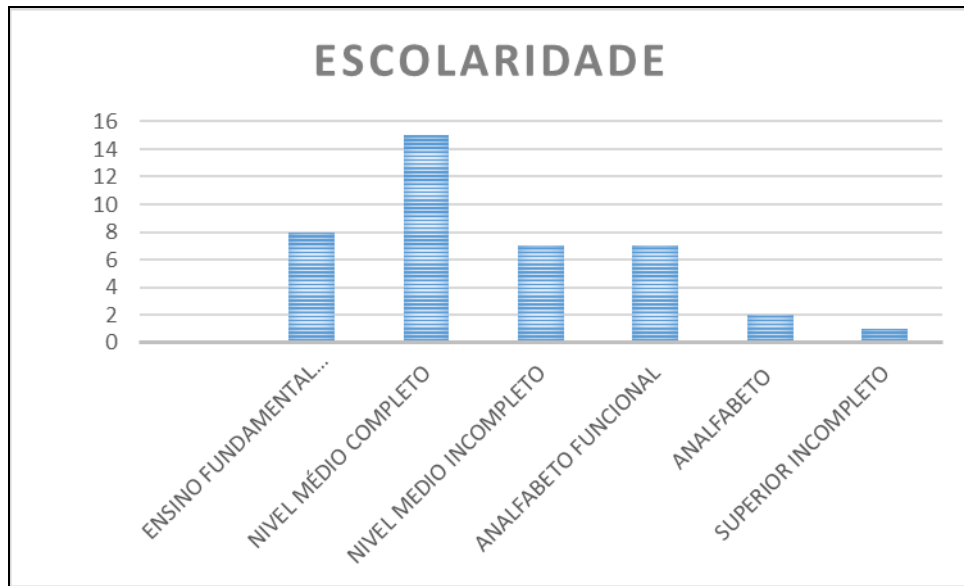
Gráfico 02 – Cor / Raça



Fonte: Fichas de Entrevistas/Inscrições do Programa M Mil IFBA

Conforme o Gráfico 02, 12,5% são brancas; 22,5% são negras; 2,5% amarelas e indígenas, respectivamente e, dessa amostra, 60% se consideram pardas.

Observa-se nesse percentual de 60% que mulheres negras consideraram-se pardas, dados que correspondem à cor da população predominante na região de Ilhéus/BA, de acordo com os dados do IBGE, ano base 2010.

Gráfico 03 – Qual a Escolaridade da Mulher?

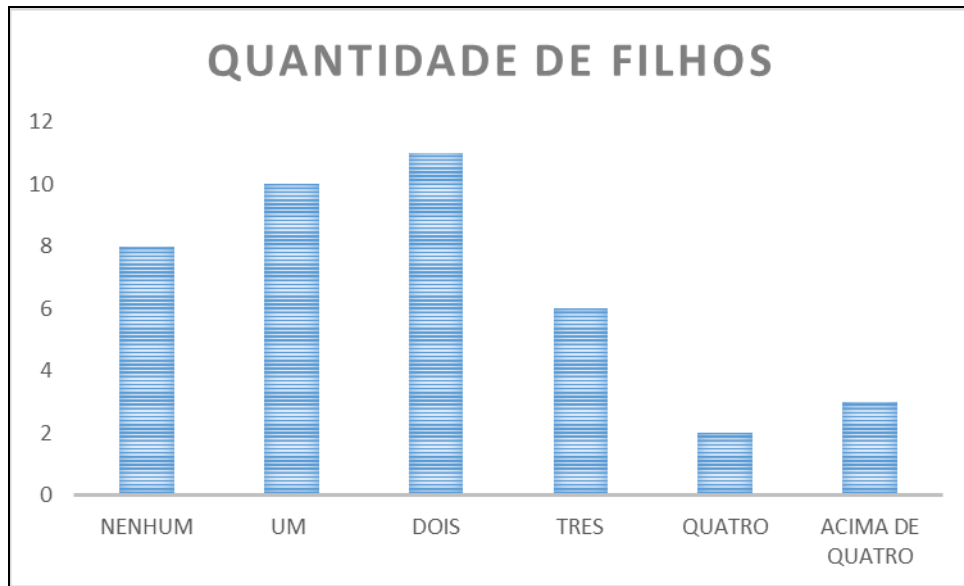
Fonte: Fichas de Entrevistas do Programa Mulheres Mil IFBA

Conforme apresenta o Gráfico 03, acima, 37,5% das entrevistadas possuem o Ensino Médio completo. Esse percentual corresponde à maior parte do universo analisado, enquanto que 20% possuem o Ensino Fundamental completo. Também foi constatado que 17,5% das mulheres matriculadas no Programa não chegaram a completar o Ensino Fundamental. Dessa amostra, 5% das mulheres são analfabetas e apenas 2,5% delas ingressaram em cursos de nível superior e ainda não concluíram.

Esses dados apontam o analfabetismo estrutural, uma falta de investimento em educação, ao longo da história da sociedade brasileira, com reflexos bastante visíveis na sociedade local.

A pobreza aparece como um fator que afasta do adulto a possibilidade de ingressar nas escolas, em virtude de optar pelo trabalho para manter a família.

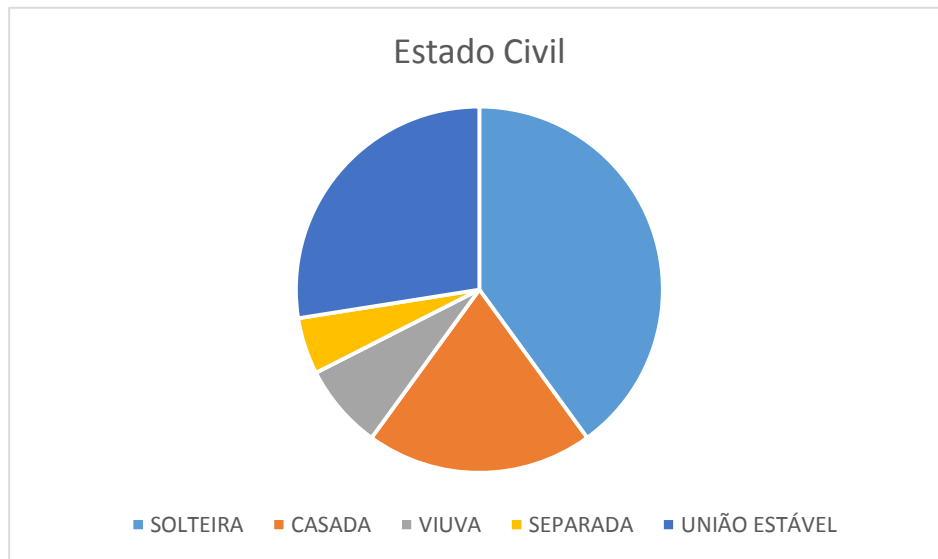
A pesquisa aponta uma realidade da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, ou seja, de adultos (mulheres) que interromperam os estudos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na referida localidade existem analfabetas funcionais na mesma proporção que o nível médio incompletos.

Gráfico 04 – De quantos filhos é composta a Família?

Fonte: Fichas de Entrevistas do Programa Mulheres Mil IFBA

No Gráfico 04, observa-se que 20% das mulheres não têm filhos, enquanto que 25% das mulheres matriculadas têm apenas um filho. Vale destacar que 25% dessa frequência referem-se às mães solteiras as quais engravidaram na adolescência, o que revela mais uma situação de vulnerabilidade, considerando que a maioria dessas mães precisa abandonar os estudos para tomar conta do filho. Os dados mostram que 27% das mulheres matriculadas têm dois filhos, 15% têm três filhos, 5% têm quatro filhos e 7,5% têm acima de quatro filhos.

Outro dado importante revela que 15% do universo pesquisado advêm de família nuclear (pai, mãe e filho), reiterando os argumentos acerca da predominância de “novos arranjos familiares” presentes entre os brasileiros. Nessa nova configuração é bastante comum a presença das famílias chefiadas apenas por mulheres.

Gráfico 05 – Qual o Estado Civil?

Fonte: Fichas de Entrevistas do Programa Mulheres Mil IFBA

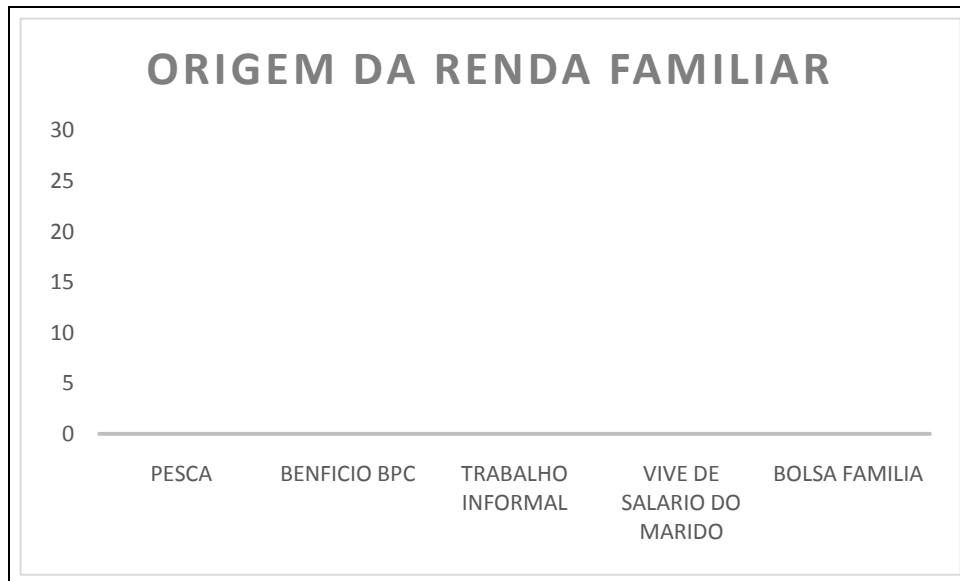
A pesquisa constatou, pelo Gráfico 05, que 40% das mulheres são solteiras, 27% vivem de união estável, 20% são casadas, 7,5% são viúvas e 5% são separadas.

Nessa análise, as mulheres solteiras com Ensino Médio incompleto, sem registro em carteira não sabem que tipo de curso querem fazer, mas desejam fazer um curso, e na inscrição do curso assumem maior patamar de procura.

As mulheres casadas e viúvas apontam a necessidade de fazer um curso para preencher o tempo, adquirir novas aprendizagens, mas não acreditam que vão ingressar no mercado de trabalho. Nas discussões em grupo nos seminários, essa percepção é considerada como falta de expectativa.

Nessa análise, a pesquisa corrobora as reflexões de Paugam (2003, p. 35): “Os jovens com menos de 25 anos recusam a lógica do fracasso e multiplicam os esforços para alcançar um status superior”.

Quanto às mulheres de união estável, demonstram interesse pelo curso e já estão no mercado informal para ajudar nas despesas do companheiro.

Gráfico 06 – Qual a origem da Renda Familiar?

Fonte: Fichas de Entrevistas do Programa Mulheres Mil IFBA

Para dar visibilidade à origem da renda obtida pelas mulheres, apresentamos o percentual de 7,5% de famílias, para as quais o sustento da família é proveniente da pesca e 5% vivem de benefício por idade (BPC). O percentual maior prevalece no trabalho informal, 12,5% e 5% das mulheres vivem da renda do marido. Nessa localidade, 70% das mulheres vivem do benefício social denominado Bolsa Família.

As famílias sobrevivem predominantemente de programas sociais (Bolsa Família), seguido da renda de trabalho informal.

Nessa pesquisa encontramos o dado de que 12,5% das mulheres trabalham sem carteira assinada, fazem trabalhos informais (bico), fazem faxina, são vendedoras autônomas (vendem roupas, produtos da Avon, mariscos e frutas da região na estrada - BR), trabalham na Avatim¹⁸, no período de grande produção da empresa e migram de uma atividade para outra sem muita expectativas. Das entrevistadas, 7,5% afirmam que complementam a renda com a pesca no Rio Cachoeira.

A Empresa Avatim, próxima à localidade da Vila Cachoeira, emprega mulheres, mas não conseguimos registro desses dados.

Segundo Paugam (1993, p. 34), os fragilizados se caracterizam por uma precariedade econômica ligada, na maioria das vezes, a *status* jurídicos inferiorizados: estágios de

¹⁸ A empresa citada é vizinha da Comunidade; e não disponibilizou o número de mulheres trabalhando com carteira assinada, justificando a questão de preservar o sigilo do setor de Recursos Humanos.

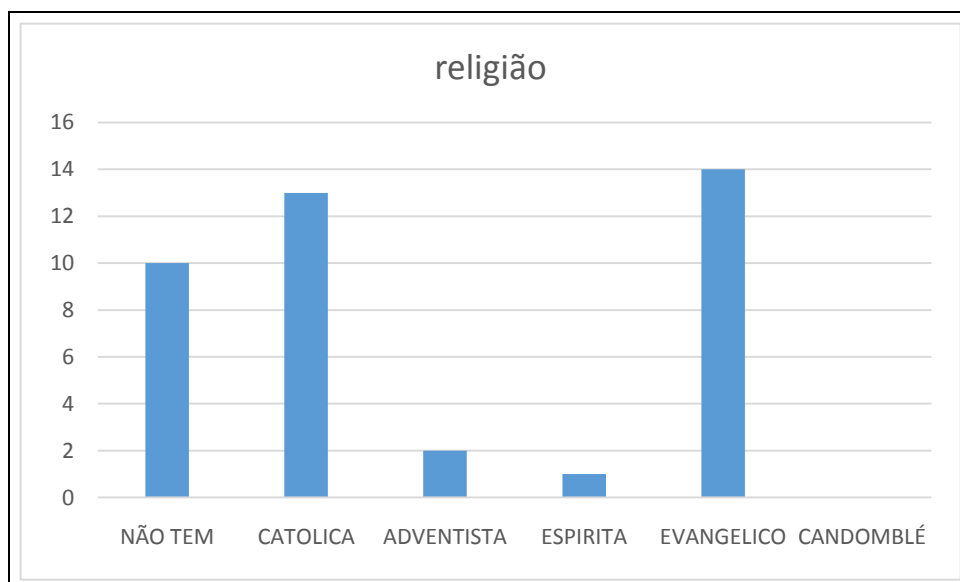
formação, emprego por tempo determinado ou “bicos” ocasionais, desemprego etc. Beneficiam-se de uma intervenção social pontual, em razão das dificuldades essencialmente financeiras.

O trabalho nos nossos dias é um trabalho mais desespecializado e multifuncional, há mais exploração da mão de obra, uma crescente informalização do trabalho, bem como persiste o trabalho desprovido de regulamentação, com redução e extinção de direitos sociais.

O Gráfico 06 nos faz refletir o que a pesquisadora Carla Liane Nascimento aborda na sua tese de doutoramento, em cujo texto a autora aponta a informalidade como processo da autonomia perversa quando analisa as especificidades da formação da sociedade brasileira e de seu mercado de trabalho. Historicamente, nesse processo, ficaram de fora das relações contratuais do emprego protegido enormes contingentes populacionais, compondo o universo de trabalhadores livres que resistem cotidianamente às desigualdades sociais e à pobreza, por intermédio do expediente das atividades informais no comércio das ruas (SANTOS, 2010).

A mencionada autora expõe a importância do entendimento da natureza da constituição do Estado Social no Brasil, revelando a fragilidade dos sistemas de proteção social e a consequente violação das prerrogativas da cidadania, mesmo após a conquista dos direitos trabalhistas, implementados na década de 1930.

Gráfico 07 – Tipo de Religião



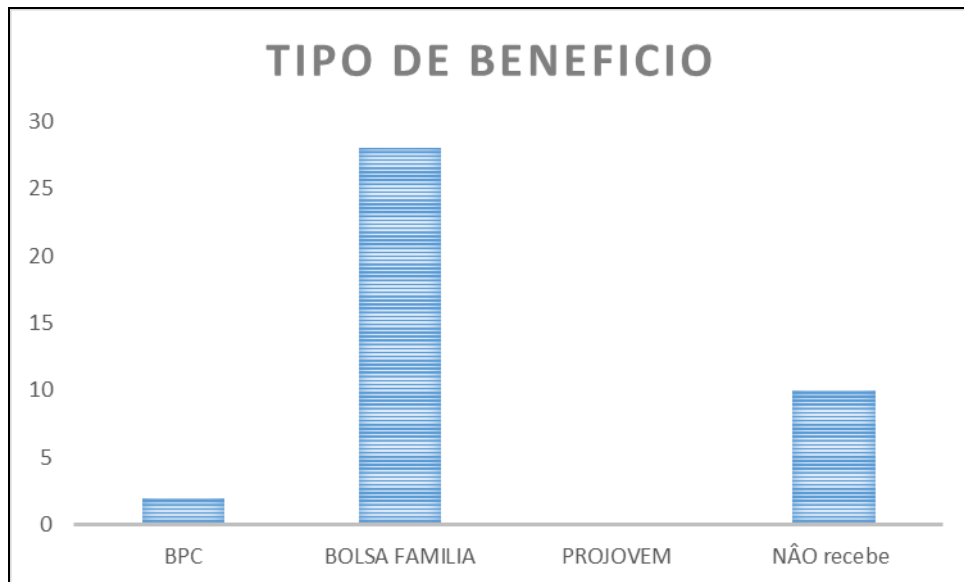
Fonte: Fichas de Inscrição do Programa Mulheres Mil IFBA

Da amostra presente no Gráfico 07, 25% das mulheres afirmam não ter religião. Entre aquelas que frequentam uma igreja, registramos que 32,5% são católicas, 5% são adventistas, 2,5% são espíritas, 35% são evangélicas, e 0% frequenta o candomblé.

No discurso, 25% delas dizem que são católicas – mas poucas vão à igreja – e 35% das evangélicas são atuantes.

Cabem algumas considerações sobre como essas mulheres praticam a religião: o fator religião apresenta maior número entre as mulheres acima de cinquenta anos; nas camadas pobres, vê-se um aumento de disseminação da religião evangélica (tradição/conversão); as pessoas não têm coragem de falar ou assumir que são adeptos/praticantes do candomblé.

Gráfico 08 – Está inserida/ participa de Programas Sociais ou Serviços socioassistenciais?

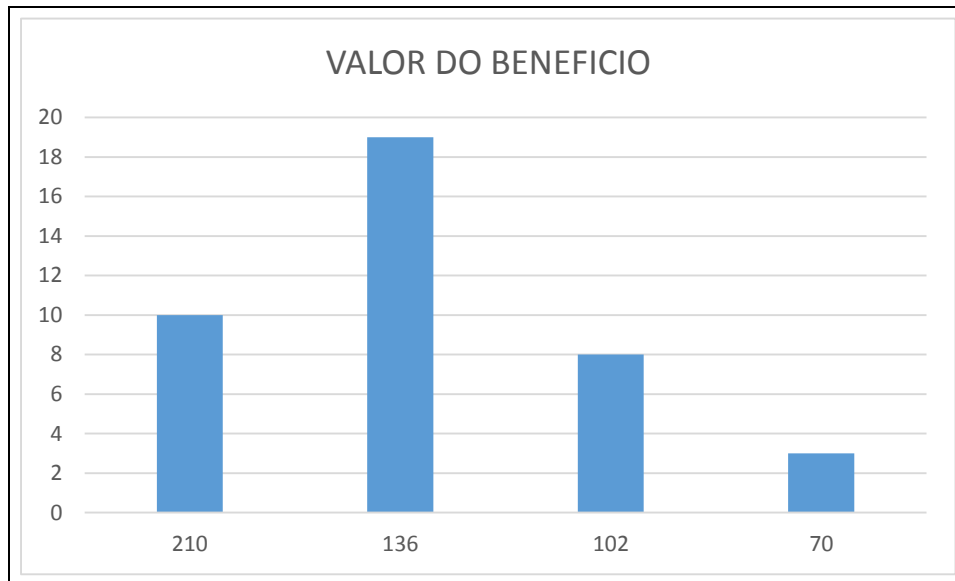


Fonte: Fichas de Inscrição do Programa Mulheres Mil IFBA

Desse percentual de benefícios, 5% recebem benefício por idade (BPC), 70% recebem Bolsa Família e 25% não são contempladas com nenhum tipo de benefício.

O Gráfico 08 aponta o que confirmam os teóricos sobre a condição de assistidos diante da falta de oportunidade na localidade. Paugam (2003) afirma sobre esse contexto assistencial:

Aceitar a assistência significa aceitar ser catalogado como pobre, adotar um status desvalorizado, ter sua inferioridade ou seu fracasso explicitamente reconhecidos e além disso passar por formalidades humilhantes, ser obrigado a comprovar sua pobreza, aceitar o controle de sua vida privada, é enfim beneficiar-se de um sistema desacreditado e suportar o descrédito correspondente (PAUGAM, 2003, p. 37).

Gráfico 09 – Qual o Valor do Benefício?

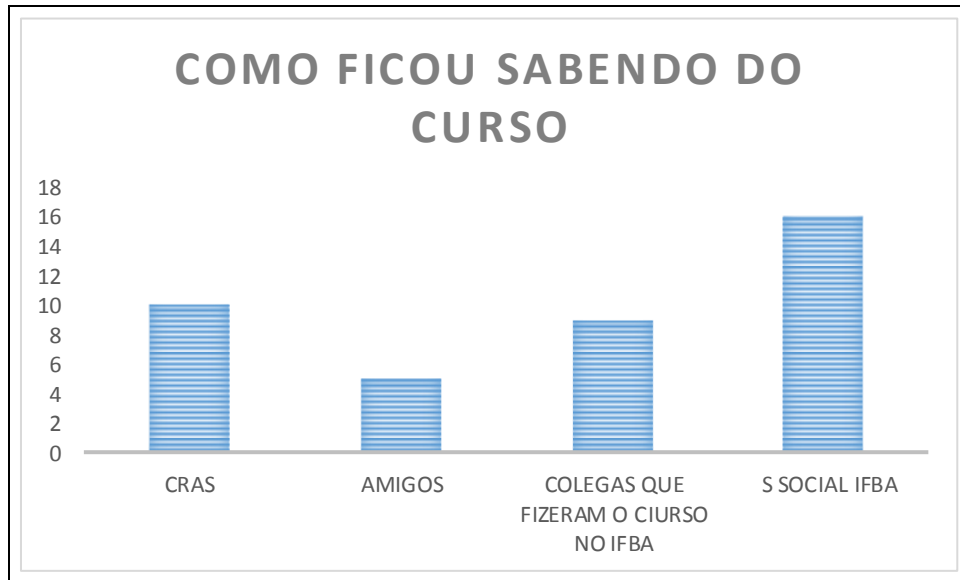
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A pesquisa constatou que 47,5% recebem 136 reais por mês, 25% recebem 210 reais por mês, 20% recebem 102,00 reais por mês e 7,5% recebem 70 reais por mês.

Quando questionadas sobre a dependência do Bolsa Família, as mulheres informam que precisam, mas não dependem só dele, precisa de outras fontes para manter a família. Nesse sentido, Paugam (2003, p. 38) assevera:

A assistência instalada que é a segunda experiência, observa-se uma transformação da personalidade e do sistema de representação dos assistidos, quando percebem a ausência de motivação para o emprego, ausência ou insuficiência de qualificação profissional, torna de fato improvável a ascensão ao status do emprego permanente (PAUGAM, 2003, p. 38).

Percebe-se, nas visitas realizadas à Comunidade da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, que as mulheres reconhecem seu estado de fragilizados, ou assistidos, mas não dão visibilidade ao *status* social, tendo dificuldade de verbalizar a condição socioeconômica, por conta desse *status*.

Gráfico 10 – Como ficou sabendo do curso?

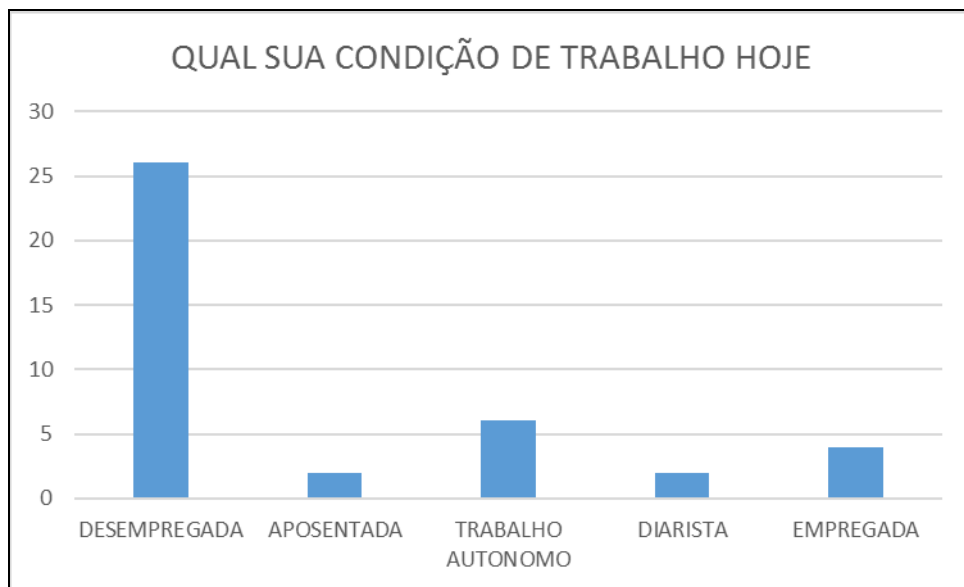
Fonte: Dados da Inscrição de 2014

No primeiro ano, as inscrições foram feitas nas visitas realizadas à Vila Cachoeira e ao Assentamento Frei Vantuir, como forma de dar visibilidade ao Programa.

No segundo ano, as inscrições começaram por demanda espontânea, sendo que as mesmas alunas se inscreviam em outros cursos e traziam as vizinhas e amigas.

Em 2014, esse panorama mudou. Uma parte das fichas de inscrição foi entregue nos CRAS, conforme estava previsto nas normas do Pronatec; outra parte ficou à disposição das mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, locais onde não existem CRAS.

A evasão e as faltas não foram observadas nas alunas matriculadas da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, fato que pode ser atribuído à proximidade do IFBA, ou ao vínculo já estabelecido dos anos anteriores, associado à vontade de mudança de vida.

Gráfico 11 – Condição de trabalho hoje

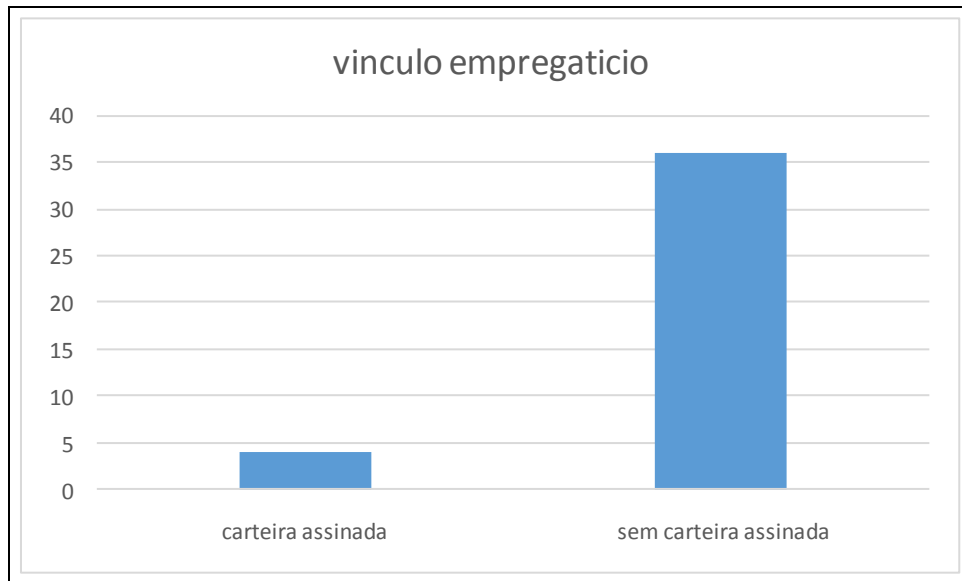
Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Na leitura do Gráfico 11, constatou-se que 65% das entrevistadas estão desempregadas, 5% são aposentadas, 15% vivem de trabalho autônomo, 5% são diaristas e 10% estão empregadas.

Ricardo Antunes (1995) afirma que a nova condição de trabalho está marcada por mais perdas de direitos e de garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade.

Aqui transparece a realidade da sociedade sem perspectiva de trabalho concreto que possibilite às pessoas desenvolver e atingir a emancipação, advindo daí a necessidade de empreender mudanças e refletir sobre novas possibilidades para as mulheres.

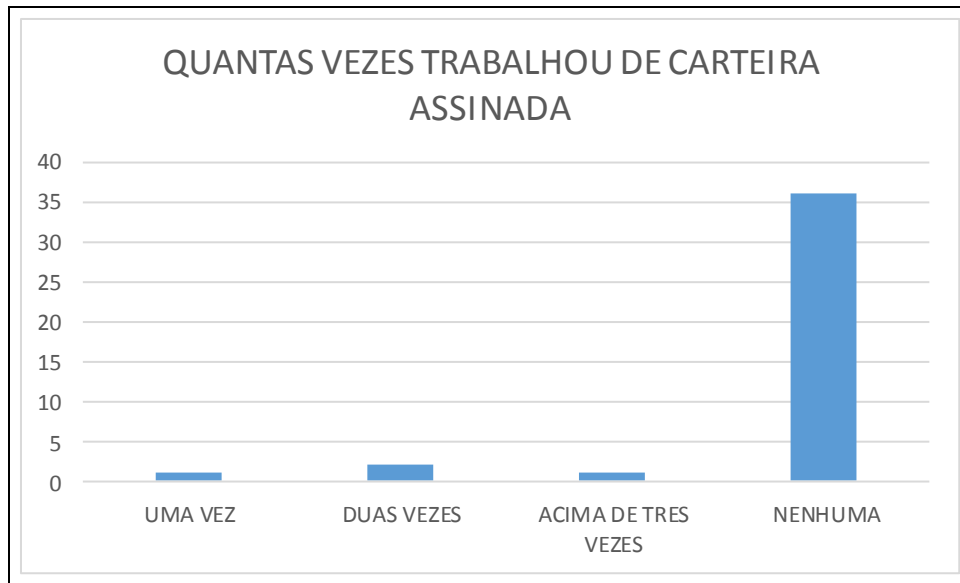
Remetemos a Castel (1998, p. 593), que alerta quanto ao núcleo da questão social hoje. Seria novamente a existência de pessoas inúteis para o mundo, de supranumerários e em torno deles, de uma nebulosa situação marcada pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa.

Gráfico 12 – Empregada de carteira assinada? (sim ou não)

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Verificou-se, no Gráfico 12, que 10% das mulheres possuem carteira assinada, enquanto que 90% trabalham sem carteira assinada.

Cardoso (2011, p. 265-295) aponta que a crise, capacidade decrescente de absorção de mão de obra e diferenciação interna dos trabalhadores assalariados sob a forma contratual são aspectos reveladores de que o trabalho em nossa sociedade se encontra sob um rígido processo de transformação de sua divisão, organização, fragmentação e racionalidade, desqualificando-o como categoria central de análise.

Gráfico 13 – Quantas vezes trabalhou de carteira assinada?

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Do Gráfico 13 pode se constatar que 90% das mulheres nunca tiveram a carteira de trabalho assinada; quanto ao restante, 2,5% tiveram assinado o documento apenas uma vez, o mesmo percentual (2,5%) aparece também em mulheres que tiveram assinatura na carteira por três vezes, enquanto que para apenas 5% a carteira foi assinada duas vezes.

Esse gráfico representa o reflexo do trabalhador informal, apontado nos dados do Banco Mundial, indicando que 50% da mão de obra não rural brasileira estão no mercado informal da economia. No emprego informal, além de ser comum a remuneração abaixo do nível mínimo legal, os trabalhadores são privados dos benefícios de seguridade social, como a aposentadoria remunerada, são menos incentivados à sindicalização e não se encontram cobertos por medidas de proteção à saúde. Sem a carteira de trabalho registrada, indicativo da formalização do contrato de trabalho, não há garantia da compensação financeira em casos de doenças e acidentes, como nas licenças médicas, ou em casos de negligência por parte dos empregadores, abusos e de situações de perigo reconhecidos, porque o trabalhador se encontra fora do controle do Estado.

5.2 MOMENTO COM AS MULHERES (SEMINÁRIOS)

Na realização de visita à Comunidade, optamos por escolher um espaço de lazer, uma estrutura de um bar comunitário, onde sempre acontecem encontros de “feijoada em época de futebol”, ou evento da comunidade, para realização do evento. Esse espaço foi escolhido por

elas, a fim de se discutir o que poderia estar interferindo na Comunidade para as mulheres alcançarem a emancipação.

Nas observações dos encontros sempre visualizamos famílias com crianças no Rio Cachoeira, ora pescando, ora lavando roupa e pratos.

Nessa abordagem, utilizamos cartolinas e lápis e separamos por grupo com um líder; a pesquisadora monitorava todo o grupo, visitando e apoiando nas discussões.

A percepção da pesquisadora é que na sala de aula as mulheres se comportavam de forma passiva; entretanto, nas discussões fora da sala demonstravam outros comportamentos, talvez por estarem no espaço de pertencimento e de autoidentificação.

No momento de registro escolheram pessoas que escreviam melhor. Aqui observamos que os adultos tinham vergonha de se mostrar analfabetos, de modo que a oralidade foi predominante.

Foi necessário trazer a discussão e iniciar o debate com as mulheres sobre educação e política que garantisse a cidadania e atendesse às demandas das minorias, em consonância com o que afirma Sader (1988), sobre os movimentos sociais:

[...] apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. [...] uma nova concepção política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações de bairros (SADER, 1988, p. 313).

Nessa etapa de seminários (encontros), as entrevistadas já conviviam mais comunicativas em grupo, discutindo a importância da participação e mobilização das mulheres, para apontar as situações que poderiam estar afetando a emancipação para o trabalho diante da realidade local.

Assim, a hipótese da pesquisa foi utilizada com muita especificidade para fornecer provas concretas ou argumentos convincentes.

Quadro 01 – Registro-síntese da Verbalização de Mulheres em Grupo
Tema : Situação de Saúde Local

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPO
<p>Fator saúde muito importante para trabalho</p> <p>Falta de mobilidade dos usuários</p>	<p>“A saúde é muito importante... sem ela não podemos trabalhar aqui. Não fortalece o atendimento médico.” (4)</p> <p>“Não faz orientação com grupos de Portadores de Necessidades Especiais (Visual, Mental, Físico e auditivo).” (6)</p> <p>“O carro pouco vem buscar os portadores de Necessidades Especiais da localidade para atendimento com agendamento prévio e Deficiente diabético sem cadastro no CADHI (Centro de Atendimento a Diabéticos e Hipertensos de Ilhéus).” (6)</p>
<p>Posto de saúde funcionando precariamente</p>	<p>“Ah, o posto de saúde funciona um turno”... não é culpa da funcionária... a gente gosta dela, mas falta tudo no posto... a gente adoecer.” (5)</p>
<p>Precariedade de atendimento</p>	<p>“A gente paga imposto e não recebe remédio no posto falta sempre.”(10)</p>
<p>Falta de trabalho educativo na saúde para adolescentes e idosos</p>	<p>“Adolescentes começam a namorar e não têm ginecologista para orientar a gente; já começam cedo tudo sem noção.”</p> <p>“...Idosos sem atividades sociais, sem acompanhamento médico e odontológico.”(4)</p>
<p>Falta de trabalho preventivo com famílias sobre diabetes e hipertensão</p>	<p>“Mulheres com diabetes sem conseguir agendar exames, mulheres não são orientadas a saber sobre glicemia...”(8)</p>
<p>Trabalho preventivo odontológico na escola</p>	<p>“Crianças sem acompanhamento odontológico de prevenção com distribuição de escovas... como nos outros bairros, o dentista vão fazer trabalho de prevenção, aqui só raramente e olhe lá ...” (6)</p>

<p>Falta de acesso para marcação de exames</p> <p>Falta de pactuação de exames preventivos na localidade</p>	<p>“O sistema de regulação de exames não deixa cota para a Vila, nunca tem vaga, leva meses... precisamos de assinatura da enfermeira para conseguir em outro posto e mesmo assim demora.” (18)</p> <p>‘É preciso um cadastro de mulheres moradores no Posto de saúde para acompanhamento anual de exames, para ficar forte para trabalho...’ (7)</p>
<p>Dificuldade de leitura por problemas de visão</p> <p>Dificuldade financeira para aquisição de óculos</p>	<p>“A gente tem problema de vista e não conseguimos avaliação médica, “a vista fica curta para estudar...” depois... sem trabalho não conseguimos óculos.”</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

INFERÊNCIAS

A opinião que mais se aproximou dos objetivos da pesquisa foi “A saúde é muito importantes para poder trabalhar”, mas no confronto das opiniões com a realidade vivida, os significados sobre saúde é que há novamente uma falta de interesse dos gestores em acompanhar a localidade com relatório de atendimento, cadastro por rua através de PSF local.

Observamos que no cadastro de Unidade do SUS CNES o espelho apresenta que o posto está em pleno atendimento, mas não é isso que as mulheres revelam em suas falas.

A percepção mais relevante diante desse quadro elaborado pelas mulheres em relação à saúde é o desmonte da rede de saúde no município; elas precisam do posto de saúde, mantêm boa relação com a funcionária, mas não estabelecem o poder de agir e reclamar, um sentimento de submissão perante o sistema. Apesar disso, são capazes de relacionar as falhas do sistema.

Não podemos perder o direcionamento do direito enquanto processo emancipatório, quando nos deparamos com uma realidade ora apresentada contraditória ao princípio da Lei do SUS (Sistema Único de Saúde, Lei n. 8080/90); este nasce como um produto da Reforma Sanitária brasileira e principal ferramenta para a garantia do cumprimento do papel do Estado; ele veio expor uma nova relação entre Estado e sociedade, romper com o modelo assistencial hegemônico de fazer saúde e melhorar o atendimento à saúde.

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Assim, por intermédio do Programa Mulheres Mil, poderiam ser implementadas ações coletivas por meio de mutirão, convocando a comunidade local, UESC, IFBA e Secretaria de Saúde para realização de diversas atividades no local e nas escolas do Ensino Fundamental.

Tema : O Cenário da Segurança Pública e Urbanização

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DAS MULHERES
Urbanização das praças para atividades com crianças e idosos, aqui não tem praça	“Na Vila faltam urbanização pública, parques e campo de futebol para o lazer...”(6)
Pesca local como meio de sobrevivência	“Não sentimos a poluição do Rio Cachoeira, porque a gente pesca para sobreviver.” (3)
Ruas escuras sem pavimentação	“A gente tem que chegar cedo em casa, precisa ver... a noite... que perigo é andar a pé para casa sem iluminação nas ruas e nas portas da escola.” (7)
Falta de Guarda Municipal na porta das escolas.	“Nas escolas de Ilhéus tem Guarda Municipal... aqui não...”(5)
O lixo é recolhido pela Prefeitura, mas não tem um trabalho educacional sobre meio ambiente e coleta seletiva	“A gente quer participar, sim, de descarte de lixo e oficinas sobre meio ambiente nas escolas, nos CRAS e na saúde local.”
Falta saneamento básico	<p>“Pior daqui é a falta de esgoto. Aqui os moradores é que se viram e cada um faz de um jeito...” (8)</p> <p>“Vamos ver a questão de esgotos a céu aberto, colocando em risco a saúde da população.”</p>
Convocar o administrador para discutir problemas locais com os moradores	“O representante do bairro não está acostumado a reunião com a comunidade.” (7)

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tema: Como está a Segurança Local?

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPO
Posto policial fechado	“Posto Policial fechado, só aparece viatura quando acionada ...precisa ter assalto, ou agressão.”(9)
Falta de acompanhamento do Conselho Tutelar Adolescentes frequentando lugares proibidos Pais colocam filhos para trabalhar Alto índice de alcoolismo	“Aqui falta acompanhamento do Conselho Tutelar de forma preventiva na comunidade, principalmente nos bares e casa noturna (sem fiscalização e acompanhamento de eventos).” “Precisa ver que tem pais que levam os filhos junto para os bares em pleno dia da semana....” (6)
Falta de Atuação da Polícia Militar Faltam ações educativas de segurança	A gente precisa de apoio da Polícia Militar para trabalhar, mas esse assuntos de segurança pública e polícia pacificadora no bairro ou mesmo reabrir o posto policial, não acontece, estamos falando coisa séria...(12)

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

No quadro acima as respostas que se aproximam do significado de segurança e urbanização pública apontam que as mulheres relacionam bem o fator segurança com a vulnerabilidade de emancipação : “A gente tem que chegar cedo em casa, precisa ver... a noite... que perigo é andar a pé para casa sem iluminação nas ruas e nas portas da escola (7).

Percebem que a polícia tem um caráter punitivo e de controle da ordem, mas não cabe a elas buscar alternativas de diálogo com o poder público para prevenção na área de segurança. Isso compete ao Estado. Portanto, há uma inversão de responsabilidades naquele território.

Figura 01 - Caracteriza o olhar da mulher frente à desproteção social na própria localidade. Segundo elas, com o posto policial fechado, só podem contar com o serviço 190 de urgência, ou pela ronda que é feita periodicamente.



Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Percepção marcante desse quadro é a desproteção social, visto que a questão de segurança não é tratada de forma preventiva, não há um trabalho educativo e as mulheres associam o papel da polícia ao controle da marginalidade, quando a comunidade é afetada.

Outro significado encontrado no grupo é em relação ao alto índice de alcoolismo, como sendo, na percepção das mulheres, algo que incomoda e estimula os adolescentes a frequentar os bares sem controle dos pais.

As pessoas, diante da condição de pobreza no local, não recebem o mesmo tratamento de outros bairros de Ilhéus.

O que fazer diante desse quadro? As políticas públicas precisam conversar entre si para implementar ações efetivas, de forma equânime.

Tema: E como anda a Educação?

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPO
Falta de creches para ofertar condições de trabalho	<p>“Aqui não tem creche nem atividades para adolescentes... Crianças ficam em casa sozinhas, se precisar...”(8)</p> <p>“Com quem vamos deixar os filhos para estudar e trabalhar se não tem creche...? (10)</p>
<p>Falta de atendimento educacional para adultos no local</p> <p>Fazer um diagnostico situacional de alunos adultos afastados da escola</p> <p>Atuar em parceria com a educação</p> <p>Garantia de ensino para Jovens e Adultos (EJA) no período noturno na localidade</p> <p>Organizar capacitação sobre Brasil Alfabetizado na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir</p>	<p>“Poderia chamar a secretária de educação para visitar a gente... para entender se a gente quer estudar ou falta professor aqui.” (12)</p> <p>“Até na Escola do Banco da Vitória os professores faltam muito e fora a distância para chegar lá e depois voltar sem aula.” (7)</p> <p>“Se a gente quiser estudar, tem que ir ao Banco da Vitória ou Salobrinho...” (15)</p> <p>“Não sabemos fazer currículo... para começar, aprendemos um pouco no IFBA, mas ainda precisamos dominar e aprender informática” (7)</p> <p>“Poderia tentar os professores que ensinam as adolescentes durante o dia e capacitar para atender a gente a noite...” (10)</p>
Falta de oferta de curso de extensão para essa localidade em situação de fragilidade social	<p>“Aqui falta apoio da UESC e IFBA quanto ao cadastro de curso para ofertar à Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, até bem pouco tempo... melhorou um pouco pelo Pronatec, mas não pode parar.”</p> <p>“...Perde as esperanças e surge o vazio interior e com isso surge a tristeza e medo de executar tarefa que exija muito raciocínio, mesmo após o curso Mulheres Mil.”(7)</p> <p>“IFBA e UESC não procuram conhecer nossa realidade, aqui ninguém visita.” (4)</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Na análise desse quadro há um desconforto em relação ao distanciamento das instituições de ensino com a comunidade local. Há de se pensar o que estamos fazendo com os que moram do outro lado do muro do IFBA, os quais gritam pela garantia de educação, mesmo não sendo apenas responsabilidade da política educacional profissionalizante.

Na opinião das mulheres, a educação é o fator que significa se aproximar da emancipação, mesmo não tendo muita compreensão do significado de emancipação.

Aqui são sugestivas as considerações do autor Mészáros (2008, p.13), ao afirmar que educar não é mera transferência de conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades (MÉSZÁROS, 2008, p. 13).

As Políticas Educacionais agem de forma paralela como se educar o indivíduo fosse um processo feito em partes isoladas, em que cada um faz um pouco. Nesses significados apresentados, as mulheres são vítimas do sistema econômico vigente.

Acrescentando o que defende Gramsci (1991), precisamos de uma escola única inicial de cultura geral humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento de capacidades de trabalhar manualmente (técnica e industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Tema: O Significado da Assistência Social

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DAS MULHERES EM GRUPO
Crianças e adultos sem documentos que garantam cidadania	“A secretaria precisa abrir um local para atender a gente e ver que tem muita gente sem CPF, RG e carteira de trabalho... agora que começaram a aparecer depois que começamos nos reunir.” (05)
Famílias sem realizar cadastramento nos programas sociais.	“A gente precisa de Recadastramento de famílias da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir urgente... gente recebendo, outras que não precisam...”(6) “Agendamento eletrônico do programa Bolsa Família em rede.” (5)
O CRAS precisa conhecer a realidade local	“O CRAS não vem saber nossas dificuldades, aqui na Vila; a gente tem que correr atrás se quiser crescer...” (3)
Falta de contato com psicólogos e assistentes sociais para formalizar atendimento às famílias	“Os bairros de Ilhéus recebem acompanhamento e visita domiciliar pelo pessoal do CRAS. Aqui só quando acontece algo grave.”(3)
Crianças e adolescentes sem proteção básica	“Muitas crianças ficam só em casa, quando alguns pais vão trabalhar As vezes os pais levam mesmo para o trabalho avulso e ficam nos bares com os pais Tem crianças que ficam vendendo produtos na BR... mesmo.” (4)
Falta de participação dos moradores nos conselhos	“Queremos estudar para participar das Capacitações de moradores para atuar em tudo.” (3)

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

INFERÊNCIAS

Quando as mulheres apontam a falta de algo na localidade, isso significa que elas estão sentindo na pele o reflexo do abandono, mas, ao mesmo tempo, reflete indignação e apatia frente ao descaso das políticas públicas.

Quando a rede de serviços e equipamentos não responde às demandas da sociedade, ou quando os serviços são insuficientes, ou ainda quando as pessoas não têm acesso à própria rede, esse é o principal fator gerador ou maior agravante de fragilidade das mulheres.

Recorrendo ao pensamento de Gohn (2012), temos este entendimento:

Dar visibilidade a elas, em suas demandas específicas ou mais amplas, que dizem respeito às condições de vida e trabalho delas, de seus familiares e grupo de pertencimento, é fundamental para fortalecimento da identidade coletiva das mulheres e é uma urgência para o avanço do processo democrático do País (GOHN, 2012, p. 133).

A participação das mulheres é muito importante para o desenvolvimento local; as discussões revelam que, na realidade local, as mulheres têm vontade de participar, mas se sentem inseguras e com vergonha de falar nas discussões. Portanto, cabe à UESC e ao IFBA colaborar como alternativa de extensão de políticas que tenham como objetivo, além da produção de conhecimento, a troca de saberes, como real contribuição para o crescimento regional.

As tomadas de posição apontam para um possível movimento em busca de autonomia, qualificação e melhoria das condições de vida por parte das mulheres participantes.

A atividade em grupo proporcionou o debate sobre a emancipação da mulher para o mundo do trabalho, no sentido de relacionar a pesquisa às esperanças e às necessidades das mulheres da Vila Cachoeira e Frei Vantuir diante das promessas de uma sociedade capitalista, que se afirma como democrática.

No auditório, as mulheres reunidas no último seminário apontaram as proposições sobre as condições locais que poderiam melhorar a curto, médio e longo prazos, como alternativa de emancipação para o mundo do trabalho.

**Quadro 02 - Proposições dos Seminários
Com a fala, as Mulheres Mil...**

Proposição das Mulheres	Prazo
Organizar o CRAS Itinerante, para conhecer as demandas das mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir diante do desemprego	Curto prazo
Implantar curso na modalidade Brasil Alfabetizado na Vila Cachoeira e Assentamento, no turno da tarde e/ou da noite	Curto prazo
Construir a creche na Vila Cachoeira	Médio prazo
Convocar a Secretaria de Saúde para garantir as ações pactuadas com o Estado, voltadas para as áreas rurais, promover ações concretas com garantia de qualidade de vida da comunidade (Oficinas com Gestantes, Oficinas com Crianças e Adolescentes e Oficinas com Idosos)	Curto prazo
Convocar a UESC, IFBA e SEDUC, para promover atividades de extensão na localidade, com Projeto de Intervenção para jovens, atuando na prevenção e preparando para o mundo do trabalho desde cedo.	Médio prazo
Sensibilizar a Secretaria de Educação, UESC e IFBA, através da coordenação de extensão, para se aproximar da realidade da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, com cursos e atividades que melhore as condições locais.	Médio prazo
Promover audiência pública por meio do Ministério Público e Secretaria de Segurança Pública, para sensibilização dos gestores quanto à segurança nas escolas e nas ruas da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir	Médio prazo
O CRAS deve ofertar uma equipe capacitada para dar recadastramento e suporte com qualidade e segurança às demandas da Bolsa Família, evitando que famílias precisem deslocar-se a Ilhéus para resolver o cadastro	Curto prazo

Realizar fóruns e debates com estudantes, professores, comunidade local, líderes comunitários e equipe do CRAS, para traçar e discutir a empregabilidade local diante da falta de trabalho	Médio e longo prazo
Fomentar entre Secretaria de Educação, UESC e IFBA formação profissional e qualificação para as mulheres, que garanta empregabilidade de mulheres de carteira assinada Convocar a Empresa Avatim para discutir a mão de obra local, de forma mais participativa, com IFBA, UESC (serviços tercerizados e outras empresas de Ilhéus)	Médio prazo
Entregar ao Conselho de Saúde, Conselho de Educação, Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Assistência Social relatório de proposição do grupo de mulheres.	Curto prazo
Propor ao curso de Direito da UESC um mutirão na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, para orientação sobre trabalho e direitos trabalhistas à população local.	Médio prazo

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

INFERÊNCIAS

O referido quadro demonstra a participação das mulheres nas reuniões, a forma como pensam na mudança e verbalizam a necessidade de apoio dos gestores locais e parceiros em Rede, objetivando fortalecer as ações e provocar a discussão sobre as expressões da desigualdade social daquela localidade.

Dentre as principais demandas elencadas, está a necessidade de repensar as políticas públicas, no sentido de redirecionar as práticas já existentes de ações verticalizadas, isto é, sem que se ouvissem os sujeitos do processo.

Esse momento de encontro foi a sensação mais forte da pesquisadora, quanto foi possível perceber, nos seminários, a vontade que tinham as mulheres de falar, de manifestar todo sentimento de abandono, de falta de respeito e minimização da cidadania.

Diante das proposições do grupo, quando se aproximam dos objetivos da pesquisa, fica evidente que as práticas acadêmicas têm dialogado pouco sobre a pesquisa interligada à extensão.

Nessa etapa de encontro no auditório do IFBA, sentimos que houve pressão por parte de professores e direção do IFBA que participaram do encontro, por achar que a pesquisa estava induzindo as mulheres a brigar com os gestores locais, chegando a pedir muita cautela na abordagem.

De acordo com o pensamento de Touraine (1997, p. 90), um movimento social é um conjunto mutável de debates, tensões e desgarramento internos, sendo assim mais que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política; o que constitui um movimento social é verdadeiramente a associação de um chamamento moral e um conflito diretamente social.

O Quadro 02 reafirma os pressupostos teóricos da pesquisa, quando as mulheres apontam políticas públicas locais na área de educação, saúde, segurança e assistência social, em pé de igualdade com os moradores de Ilhéus, pela ações de proteção básica da localidade.

A partir dessa etapa da pesquisa inicia-se a aplicação do método, com a análise temática de textos.

Segundo Bardin (1977), a análise temática é uma das formas que melhor se adequou a investigações qualitativas. Como propõe o referido autor, três etapas constituem a aplicação desta técnica de análise: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; e (3) Tratamento dos resultados e interpretação.

Quadro 03 - Efetividade do Programa Mulheres Mil

Categorias ou Rubricas	Qualidades	Defeitos	Texto da Entrevista
<p>Programa Especial</p> <p>Curso bom</p> <p>Curso sem perspectiva de trabalho</p> <p>Curso atende às expectativas</p> <p>Boa vontade de professores</p>	<p>É um programa especial.</p> <p>O curso é bom para a gente</p> <p>Tem tudo na aula</p>	<p>Falta trabalho, mesmo com o curso</p> <p>Receio do programa se extinguir</p>	<p>“Acho um programa especial para a gente...”o curso é bom tem tudo na aula, acho difícil é ter trabalho, mesmo com o curso.</p> <p>“Tomara que não acabe como outros... “pois acho professores bons amigos, escutam a gente</p>
<p>Continuidade do programa</p> <p>Aumentar carga horária do curso</p>	<p>Continuidade do programa</p>	<p>Carga horária pouca</p>	<p>“É um programa que precisa ter sempre... o curso deveria ter uma carga horária maior”...</p>
<p>Programa visa à melhora das pessoas</p> <p>Atraso no pagamento de bolsas</p> <p>Apreensão pela falta do dinheiro</p>	<p>Programa para melhorar a vida da gente</p>	<p>Atraso das bolsas</p>	<p>“É uma iniciativa do governo que visa melhorar a vida das pessoas...”mas a bolsa atrasa muito...a gente fica agoniada,sabe como é... precisamos de dinheiro.</p>
<p>Novas oportunidades</p> <p>Aquisição de conhecimento</p> <p>Oferece segurança quando surgir trabalho</p>	<p>Possibilidade de abertura de oportunidade</p> <p>Adquirir conhecimento</p> <p>Adquirir prática para mercado de trabalho</p>		<p>“É um programa que pode abrir portas para a gente” me sinto capaz de aplicar os conhecimentos e práticas adquiridos quando estiver inseridos no mercado de trabalho.</p>

<p>Necessidade de trabalho</p> <p>Não depender de bolsa</p> <p>Desencanto pela falta de trabalho</p>	<p>Me encontrei no curso</p> <p>Necessidade de trabalho</p> <p>Não depender de bolsa</p>	<p>Falta cadastrar o currículo depois do curso</p> <p>Falta o SINE visitar o programa</p> <p>Sem possibilidade de trabalho não tem como aplicar o conhecimento adquirido</p>	<p>“Me encontrei no curso, mas o que falta fazer é um cadastro do currículo no SINE, que o SINE venha até a Instituição, de vez em quando, para cadastrar a gente...”</p> <p>“Gosto sim do curso... acho que ele serve, mas as empresas precisam empregar a gente, para a gente não precisar do bolsa do programa para estudar... enquanto isso precisamos do auxílio.”</p> <p>“Mas sem trabalho, não aplico os conhecimentos adquiridos falta oportunidade para colocar em prática o que aprendi em sala de aula”.</p>
--	--	--	---

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

INFERÊNCIAS

Esta é resposta que mais se aproxima da objetividade do Programa: “É uma iniciativa do governo que visa melhorar a vida das pessoas ...”

Confrontando as opiniões subjetivas com a realidade local, observa-se um desencanto frente ao desemprego na região.

Diante dessa realidade, o Programa Mulheres Mil precisa repensar de que maneira está ofertando o curso, planejar com a rede local formas de cadastro das mulheres para emprego, qualificar de acordo com as vagas ofertadas na região, promover fórum de trabalho e emancipação para ampliar os horizontes sobre cursos profissionalizantes.

Quadro 04 -O que fazia antes do Programa. E depois, o que mudou?

Unidade de Registro	ANTES	DEPOIS	Núcleo de Sentido
10	Fazia bico	Mantém trabalho informal	“Eu fazia bico [...] [...] e faço até hoje, o que posso fazer?” “Tenho meus bicos..” “Poucas foram as mulheres que logo arranjaram trabalho em hotéis de Ilhéus...”
11	Tempo todo ocupada com a casa e os filhos Não queria estudar	Estuda um período	“Eu ficava em casa...cuidando dos filhos e da casa, hoje fico apenas um período e estudo no outro.”
10	Ficava em casa Batia papo com a vizinha	Tenho novos amigos Vejo outro mundo Participo de eventos	“Ficava em casa, às vezes ia na rua bater papo com as vizinhas... hoje tenho novos amigos, participo de tudo, gosto de continuar no IFBA, vejo outro mundo.”
02	Ficava desanimada	Com expectativas	“Ficava muito desanimada....muito chato.”
02	Sem expectativas	Voltar a estudar Mudança no cotidiano Hoje já falo mais	Ficava sem expectativa, nem sei o que pensava... agora vou me matricular na escola logo, tomara que eu consiga... Quando me perguntam já consigo falar mais... “Acostumei com isso, a vida é essa..”

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

Análise de oposições antes e depois do curso Mulheres Mil

Manual (o que melhorou)	Não manual (o que não melhorou)
Conquista de tempo livre para estudo	Manutenção de trabalho informal
Ampliou vínculos de amizade	Pouca empregabilidade
Vontade de se manter no curso para criar expectativas	Falta de expectativa de trabalho
Retorno ao estudo	Falta de possibilidade de vaga para educação de adulto
Se expressam melhor	Comodidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Elas apontam o significado do curso em suas vidas e apontam que o Programa veio trazer novas expectativas para as mulheres do entorno, ao mesmo tempo em que preencheu os espaços ociosos. A falta de perspectivas leva a dizer que as mulheres ficavam batendo papo na vizinha.

As atividades informais fracionadas em torno de pequenas vendas não têm consistência.

Confrontando a subjetividade nas opiniões apresentadas, há descredibilidade em relação a trabalho com carteira assinada.

O programa pode melhorar a autoestima, criar entusiasmo para que as mulheres voltem a estudar, mas precisa de continuidade e sistematização de ações na rede local, a fim de que as mulheres se sintam mais preparadas.

Quadro 05 –Análise sobre Trabalho Informal e Desemprego

CATEGORIAS	Sequência	Relação positiva	Relação negativa	NÚCLEO DE SENTIDO
TRABALHO INFORMAL	12	Situação está regular por atuar no trabalho informal Trabalhamos fazendo bico	Falta de documento (carteira de trabalho) Má remuneração Passa dificuldade financeira	<p>“Minha situação está regular, por conta de trabalho informal que executo...”</p> <p>“Muitas das mulheres nem têm carteira, quanto mais assinada... kkkk”</p> <p>“Ganho pouco só para pagar as contas e com isso passamos dificuldade.”</p> <p>“Aqui falta muita oportunidade de trabalho, por isso às vezes trabalhamos fazendo bico.</p>
DESEMPREGO	20	Fico cuidando dos filhos	<p>Falta de expectativa Trabalho formal escasso</p> <p>Falta de trabalho no local</p> <p>Não há cadastro de trabalhadores da Vila Cachoeira</p> <p>Falta de valorização de mão de obra</p> <p>Não tem um cadastro de mulheres desempregadas na vila</p> <p>Relação de trabalho e pouca escolaridade</p>	<p>“Acho muito péssimo essa situação por conta do desemprego, parece sem solução...”</p> <p>“Aqui só tem uma empresa e tantas mulheres querendo entrar, que só contrata mão de obra com leitura...”</p>

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

INFERÊNCIAS

As mulheres demonstram medo de encarar as atividades em função de baixa autoestima, mostram o significado que dão à falta de ensino médio, o desconforto pela falta de respeito pelos desempregados, ou melhor, pela maioria dos moradores desempregados daquela localidade.

Compreendem a dimensão do desemprego estrutural, além de que este interfere na realização pessoal e a falta de trabalho dificulta a liberdade.

Nessa questão, quando a mulher afirma “está regular por conta do trabalho informal, essa mulher, pode-se inferir que esta compreende pouco sobre trabalho informal, já que todo trabalho informal geralmente é precarizado”.

Observa-se também uma atitude conformista, “por não ter carteira de trabalho, quanto mais trabalho”.

Baixa escolaridade significa para as mulheres um fator da desqualificação para o trabalho e aumento do desemprego. Por conta do desemprego, aumenta o número de mulheres no trabalho informal.

Para Paugam (2003, p. 61), a crise de *status* provocada pelo emprego e pela conseqüente humilhação está associada, de fato, a uma identificação de honra ao trabalho – a honra está na base do sistema de valores das sociedades e das populações pobres – e há uma percepção dicotômica que opõe, ao mundo do trabalho e dos trabalhadores, o mundo dos “vadios” (termo que se repete tanto quanto “diminuídos”), sem honra nem dignidade, fazendo surgir no desemprego o sentimento de ser excluído e desprezado.

Hirata (2008, p. 143) pontua que, conforme indicadores, há uma marcada divisão sexual da precariedade do trabalho, visto que as mulheres são mais numerosas do que os homens, tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial, com um número inferior de horas trabalhadas e também níveis mais baixos na escala de qualificação formal.

Segundo Mészáros (2002, p. 304), a premissa da verdadeira igualdade é absolutamente inaceitável; uma divisão sexual do trabalho menos desigual tende a permanecer não-integrável na lógica dominante e irresistível para quem luta por ela.

Observa-se que a cultura de reprodução de valores da classe dominante conduz à percepção sobre trabalho para mulheres, dada a complexidade entre o papel de mulher, mãe, doméstica e o trabalho assalariado que espera alcançar um dia. Entre o desgaste e o sofrimento permanece a esperança de mudança.

Desse modo, o Quadro 05 responde ao pressuposto da pesquisa. Na Vila Cachoeira há, de fato, pouca oportunidade de trabalho para mulheres, por conta das políticas públicas locais, as quais não as fortalecem para o mundo do trabalho.

Quadro 06 –Percepção sobre Trabalho formal

Unidades de Registro (frequência)	Nucleo de Sentido
13	<p>“É ter uma profissão digna... respeitada de qualidade, mas tá longe da gente”</p> <p>“É ser respeitado e ganhar bem... é o que mais quero para meu futuro.”</p> <p>“Futuro certo de carteira assinada, muito melhor que ganhar avulso.”</p>
12	<p>“Trabalho é a coisa principal da vida... sem ele vivemos de favor...”</p> <p>“Trabalho cria responsabilidade e compromisso.”</p> <p>“Muito esforço e suor quando ele não é valorizado...”</p> <p>“O trabalho é bom, exige raciocínio, mas a gente se sente diminuída, quando falta estudo para ganhar mais.”</p>
10	<p>“Ter qualquer atividade remunerada que mantenha a família e melhore a vida...”</p> <p>“Acho que sem trabalho de carteira assinada tudo fica incerto.”</p> <p>“Aqui só acha trabalho pesado.”</p>
8	<p>“Com trabalho a gente poder viver a própria vida com certo todo mês...você não sabe o que é faltar dinheiro...”</p> <p>“É uma forma de renda valor de vida de liberdade e dignidade.”</p> <p>“Dignidade do homem, pois sem trabalho não somos nada... é uma forma de sustento e meio de vida para ajudar família, é o que a gente ganha pelo suor nosso...”</p> <p>“É uma forma de sentir liberdade realização pessoal, conhecimento e independência financeira.”</p>
03	<p>“Para mim, significa poder e ter, adquirir as coisas é tudo, mas sem trabalho complica.”</p> <p>“ Qualquer coisa que faça usando esforço físico.”</p> <p>“ Desempenho de tarefas e que paguem bem pelo trabalho nosso.”</p>

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

Análise de oposições – Trabalho Formal

Manual (positiva)	Não manual (negativa)
Profissão digna Trabalho qualificado Trabalho que gera respeito Ganhar bem	Falta de expectativa da trabalho
Coisa principal de vida Exige raciocínio Compromisso	Viver de favor Muito esforço e suor A falta de estudo... baixa autoestima
Ter qualquer atividade remunerada Melhorar a vida, valor da vida	Incerteza por falta de renda fixa Desgaste físico, desânimo.
Autonomia da vida Independência financeira pessoal É o que mais quero...	Tristeza a falta de dinheiro Passando dificuldade financeira Sem trabalho não somos nada
Ter poder Ter acesso às coisas Ser bem remunerado	Falta de poder sem o trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

INFERÊNCIAS

As mulheres dão significado positivo ao trabalho no que tange à liberdade, profissão de qualidade que gera respeito; quanto à relação negativa, o trabalho formal aparece como algo distante da conquista das mulheres, quando verbalizam sobre a incerteza de trabalho formal e condicionam o trabalho informal ao desgaste físico.

Na fala, elas colocam a falta de estudo como fator de desvalorização das pessoas no trabalho e atribuem o significado do trabalho, a forma de ganhar o sustento da família e adquirir independência financeira.

Fortalecem o significado da carteira assinada como valor de trabalho para melhorar de vida; entretanto, expressam, com frequência, que a falta do trabalho diminui o poder e acesso às coisas, enfatizando o aspecto material da atividade remunerada.

Diante do contexto social apresentado e das condições de vida, as políticas públicas educacionais devem fortalecer as mulheres para uma profissão a qual busque alternativa de qualificação com aumento de escolaridade (educação básica) e, além disso, fazer levantamento de empresas que atendam à mão de obra após o curso.

Na concepção marxista, “Valor do trabalho nada mais é que o valor da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessária a sua manutenção. Valor ou preço de sua força de trabalho” (MARX, 1979). Assim, o trabalho é produtor de meios de vida, tanto nos aspectos materiais quanto culturais, ou seja de conhecimento.

Maria Siavata (1990) aponta que o trabalho, como princípio educativo, remete à relação entre **trabalho e educação**, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

No quadro seguinte, pode-se inferir que as mulheres acreditam que as políticas públicas educacionais podem contribuir para um processo de mudança e transformação da mulher, mas que não proporcionam a garantia de inclusão no mercado de trabalho.

Assim, diante dessa realidade de falta de acesso ao mercado, resta o trabalho informal como alternativa perversa de submissão.

Quadro 07 - Sentimento de estar “desempregada”

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DA ENTREVISTA SENTIMENTO DE ESTAR DESEMPREGADA
Fragilidade social	“Impotência, preocupação, me sinto péssima sem dinheiro.” (4)
Falta de garantia de direitos	“Faltando algo dentro da gente, falta de benefícios sociais que o emprego garante. Sem meus direitos.” (3).
Dependência econômica	“Falta tudo horrível, frustrada por passar necessidade.” (10)
Falta de expectativa econômica	“Triste por depender dos outros, falta expectativa, dá uma angústia;” (8)
Insegurança social	“Sem utilidade nenhuma mesmo... Muita ansiedade, sinto-me injustiçada.” (3)
Falta de esperança	“Sinto pânico, fico agitada, um pouco de desorientação, tristeza mesmo.” (7)
	“Com vergonha de pedir ajuda; tenho vontade de chorar, constrangimento.” (4)
Baixa autoestima	“Sinto muita preocupação, vontade de chorar, sensível, à flor da pele.” (3)
	“Sentimento de desorganização, falta de respeito pela gente.” (4) “Vontade de não ver ninguém, falta de esperança, vazio interior, baixa autoestima (5)

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

INFERÊNCIAS

“**A tese estrutural da pobreza:** os pobres são afastados temporária ou definitivamente do mercado de trabalho, porque na ausência de renda, poder e instrução, suas chances de promoção social são comprometidas pelos limites que os **condenam pela exclusão social**” (PAUGAM, 2003, p. 52).

Ainda de acordo com Serge Paugan (2003, p. 52), a deslocalização – processo que empurra progressivamente para fora da esfera produtiva aqueles segmentos profissionais menos qualificados, ocorrendo a perda de referência – refere-se à precariedade do trabalho, à ausência da qualificação, à incerteza do futuro é à exclusão propriamente dita.

Quadro 08- Sentimento de depender do “Bolsa família”

CATEGORIAS ENCONTRADAS	VERBALIZAÇÃO DA ENTREVISTA SENTIMENTO DA DEPENDÊNCIA DO BOLSA FAMILIA
Sentimento de Inferioridade	“...É um sentimento de fraqueza , de incapacidade, impotência, humilhação, diminuição da mulher, baixa autoestima.”(10)
Expectativa frustrante	“A gente quer algo mais e não consegue, insatisfação e constrangimento.” (6)
Dificuldade econômica	“A gente passa por dificuldade que ninguém imagina, tenho vergonha, bate um desespero tem horas...”(12)
Necessidade de trabalho informal para completar renda	“A gente se vira, porque depender só do desse dinheiro fica difícil, mas a gente se acostuma todo mês com o certo” (5)
O benefício causa acomodação Medo da incerteza	“A gente se acomoda um pouco, tenho medo que acabe o Bolsa-família...”(08)

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

Análise de oposições - Estar dependente de Bolsa-família

Manual (sentimento positivo)	Não manual (sentimento negativo)
O benefício causa acomodação	Sentimento de Inferioridade
Necessidade de trabalho informal para completar renda	Dificuldade econômica
Ter um fixo todo mês	Expectativa frustrante de trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

INFERÊNCIAS

A frequência maior nos discursos é a dificuldade econômica e sentimento de inferioridade, seguida de acomodação e insegurança.

Ao analisar o gráfico, observa-se que 70% dos que recebem Bolsa-família, demonstram a fragilidade do entorno e banalização da pobreza.

Conforme Paugam (2003, p. 36), a angústia do fracasso, o constrangimento, a atitude de retração ou de distanciamento nas relações sociais, o medo de serem comparados aos “casos sociais”. Eles fazem o aprendizado da desqualificação social, recusam a intervenção social regular e esses são os aspectos marcantes da fragilidade interiorizada.

O indivíduo não é pobre, por ter pouco ou nenhum dinheiro; é desfavorecido de recursos ou de rendas porque, na ausência de saúde, de ocupação remunerada, de instrução, de relações, de capital negociável ou intransferível, ele não pode impor seus direitos sobre os demais, sobre o trabalho alheio (PAUGAM, 2003, p. 46).

Quadro 09- Quais os Fatores para Emancipação da Mulher

Categoria	Relação Positiva	Relação Negativa	Núcleo do Sentido
	<p>A emancipação depende de estudo</p> <p>Comunicação com as pessoas</p> <p>Ter dinheiro</p> <p>Ter trabalho de carteira assinada</p>	<p>Não ter com quem deixar filhos pequenos</p> <p>Dificuldade financeira</p> <p>Falta de oportunidade de emprego</p> <p>Submissão ao companheiro</p> <p>Dívidas</p> <p>Falta de comunicação com as pessoas</p>	<p>“Como vou emancipar se não tenho onde deixar os filhos para trabalhar...”</p> <p>“Não tem vaga de trabalho nas empresas para a gente...”</p> <p>“Acho que o pior é a dificuldade de comunicação com as pessoas.”</p> <p>“O estudo pode fazer a gente se emancipar e melhorar.”</p> <p>“Cobranças de companheiros dificulta nossa emancipação... cobra nossos deveres no lar.”</p> <p>“Muitas dividas dificulta tudo, bom é ter dinheiro mesmo consegue logo.”</p> <p>“Falta de informação.”</p> <p>“Falta de capacidade para trabalho demora arranjar emprego para se emancipar.”</p> <p>“O que dificulta mesmo é filho, ter que cuidar direto...”</p>

Fonte: Dados da Pesquisa / Verbalização em grupo (2015)

De todas as respostas, a que mais se aproximou do conceito de emancipação foi “O estudo pode fazer a gente se emancipar e melhorar”.

Mulheres confundem o conceito de emancipação com tempo livre para sair de casa e ser livre das atribuições domésticas.

O conceito de emancipação está longe da compreensão das mulheres; elas precisam de mais tempo no Programa para perceber o significado, mas não depende somente delas, cabe ao Estado fortalecer esse entendimento.

Na pesquisa, aplicamos um questionário direcionado ao professor, contendo quatro perguntas sobre as seguintes categorias: emancipação para trabalho, políticas públicas de educação profissional, o que garante a emancipação da mulher.

Foram dadas siglas fictícias, para evitar a identificação dos professores participantes:

- 1- Voce acha que o Programa garante empregabilidade as mulheres? Por quê?
- 2- O que deve ser feito na comunidade para garantir emprego às mulheres?
- 3- Como você vê as políticas de educação para emancipação da mulher?
- 4- O que você acha que deve mudar no Programa?

ENTREVISTA 01 – **Empregabilidade**

Voce acha que o programa garante empregabilidade às mulheres? Por quê?

Na questão de empregabilidade as categorias que mais aparecem são: “Mercado de trabalho não absorve mão de obra após os cursos no Programa” (3), seguida de que “O programa contribui para estimular as mulheres a voltar à escola” (3); esta última categoria – “O conhecimento amplia os horizontes da mulher” (4) – foi a que mais se destacou.

Confrontando as respostas dos professores com as mulheres quanto à situação atual após o curso, elas concordam que o programa contribui para estimular as mulheres a retornarem ao ambiente escolar (3) e que mercado de trabalho não absorve mão de obra após os cursos no Programa (3), porque elas continuam na informalidade “fazendo bico”.

O Programa amplia os horizontes quando elas apontam que conquistaram novos amigos, mudança no cotidiano, novas relações sociais.

INFERÊNCIAS

A falta de estudo da mulher adulta provoca a falta de mobilidade ao mundo do trabalho; a pobreza provoca a falta de mobilidade social; o espaço onde vivem não tem visibilidade social.

Nesse sentido, Hirata (2001) explana:

A atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Contudo, a tendência a uma diversificação das funções mostra hoje um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons no conjunto da mão-de-obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juizas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social (HIRATA, 2001, p. 147).

ENTREVISTA 02 – **Garantia de Emprego**

O que deve ser feito na comunidade para garantir o emprego às mulheres?

Apresentamos as categorias apontadas pelos professores para garantir a empregabilidade: Levantamento de diagnóstico de mercado de trabalho (4); Responsabilidade das Empresas (2); Negação do papel do Estado quanto ao desemprego (2); Promoção de parcerias (4); Envolvimento da comunidade em multirões (2); Investimento em empreendedorismo local (3); Redução de impostos das empresas para absorver mão de obra local (1).

Professores apontam o empreendedorismo e a redução de impostos das empresas como o caminho para reduzir o desemprego.

Nessa questão os professores comungam do mesmo pensamento das mulheres nos seminários, quando apontam que a solução é o envolvimento da comunidade e a promoção de parcerias.

No entanto, as mulheres contrapõem-se à ideia de empreendedorismo, apontando para a necessidade de trabalho formal.

ENTREVISTA 03 – Políticas de Educação para Emancipação

Como voce vê as políticas de educação para emancipação da mulher?

As respostas dos professores indicam que o Estado disponibiliza qualificação para todos (3); entretanto, estes são contraditórios quando afirmam que as políticas são pouco efetivas (2).

Os professores entrevistados sinalizam que a responsabilidade é do indivíduo (capital social), contrariando o que os autores marxianos mostram sobre o papel do Estado mínimo ou de desresponsabilização.

Confrontando as respostas das mulheres em relação à dos professores, a categoria “Falta de formação básica na educação” é fator complicador para a emancipação ao mundo do trabalho.

Essa questão foi a que mais se aproximou das respostas das mulheres, quando, nos seminários sobre as políticas, elas correlacionam com as respostas dos professores. Comungam do mesmo pensamento de apenas 01 professor, observando que as políticas são de pouca efetividade para o mundo do trabalho.

Por um lado, dois professores colocam a responsabilidade do indivíduo pela falta de qualificação; todavia, essas mulheres tentam mostrar que a responsabilidade pode ser compartilhada entre elas e as políticas públicas.

Na concepção de Marx (1973), as mudanças sociais se fazem não porque os homens decidem querê-las, mas porque amadurecem as condições objetivas e se impõem; em consequência, o político está na superestrutura.

As inferências da pesquisadora sobre o impacto das respostas dos professores refere-se à forma como estes atribuem a responsabilidade numa via de mão única da educação, como reponsabilidade do indivíduo, reproduzindo o discurso do Capitalismo, de que o investimento em educação acontece, mas as pessoas devem procurar o estudo.

No entendimento da pesquisadora, os professores não visualizam as armadilhas do Estado na promoção de políticas públicas. “O educador tem, portanto, que acompanhar o movimento da realidade”.

ENTREVISTA 04 – Mudanças no Programa

O que você acha que deve mudar no Programa?

Nessa questão podemos perceber que os professores foram contraditórios e confusos, apontando que deve haver mudanças no Programa, relacionado ao vínculo com o Município, pela falta de infraestrutura nessa instância (1), por conta da inscrição no CRAS, mas o papel do Município no Programa não tem relação com as aulas.

Os professores entrevistados consideram necessária a construção de parcerias (3); além disso, apontam a necessidade de se criarem reais condições de estágios (2); acreditam que o Programa deve levar em conta as necessidades da comunidade (1) e veem a necessidade de capacitação na visão empreendedora, de modo que promova parcerias com o SEBRAE e empresas de microcrédito (2).

Os professores também visualizam a importância de planejamento no Programa, tendo como indicador os resultados (2). Para eles, manter o programa é uma forma de não criar falsas expectativas na comunidade (4).

Confrontando as respostas dos professores com os resultados apresentados nos seminários das mulheres, podemos perceber que as mulheres têm medo de que o Programa acabe, o que condiz com o mesmo pensamento dos professores na categoria “Manter o programa para não criar falsas expectativas na comunidade”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho identificou as possibilidades e os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil com vistas ao alcance da emancipação de mulheres para o mundo do trabalho.

A pesquisa identificou na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir as condições materiais de vida e sobrevivência das mulheres, mostrando o território de exclusão do entorno do IFBA.

Procuramos identificar os elementos da política pública que interfere na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir para a emancipação de mulheres para o mundo do trabalho, construído, de forma dinâmica, com o olhar das moradoras.

Trabalhamos na perspectiva de análise de conteúdo como método adequado para pessoas que têm dificuldade de escrita e expressão, e por meio de materiais, imagens, e palavras para inferir sobre a percepção das mulheres frente ao valor do trabalho, desemprego, trabalho informal e emancipação.

Sendo assim, colocar em prática a metodologia do Programa Mulheres Mil não foi suficiente para que as mulheres da Vila Cachoeira garantissem empregabilidade, porque os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuavam ocultos. Por exemplo, houve momento de esvaziamento de turma, por conta das dificuldades que não poderiam ser atribuídas às mulheres.

No período de execução, esta alcançou visibilidade social na área educacional, diante da capilaridade atingida na Vila Cachoeira, pela implementação da metodologia do programa, como disciplinas voltadas para política e movimento social.

A pesquisa-ação permitiu envolvimento do grupo, de forma que toda a trajetória trouxe contribuições importantes para mostrar às pessoas da localidade as reinvidicações com base na emancipação de mulheres, que até então não eram sujeitos de sua história. As mulheres precisavam sim conhecer-se, envolver-se e encontrar parceiros para fortalecer suas vidas para o mundo do trabalho.

A pesquisa-ação se mostrou como uma possibilidade metodológica na política educacional, com envolvimento das pessoas na resolução de problemas, reduzindo a distância entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, assegurando que a pesquisa não se torne assunto para poucas pessoas.

Sendo assim, podemos reconhecer que o Programa Mulheres Mil não é suficiente para garantir empregabilidade, porque os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuavam na localidade, assim compreendido:

A pesquisa mostrou que as mulheres compreendem a dimensão do desemprego local e que a falta de proteção básica é um aspecto dificultador para modificar suas vidas.

Para modificar a realidade local, as mulheres precisam atuar no movimento na luta de garantir os direitos escamoteados pelo Estado.

O desemprego, como estratégia de dominação do Capitalismo, provoca um impacto direto na classe trabalhadora que se torna fragilizada diante das regras do mercado de trabalho.

Trabalhar na perspectiva de colocar as mulheres para dentro de si e retornar para a comunidade proporcionou canal de diálogo muito interativo com o IFBA e a Comunidade local. Hoje já alcança um novo patamar de legitimação de ações de inclusão social pela PROEX extensão. Durante a pesquisa, o Campus foi contemplado com um projeto para adolescentes, filhos das mães do Programa Mulheres Mil, na faixa etária de 14 a 17 anos. Os participantes passavam as tardes de segunda e quarta de 2014 com os alunos monitores do Integrado, quando eram promovidas atividades de informática, saúde, estudo na biblioteca, para encorajar e fomentar o envolvimento desses adolescentes ao mundo da educação.

Cabe apontar que o Programa Mulheres Mil, por intermédio da pesquisa, apresentou uma mudança na metodologia, e as mulheres começaram a familiarizar-se com o significado de assistencialismo e filantropia, como possibilidade de discutir políticas públicas para fortalecer as mulheres, em vez de adequá-las às formas perversas de exclusão e manutenção da ordem econômica.

As mulheres já buscam as ferramentas de participação, procuram o CRAS local do Banco da Vitória e já conseguiram espaço para efetivamente transformar o posto policial desativado em local de atividades com as famílias. Vislumbra-se, pois, a construção de um novo ideário local.

Ao investigar qual a percepção dos professores do Programa Mulheres Mil, diante da educação para o mundo do trabalho, fomos surpreendidos pelo modo como os professores veem o programa e as mulheres frente a emancipação para trabalho.

Ressalta-se que, embora os Programas cheguem às Instituições para serem disseminados na comunidade, é importante que o Projeto Social esteja alinhado ao pensamento teórico do profissional que vai lidar com os usuários dessa política, para compreender a dimensão dos

direitos e as formas como elas chegam até os usuários. Uma leitura da realidade é essencial, de modo a evitar que o programa seja efetivado de forma fetichizada e automatizada.

Cumprir as etapas do metodologia do Programa Nacional do Mulheres Mil e emitir relatório final ao MEC, sem refletir de que forma realmente essas mulheres possam estar incluídas no mundo do trabalho, foi uma tarefa árdua e contínua. Educar numa proposta de emancipação política desprende gasto de energia e complexidade, já que um dos principais protagonistas na formulação e na demanda por direitos são os movimentos sociais por meio dos quais novos direitos são propostos e conquistados.

Portanto, a proposta de uma abordagem com as mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, para pensar nas políticas e fazer com que essas mulheres saiam do seu lugar de cidadã e voltem a ocupar o mesmo lugar com outro olhar de forma crítica e ativa, se traduz em movimento de mudança. A pesquisa teve implicações epistemológicas, ou seja, fundamentou-se no seguinte tripé: teoria - prática e conceito - experiência.

Uma produção textual de vivência parecida aos primeiros passos de uma criança, um misto de medo, mas com vontade e ousadia de avançar. A decisão política de modificar o cenário foi a forma de responder aos anseios dos sujeitos da pesquisa, por conseguinte estava ali o dever de avançar, avançar e chegar a uma resposta à sociedade local.

Concordo com autores os quais afirmam que, enquanto os grandes debates e seminários não saírem da escola e ficarem longe dos problemas reais das pessoas e longe das decisões políticas, jamais será alcançada a educação libertadora.

O Programa Mulheres Mil deve avançar na perspectiva de discutir com outras instâncias governamentais (políticas de Assistência Social, Educação e Trabalho); perceber a dificuldade de acesso da população para não perder sua amplitude, manter a discussão sobre política emancipatória e promover em bloco a mesma ação para grupos na sociedade, como forma de responder aos “direitos de todos”, como está posto na Constituição Federal. Qualquer programa voltado para a população deve imprimir a participação social.

Os projetos devem avançar na perspectiva de inclusão social e de transformação, não apenas para responder aos pactos firmados – “Brasil sem miséria” –; para além dessa agenda macro, deve-se pensar em estabelecer metas as quais vislumbrem acesso ao maior número de mulheres em todos os bairros, sendo que tudo pode se iniciar com seminários sobre política.

Ao investir no envolvimento das mulheres para o agir local da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir houve uma contribuição da pesquisadora que, de certa forma, provocou um exercício coletivo, mudança de cultura política e participação como passo inicial de mudança.

Como vimos, foi possível entender quais e como se expressam as contradições entre limites e possibilidades de emancipação de mulheres para o mundo do trabalho. A análise de conteúdo, das temáticas em coerência com o objeto, o problema, bem como os procedimentos de coleta deixaram perceptíveis os dados, tornando-os passíveis de inferências.

Assim, esta pesquisa não se esgota, por ser um processo que deve ser permanentemente acompanhado para que as mulheres se reconheçam e identifiquem o tipo de trabalho a que estão sujeitas, para se sentirem incluídas na sociedade. Sem ilusão, os primeiros passos foram dados e podem refletir em novos outros passos de profissionais do IFBA e da UESC, no entendimento de que a ciência não se esgota numa experiência; ao contrário, a experiência abre possibilidades para outras.

Os fragilizados, os assistidos pelos programas sociais vivenciam a inferioridade social e podem participar de programas no planejamento estratégico que discutam com a população local e órgãos competentes as formas de enfrentamento dessa deslocalização social e promovam análise de indicadores do Programa Bolsa-Família, associado ao contexto de mercado de trabalho que valorize o indivíduo, em vez de prepará-los para a exploração de mercado.

As dificuldades foram muitas em conquistar o espaço para debate extra-sala de aula – atraso de pagamento de bolsas, companheiros de algumas mulheres visitando o IFBA nas discussões, as limitações frente às proposições necessárias ao enfrentamento entre as situações ideais, colocadas no papel e as situações reais (vários fatores, que articulados, negam oportunidade às mulheres) frente à retração do mercado de trabalho, que depende muito do quadro econômico estadual e municipal.

O trabalho investigativo possibilitou pensar como meta de longo prazo, nas conferências municipais, algumas proposições que garantam que as empresas aproveitem a mão de obra local, ofertando aprendizado e garantia de estudo em parceria com a Secretaria de Educação.

Algumas conjecturas perpassam pela abertura de curso no IFBA na modalidade PROEJA Mulheres. Assim, as mulheres terão tempo, oportunidade e educação, associados à profissionalização.

Após o encerramento do trabalho, os resultados serão apresentados às mulheres, como forma de respeito e credibilidade à participação delas.

As análises desenvolvidas ao longo da pesquisa demonstram a importância do movimento social que propiciou a discussão de propostas políticas e de reivindicações de direitos, de justiça social, educação e trabalho, que devem ser respeitados por todos. A

sociedade espera que os gestores se sensibilizem e priorizem as decisões dos envolvidos na pesquisa, ou fica a indagação final: a quem interessa essa emancipação da mulher, educação diferenciada de qualidade para todos?

Se pensarmos na possibilidade de atuarmos em qualquer projeto sendo intelectuais orgânicos, isto é, aquele que estuda, analisa e ressignifica as teorias, devemos atuar na perspectiva de buscar caminhos que libertem o ser humano da condição que vive.

Como produto deste trabalho será proposta a elaboração de um relatório da pesquisa para os CRAS, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde, com os respectivos conselhos locais. Para além da pesquisa, há uma proposta de 1º Seminário local, previsto para maio, o “mês da Mulher”, no intuito de se discutirem políticas públicas envolvendo as Secretarias de Educação, de Assistência Social, de Saúde de Trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

ABREU, M. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas - aportes da análise gramsciana. **Serviço Social e Sociedade** n° 51. São Paulo: Cortez, ano XVII, ago. 1996, p. 61-75.

ARENT, H. **Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000. [[Links](#)]

BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópolis paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 51-65. [[Links](#)]

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. [[Links](#)]

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, científica e tecnológica**. Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BRANDÃO, André, A. **Conceitos e Coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil**. emancipação 2(1): 141-157, 2002.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades (mimeo.), n° 45, julho de 1996.

CARDOSO, L. A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo: tempo social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 23, n. 2pp. 265-295, 2011.

CIAVATTA F.M.A. **O Trabalho como Princípio Educativo: uma investigação teórico-metodológica (1930-1960)**. Rio de Janeiro: PUC-RJ. Tese de doutorado em educação.1990.

- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortêz, 2006.
- DENZIN, Norman, K. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GENTILLI, P (Org.). **Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias**. In *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. S. Paulo: Loyola, 2012.
- GODOY, Arilda S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 35 n.2 Mar/Abril 1995^a, p. 57-63.
- GOMES, Cláudia. **Em Busca do Consenso: tendências contemporâneas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- GUIMARÃES, N. A. **Desemprego: uma construção social**. São Paulo, Paris, Tóquio. 1ª. ed. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009.
- HIRATA, Helena. **Globalização e Divisão Sexual do Trabalho**. Núcleo de pesquisa GERS (Genre et rapports sociaux), Centre National de la Recherche Scientifique, França. *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: pp. 139-156.
- IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis** - nº 3, ano III, jan.-jun. de 2001, pp. 09-32. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2002/2012.
- KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y Abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. CEPAL, nº 75, Dez/2001. Versão não editada.
- KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. **Mental** - ano II - n. 4 - Barbacena - jun. 2005 - p. 185-187.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e Ser Social**. Maceió: Edufal, 1997.
- MARX, K. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARX, Karl. **O Capital**: crise da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.142-3. V. 1.O3.

MD\Aldaiza\Textos. **O Mapa da Inclusão** – para encontro Geo Brasil 2000. doc – T 03 598 Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

MEC. **Um novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica**. Concepção e diretrizes. Brasília, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1985.

MONTAÑO, C; DURIGUETO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª. Ed. São Paulo. Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As Relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução. **Aurora** ano IV número 6 – AGOSTO DE 2010, ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora.

PAUGAN, Serge. A **Desqualificação Social**. Ensaio sobre a nova pobreza. Trad. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço; pref.e rev Maura pardini Bicudo Vêras. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEARCE, Diane. The Feminization of Poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, p.28-36

YANNOULAS, Silvia Cristina (coord.). **Política educacional e pobreza**: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber Livro, 2013. (Programa Observatório da Educação – CAPES/INEP; Edital 038/2010).

PINTO, A.V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

PRATES, C. A. Mensuração da pobreza: o dedo na ferida. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 59-63, 1990. [[Links](#)]

_____. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 4, n. 9, p.11-27, maio/ago. 2003. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação.

ROCHA, Sônia. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. In: **Governabilidade e Pobreza no Brasil**. VALLADARES, Licia e COELHO Magda P. (Organizadoras). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, Marinalva. Olhar sobre a história da Vila Cachoeira. **INSTITUTO PRÓ SABER** – Feira de Santana – BA, 2010.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos Santos. **Sociabilidades Itinerantes dos Trabalhadores Ambulantes em Salvador-Bahia**: um percurso de “desqualificação social”? 302 f. il. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In. **Geografia**. Ano I - nº 1. Jan – Jun. 1999. p. 8.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEN, A. K. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica. <<acessado em 15.ago.2014>> Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br> [Links]

TELLES, V. Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. Mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento à exclusão. **Cadernos do Núcleo Social Seguridade e Assistência Social**, São Paulo, 1994.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação**. 17 ed. S Paulo: Cortez, 2009 (coleção temas básicos de pesquisa ação).

TOLEDO. Secretaria Municipal da Educação. **Plano Educacional do Município de Toledo/PR. Plano Decenal de Educação para Todos**, 1993. Toledo: ASSOESTE/Editora Educativa, 1994.

TOLEDO, Cecília. **O Gênero nos une, a Classe nos divide**. São Paulo: Suderman, 2008. - <http://www.cfess.org.br/arquivos/2012.10.30> quando-novos-personagens-entram-em-cena.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão para uma construção do Imaginário do Desvio** Lisboa: Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade. 1996.

APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS

Foto 01 - Visita a Vila Cachoeira



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Foto 02 - Mulheres nas oficinas



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Foto 03 – Mulher em descanso



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Foto 04 - Mulheres em grupo na comunidade



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Foto 05 - Mulheres no processo de mobilização no auditório



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

APÊNDICE C - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Dados Sociodemográficos

Nome: SIGLAS INICIAIS

Apelido: _____ Sexo: () F () M Idade: _____

Etnia/Raça: () Negra () Indígena () Branca () Amarela/Oriental () pardo()
outra _____

Escolaridade: () Ensino Fundamental () Nível Médio Completo () Nível Médio
Incompleto () alfabeto funcional () analfabeto

Estado civil: solteira() casada() viúva () separada () união estável ()

Qual a renda da família? Vive de quê :

Tem filhos () sim não () quantos _____

Está inserido/ participa de Programas Sociais ou serviços socioassistenciais?

() Não () Sim recebe quanto? () até 70,00 () até 102,00 () até 136,00 () 210,00

Se sim, assinale qual (is) ou indique:

() LOAS / BPC* () Bolsa Família*

() CRAS

() CREAS () CAPS () Mais Educação*

Condição de trabalho hoje. Empregada de carteira assinada? () sim () não.

Desempregada () sim () Não

Aposentada () sim () não

Trabalho autônomo () sim () Não qual? _____

De que o grupo sobrevive? _____

Quantas vezes você já trabalhou de carteira assinada?

() uma vez () duas vezes () três vezes () acima de três vezes () nenhuma vez

5.2 Perguntas abertas sobre políticas públicas e trabalho:

- Para você, o que é representa o Programa mulheres Mil do qual você faz parte?

- Como era sua vida antes e depois do Programa ?

- Qual sua situação de trabalho hoje?

- ---

- O que você entende por trabalho informal e desemprego?

- Para você, qual o significado de trabalho?

- Fatores para emancipação da mulher

PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE

- Sentimento de estar dependente de programas sociais

- ---

- Sentimento de estar desempregada

DEBATE EM GRUPO (QUINZENALMENTE)

- Como o grupo vê a Vila Chachoeira e Assentamento Frei Vantuir;

Discursão e reflexão crítica sobre a localidade, tendo como tema gerador o que está bom, o que está ruim e o que precisa mudar para a mulher conseguir a emancipação para o trabalho

Debate em grupo – Tema: saúde (1º encontro)

Debate em grupo – Tema: educação (2º encontro)

Debate em grupo - Tema: saneamento básico e meio ambiente (3º encontro)

Debate em grupo tema- (4º encontro)

Debate em grupo - Tema: Assistência social (5º encontro)

Debate em grupo - Tema: Segurança pública (6º encontro)

PERGUNTAS PARA OS PROFESSORES DO PROGRAMA

1. Você acha que o Programa garante empregabilidade as mulheres? Por quê?
2. O que deve ser feito na comunidade para garantir emprego às mulheres?
3. Como você vê as políticas de educação para emancipação da mulher?
4. O que você acha que deve mudar no Programa?

Observações		Sequências	Temática
		Questão 01	
<p>cursos direcionados para práticas</p> <p>Falta garantia de empregabilidade</p>		<p>VOCE ACHA QUE O PROGRAMA GARANTE EMPREGABILIDADE AS MULHERES? POR QUE?</p> <p>Entrevistado 1</p> <p>Acredito que os cursos possibilitam a inserção das mulheres no mercado de trabalho uma vez que os cursos são direcionados a práticas do cotidiano delas ampliando seus conhecimentos acerca de temas mais complexos, a exemplo de leis e políticas públicas.</p> <p>POR QUE? Vejo como uma necessidade prioritária visto que esse público deixam os estudos muito cedo para de dedicarem á família, aos filhos, etc. Mas que consideram a formação importante para sua emancipação social.</p>	<p>Inserção no mercado</p> <p>Adquirir Conhecimento</p> <p>Temas complexos</p> <p>Estudo de leis e políticas públicas</p> <p>Formação de mulher abandono de estudo cedo</p> <p>Formação é importante para emancipação</p>

<p>Relacionado a Fatores</p> <p>Serve para abrir horizontes</p> <p>Possibilidade mesmo distante delas (contraditório)</p> <p>Garante ocupação de tempo livre</p> <p>Relacionamento social</p>		<p>Entrevistada 5</p> <p>Não . Na minha ótica o programa por si não impulsiona as mulheres mil para o patamar da empregabilidade, apesar de contribuir para que elas consigam enxergar um horizonte de possibilidades existentes, mesmo que distante da realidade cotidiana das mesmas.</p> <p>Acredito que o programa no formato anterior criou uma “zona de conforto” voltado para ocupação de parcela de tempo ocioso , no relacionamento social, ou na disseminação de ideais religiosos</p>	<p>Pode ajudar</p> <p>Não garante empregabilidade</p> <p>Não é só Capacitação e qualificação de mão de obra</p> <p>Existência de fatores externos</p> <p>Não impulsiona</p> <p>Elas conseguem enxergar um horizonte de possibilidades</p> <p>Zona de conforto para parcelas ociosas</p> <p>Disseminação de ideais religiosos</p>
---	--	---	--

APÊNDICE D:**TRECHO DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE PROFESSORES - IDENTIFICAÇÃO DE TEMÁTICA/ CATEGORIAS EMPÍRICAS****Entrevistas de professores**

Observações		Sequências	Temática
		Questão 02	
		<p>O que deve ser feito na comunidade para garantir emprego das mulheres?</p> <p>Entrevistado A</p> <p>Um diagnóstico no município para averiguação do número de vagas de trabalho junto as empresas atuantes no município,</p> <p>Adequar a grade do curso às necessidades das empresas para que estejam melhor preparadas para as vagas existentes.</p> <p>Entrevistado B</p> <p>Quem emprega é a iniciativa privada. Ao governo cabe dar os incentivos necessários para que isso ocorra</p> <p>Entrevistado C</p> <p>Promover a educação não só das mulheres, mas também da população pertencente ao local em que residem:</p>	<p>Diagnostico de mercado de trabalho</p> <p>Responsabilidade da empresa e não do estado</p> <p>Promover parcerias</p> <p>Mutirões na comunidade</p> <p>Mostrar o conhecimento das mulheres</p>
	*	empresários, políticos, comerciantes para que acolham o trabalho realizado pelas mulheres.	

		<p>Entrevistado D</p> <p>Construção de parcerias principalmente.</p> <p>Entrevistada E</p> <p>Multiroes em cada comunidade e valorização da figura humana para sua comunidade ficar ciente da mudança destas guerreiras na contribuição da cidadania.</p> <p>Entrevistada F</p> <p>A questão de geração de empregos pressupõe investimentos em novos negócios e geração de postos de trabalho o que é uma variável não controlada pelo Programa Mulheres Mil, sendo assim o ideal seria criar o auto emprego a partir das propostas empreendedoras. Para isso o Pronatec e prefeitura poderiam criar um estímulo tributário ou fiscal para as empresas que aderirem ao programa.</p>	<p>Investimentos em novos negocios</p> <p>Empreendedorismo na Comunidade</p> <p>Redução de impostos para Empresas parceiras no Programa</p>
--	--	--	---

**TRECHO DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE PROFESSORES -
IDENTIFICAÇÃO DE TEMÁTICA/ CATEGORIAS EMPÍRICAS**

Observações		Sequências	Temática
		Questão 03	
Pouco efetivas		<p>COMO VOCE VÊ AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO DA MULHER?</p> <p>Entrevistado A Pouco efetivas.</p> <p>Entrevistado B razoáveis</p> <p>Entrevistado C As políticas permitem uma equiparação dos direitos da mulher, beneficiando tanto o desenvolvimento feminino como de todo o país, tais como as ações de cidadania e direitos humanos. A qualificação e o estudo estão disponíveis para todos.</p> <p>Entrevistado D Atualmente só não estuda e se qualifica quem não quiser.</p> <p>Entrevistada E Parcialmente boa, melhorando a cada dia</p> <p>Entrevistada F Se falarmos das capitais considero iniciativas interessantes e factíveis, quando se trata de interior vejo alguns entraves de ordem cultural, social e econômica, o que pressupõe romper barreiras e paradigmas. Não acredito em propostas do tipo</p>	<p>Politica pouco efetivas</p> <p>O Acesso a Qualificação e estudo estão disponibilizados para todos</p> <p>Responsabilidade do individuo para qualificação</p> <p>Iniciativas interessante e factíveis</p> <p>Entrave cultural social e econômica</p> <p>Romper barreiras</p>
	*		

		<p>bottom up ou sejam de cima para baixo, visto que as mudanças advém primeiro de uma nova ordem aceitas por todos os agentes sem resistências, nos seus mais variados níveis o que leva muito tempo para se obter, por isso serem políticas de longo prazo a para resultados palpáveis. Para reduzir essas distancias talvez uma política de criar estímulos econômicos nas empresas através de percentuais ou leis obrigatórias na contratação de mulheres.</p>	<p>Não acredito em proposta de cima para baixo Há uma resistência</p> <p>Criar estímulo nas empresas que contratem mulheres</p>
--	--	---	---

**TRECHO DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE PROFESSORES -
IDENTIFICAÇÃO DE TEMÁTICA/ CATEGORIAS EMPÍRICAS**

Observações	Sequências	Temática
	<p>Questão 04</p> <p>O que você acha que deve mudar no programa?</p> <p>Entrevistado A</p> <p>Seria melhor se não houvesse vínculo com o Município com relação à infraestrutura, pois normalmente deixam a desejar.</p> <p>Entrevistado B</p> <p>Acredito que o Programa pode avançar no sentido de buscar construir alternativas reais de transformação profissional na vida das participantes. Para isso deveria construir parcerias efetivas para encaminhamento do público atendido para o mercado de trabalho. Porém, confesso não ter conhecimento suficiente do programa para saber se isso realmente acontece tão pouco como me parece.</p> <p>Entrevistado C</p> <p>De uma maneira geral o Programa é excelente, precisando mais atenção na operacionalização dos materiais para as aulas práticas.</p> <p>Entrevistado D</p> <p>O programa busca inserir as mulheres no mercado de trabalho sem levar em conta um critério objetivo de seleção, quer seja por vocação, afinidade ou necessidade de</p>	<p>Mudança no programa</p> <p>Não ter vínculo com Município Falta infraestrutura</p> <p>Deve construir parcerias</p> <p>Falta de conhecimento da política do Programa</p> <p>Programa Excelente Falta de matérias para aula prática Falta de aula prática</p> <p>Programa não leva em conta a necessidade da comunidade</p>

		<p>cada comunidade, com isso as propostas do cursos, não conseguem atender na sua medida o real objetivo do programa que é o de autonomia, inclusão produtiva e formação profissional, e geração de renda. Minha opinião seria a de capacitá-las dentro da visão empreendedora, voltada para o campo produtivo individual ou associado, fazendo com que esse trabalho chegue na base das comunidade, promover a participação dos órgãos de fomento Sebrae, micro crédito e prefeitura, de maneira que as etapas de planejamento, implantação fossem devidamente acompanhadas quanto aos resultados obtidos.</p> <p>Entrevistado E acho programa bom só precisa manter para não criar falsas expectativas...</p> <p>Entrevistado F Buscar parcerias com empresas a nível Nacional</p>	<p>Capacitação na visão empreendedora</p> <p>Voltar para produção individual ou associado</p> <p>Promover participação do SEBRAE</p> <p>Parcerias com Empresas de microcrédito</p> <p>Planejamento implementação focados nos resultados</p> <p>Manter o programa para não criar falsas expectativas na comunidade</p> <p>Parcerias a nível nacional com Empresas</p>
--	--	--	--

ANEXO A - GLOSSÁRIO

Autonomia: o conceito de autonomia é compreendido, no âmbito do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão se autosuprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É este o campo dos direitos humanos fundamentais.

Qualidade de vida: a noção de qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Sob esta dupla consideração entendeu-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

Desenvolvimento humano: o estudo do desenvolvimento humano tem sido realizado pela ONU/PNUD, por meio do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH). Com base em suas reflexões, entende-se que o desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana.

Equidade: o conceito de equidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc.

Cidadania: é aqui considerada como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade e não só pela

propriedade. Esta dignidade supõe não só o usufruto de um padrão básico de vida como a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva.

Democracia: A possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local na medida em que esta supõe cidadania e não acesso a renda e serviços, o que coloca as pessoas no patamar da sobrevivência sem alcançar a condição de sujeitos cidadãos.

Felicidade: Seguramente, o caminho maior da inclusão é a felicidade. Atingi-la supõe muito mais do que a posse, o acesso a condições objetivas de vida. Ela traz à tona a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimento em busca da plenitude humana. Vale dizer, uma situação que permita que o potencial das capacidades humanas sem restrições a povos ou pessoas possa se expandir.